



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Carla Romana Melo Coqueiro

**MULHERES DE OFÍCIOS: O COTIDIANO DE MULHERES POBRES PELAS
RUAS DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1880-**

90.

Manaus
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado em História), da Universidade Federal do Amazonas como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de pesquisa: Cultura e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Emilio Morga.

Manaus
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora:

Professor Dr. Antônio Emílio Morga - UFAM
Orientador

Professora Dra. María Verónica Secreto Ferreras – UFF
Membro Externo.

Professora Dra. Márcia Eliane Alves de Souza e Mello - UFAM
Membro Interno

Prof. Dr. James Roberto Silva.
1º Suplente - Membro Interno – UFAM

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva
2º Suplente – Membro Externo – UFPE

Grata aos meus pais Edvaldo e Socorro por terem me ensinados a importância e o valor da educação. E por todos os ensinamentos que forjaram o meu caráter. A minha irmã Martina, pelo companheirismo e auxílio.

A Felipe e Marina, companheiros que estiveram presente com amor e compreensão na escrita deste trabalho.

AGRADECIMENTOS.

Registro aqui meus agradecimentos a diversas pessoas que de alguma forma contribuíram na minha caminhada no mestrado, pois acredito que o ser humano não é uma ilha e precisa continuamente do auxílio e solidariedade dos seus pares.

Primeiramente agradeço a Deus por permitir que eu chegasse até aqui. Aos meus familiares: Edvaldo, Socorro, Martina, Felipe e Marina pelos incentivos, auxílios, apoio e por acreditarem que chegaria ao fim dessa jornada.

Aos meus parentes pelo incentivo, principalmente as primas Raquel e Lenir pelo apoio e amizade. Aos amigos, Dalvanira Santos, Alfredo e Simone Brelaz que ajudaram com apoio e incentivo em horas difíceis em que a vontade de desistir era grande. Agradeço a João Gouveia, que sempre me auxiliou quando precisei. Fosse com empréstimo de livros ou por seus conhecimentos em forma de sua dissertação, além é claro de sua preciosa amizade. E Bruno Pimenta por sua solidariedade em enviar-me o seu material de pesquisa do jornal A Pacotilha.

Tantos outros são os amigos que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu chegasse ao fim dessa jornada em busca de conhecimento. Então, agradeço a Elza Salomão, Vandilson Rodrigues, Tadeu Kusano, Graça Prazeres, Andréa Sousa, Nelza Tanaka, Jaílson Mota, Fátima Rodrigues, Anderson Luz, Deuzyane Batista, Maurício Texeira, Silvia da Matta, Socorro Aires e Elaine Santos .

Agradeço também ao Laboratório de Gênero e Pesquisa da UFAM – LEG, do qual faço parte. Começo pelo professor Dr. Antônio Emílio Morga que desde a nossa primeira conversa me incentivou a entrar no mestrado, me auxiliou e encorajou ao longo desses 2 anos e 6 meses por meio dos seus conhecimentos e de suas conversas que tanto me ajudaram a ir adiante. A Luciana Santos pelos incentivos e amizade. A Lidiane Mendes e Marcos Russos pelos incentivos.

Agradeço aos colegas Sérgio, Patrícia, Carlos Eugênio, Carlos Cunha, Deyziene, David, Milena, Daniel, pelo apoio e auxílio dispensados ao longo desses 2 anos. Fomos uma turma que apesar das dificuldades do dia a dia, conseguimos cada uma da sua forma cooperar uns com os outros. Deixo meu muito obrigada a Rháisa Laranjeira que se tornou uma amiga, por muitas vezes foi um ombro amigo que escutou meus desabafos quanto as dificuldades de escrita desse trabalho. E pela força dada para seguir em frente.

E por último os meus agradecimentos e respeito às mulheres de ofícios da cidade de São Luís do Maranhão nos anos de 1880-90. Que através do seu dia a dia pelos logradouros públicos da cidade possibilitaram a escrita deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal apresentar o cotidiano de mulheres pobres e trabalhadoras pelas ruas e logradouros da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90. Busca analisar os motivos pelos quais essas mulheres estavam constantemente pelas ruas da cidade. Já que, o padrão de conduta e moralidade feminino considerado no período era a mulher integrada ao lar, sendo uma boa dona de casa, mãe e esposa. Raramente as mulheres saíam de casa e quando saíam, sempre estavam acompanhadas de um homem pertencente aos seus laços familiares. As mulheres em foco neste trabalho realizaram um papel inverso, devido a necessidade do sustento, as mesmas caminharam contra as normas e regras que regiam o comportamento feminino da época. Através da análise do Jornal A Pacotilha dos anos de 1880/81/83/87/89/92, e dos Códigos de Posturas da província de São Luís do Maranhão dos anos de 1842/66/92 e das fontes literárias como o livro O Mulato de Aluizio de Azevedo e A festa de Nossa Senhora dos Remédios foi possível perceber o desenrolar do cotidiano das mulheres de ofícios pelas ruas da cidade. Além da questão da sobrevivência as ruas representavam um meio sócio cultural para as mulheres pobres da cidade.

Palavras chaves: mulheres pobres, ofícios, São Luís, século XIX.

ABSTRACT

This research aims to present the daily life of working women through the streets and public spaces of São Luís city, capital of Maranhão state, in the decades from 1880 to 1890 and analyzing the reasons why these women were constantly on the city's streets. The conduct standard and morality considered in the period was the woman integrated into the home, being a good housewife, mother and wife. Rarely women went out the house and when they did it, were always accompanied by a man belonging to their family member. The women focused in this work played an inverse role, due to the livelihood need, they walked against the norms and standards that ruled the female behavior at the time. Through the analysis of *A Pacotilha* newspaper, of the years 1880/81/83/87/89/92, the literary sources were the book *O Mulato* by Aluísio de Azevedo, the Feast of Nossa Senhora dos Remédios and the province conduct codes of São Luís in the years 1842/66/92. It was possible to perceive the daily life progress of working women through the city's streets. We note that in addition to the livelihood question, the streets represented a sociocultural way for the city's poor women.

Keywords: poor women, crafts, São Luís -Maranhão, 19th century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CHINFRINS E ROLOS: CENÁRIO DA EXCLUSÃO NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 80 E 90 DO SÉCULO XIX	18
1.1 SÃO LUÍS EM BUSCA DAS BRISAS DA MODERNIDADE.....	20
1.2 A SÃO LUÍS REAL, A CIDADE DE TODA A GENTE.....	25
1.3 NAS TRILHAS DA EXCLUSÃO.	32
1.4 A BELA SÃO LUÍS ENTRE O IDEAL E A REALIDADE.	38
2. MULHERES DE OFÍCIOS: COTIDIANO DE MULHERES POBRES PELO CENTRO URBANO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1880-90 ..	45
2.1 AS MULHERES E SEUS OFÍCIOS.....	51
3. MULHERES, FESTAS E ALEGRIAS: SÃO LUÍS DO MARANHÃO E A BRINCADEIRA DO BOI	68
3.1 FESTAS: EXPLOSÃO DE VOZES, RITMOS E DEVOÇÃO.....	74
3.2 BRIGAS E AMORES: AS UNIÕES INFORMAIS.....	87
CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Ruas, becos e praças formam os logradouros públicos da cidade de São Luís do Maranhão. Alguns com nomes peculiares, engraçados e charmosos. Uma de suas ruas é conhecida como a rua das Flores, uma outra é chamada de rua do Sol, tem-se a rua da Estrela, a rua Grande, rua Formosa, rua da Mangueira, rua do Passeio, rua das Hortas. São inúmeras também as praças e largos, têm-se o largo dos Amores ou dos Remédios, largo do Carmo, largo da Forca Velha ou praça da Alegria, largo do Quartel hoje conhecida por praça Deodoro. Os becos são conhecidos por nomes engraçados como beco da Bosta, beco do Quebra Bunda, beco do Preggo, entre tantos outros espalhados pela cidade.

Há alguns anos quando transitava pelo centro da cidade de São Luís do Maranhão e principalmente pelo bairro da Praia Grande, local em que se concentra grande parte dos casarões, ruas, praças e becos antigos da cidade, sempre me questionava sobre possíveis fatos, brigas, amores, ofícios, brincadeiras e festas que poderiam ter acontecido naqueles logradouros públicos. Achava que essas indagações eram apenas curiosidade.

Ao ingressar no curso de História Bacharelado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e com o decorrer das disciplinas e leituras, o que eu pensava serem apenas curiosidades foram se transformando em um possível objeto de estudo para a minha monografia. No período em que eu cursava História, por coincidência ou não, soube de um fato familiar que me despertou ainda mais sobre os possíveis acontecimentos no centro histórico de São Luís.

Pois bem, soube que meu bisavô Eduardo da Mota Coqueiro não era filho biológico de sua mãe Guilhermina da Mota Coqueiro. Para minha surpresa, soube que Eduardo era filho de um escravo de D. Guilhermina. Devido aos acontecimentos do dia 13 de maio de 1888, a senhora pediu que seu escravo deixasse seu filho para ser criado por ela. Sobre a mãe de Eduardo nada sabemos, mas há uma grande possibilidade de a mesma ter sido uma das mulheres de ofício de São Luís nas décadas de 1880-90.

A partir dessa pequena história familiar, minha curiosidade se transformou em objeto de estudo e, então, procurei estudar o cotidiano das mulheres trabalhadoras pelos logradouros públicos da cidade de São Luís do Maranhão nos anos de 1880-90. Ao pesquisar e estudar deparei-me com um grupo de mulheres pouco estudadas tanto pela historiografia maranhense e brasileira.

As mulheres trabalhadoras, nesta pesquisa denominadas de mulheres de ofícios, constituíam um grupo bastante heterogêneo. Quando me refiro a esse grupo estou a falar de mulheres pobres que poderiam ser escravas, libertas, livres, negras, mulatas e brancas. E, para analisar essas mulheres em seus aspectos econômico e socioculturais, usarei as relações de gênero como aporte teórico.

A perspectiva de estudo aqui adotada é a de analisar qual o papel desempenhado pelas mulheres de ofícios dentro da sociedade ludovicense¹, pois, através dos seus diversos ofícios, tais como os de lavadeiras, doceiras, engomadeiras, amas de leite, costureiras, quitandeiras, vendedoras em tabuleiro, entre outras atividades, as mesmas contribuía para a movimentação econômica da cidade.

Além do aspecto econômico, estas mulheres imprimiram na cidade suas marcas por onde andavam. Essas “marcas”, comportamentais ou físicas, eram evidenciadas nas festas que aconteciam pelas ruas, praças e até mesmo em locais privados, como as casas de populares, onde a alegria e as manifestações incomodavam as elites da capital maranhense e os jornais da época ficavam repletos de reclamações.

Outros tipos de marcas eram decorrentes de alguns ofícios ocupacionais desenvolvidos nas ruas, como as lavadeiras, por exemplo. Também haviam as vendedoras em tabuleiro, que deixavam muitas sujeiras espalhadas pelas ruas de São Luís, o que, conseqüentemente, gerava muitas reclamações e pedidos de providências às autoridades competentes para que fizessem cumprir as determinações do código de posturas.

Diante de vários anúncios nos jornais que circulavam pela cidade em busca de mulheres prestadoras de serviços, fica clara a importância das mesmas dentro da sociedade ao desenvolverem seus ofícios por São Luís, visto que elas auxiliavam no fornecimento de gêneros alimentícios com seus tabuleiros repletos de frutas, hortaliças, verduras, peixe frito, arroz de cuxá, fatos de boi, doces, garapa, entre outros alimentos, além de servirem como mão de obra para diversos serviços domésticos, como cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, amas de leite, etc.

Pelo exposto, entendemos que este trabalho tem relevância, pois mostra novas perspectivas aos estudos já realizados na historiografia maranhense sobre mulheres trabalhadoras ao analisar o seu cotidiano pelas ruas da cidade, fosse desenvolvendo seus ofícios em busca do sustento ou em outras tramas como as festas, brigas e discussões

¹ Adjetivo que faz referência aos nascidos na cidade de São Luís do Maranhão.

pelos logradouros da cidade. Enfim, foram analisados comportamentos, hábitos, atitudes e mentalidades das mulheres de ofícios da cidade.

Sobre a bibliografia utilizada contamos com algumas autoras que trabalham dentro das perspectivas das relações de gêneros. As mesmas são de grande valia, pois ajudaram a entender as mulheres de ofícios através de suas múltiplas facetas, dentro de suas condições de gênero, raça, trabalho e sociabilidades. Na tentativa de aproximação do cotidiano das mesmas.

Ao pesquisar em alguns estudos historiográficos, percebemos a pouca visibilidade das mulheres de ofícios dentro da história maranhense. Logo, em busca de entender o porquê da ausência da representação das mulheres trabalhadoras na segunda metade do século XIX a partir dos estudos feitos sobre história do Maranhão, buscamos pistas e indícios na autora Joan Scott, cuja ideia nos diz que

[...] por isso reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.²

Outra autora que levanta um apontamento importante para a pouca visibilidade das mulheres de ofícios é June Hahner. A autora diz que a ausência da mulher na história oficial

[...] diz respeito à natureza da história tradicional assim como àqueles que a escrevem. Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico.³

Ainda para a referida autora, as primeiras mulheres a aparecerem na história foram aquelas que ganharam destaque por sua excentricidade, despojamento, virtuosidade ou mesmo pelo seu poder. Para Hahner, “[...] esta é a abordagem que

² SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 77.

³ HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 14.

pergunta: quem são as mulheres ausentes da história? Quais são as mulheres de feitos e que feitos realizaram?”⁴

Hahner ainda faz outro questionamento pertinente ao perguntar qual a melhor maneira de reconstruir a história das mulheres anônimas do passado. Para ela, a resposta está presente na exploração de novas fontes, tais como crônicas de acontecimentos memoráveis de famílias, registros notariais ou judiciais, testamentos, e até fontes impressas ainda mais convencionais, como debates em congressos, jornais e revistas.

Trabalhando ainda nesse sentido, Rachel Soihet diz que:

A história das mulheres vem despertando um aumento de interesse por parte dos historiadores e vem surgindo novas temáticas e novos grupos sociais até então excluídos. [...] Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história.⁵

Com novas abordagens da história, advindas da História Social e Cultural, juntamente com ideias das autoras acima citadas, é possível visualizar as mulheres de ofícios na cidade de São Luís do Maranhão na segunda metade do século XIX e permitem vislumbrar importantes considerações aos estudos referentes ao objeto em estudo.

Somando aos trabalhos referentes aos estudos das relações de gênero, outros trabalhos contribuem para o desenvolvimento desta dissertação. Um deles é o livro “Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX” de autoria de Maria Odila Leite Silva Dias. Nessa obra, a autora trata das relações femininas cotidianas na sociedade paulista do século XIX. Essas mulheres, em muitos casos, eram sóas ou chefes de família e necessitavam de uma forma de trabalho para prover seu sustento e/ou dos dependentes.

Para essas mulheres a solução encontrada foi o trabalho temporário em que exerciam os ofícios de: quitadeiras, lavadeiras, vendedoras de tabuleiros entre outros, mas em todos os casos, profissões desvalorizadas e à margem da sociedade.

Ao partir para a historiografia maranhense o livro da historiadora Maria da Glória Correia sob o título “Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX”, foi de grande

⁴ Ibidem, p. 19.

⁵ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 275.

valia pois, a mesma ao abordar o seu objeto de estudo, as mulheres operárias na virada do século XIX, faz um apanhado geral das condições do trabalho feminino na cidade de São Luís no século XIX.

Assim como o cotidiano das operárias a autora procura recuperar os discursos acerca da civilidade e do progresso que vigorava na cidade e que tanto influenciaram as elites locais. Esses discursos abrangem o ideal em torno do feminino que circulava na sociedade e ditava comportamentos. A autora também procura recuperar os discursos sobre a cidade e sua gente, assim com a coexistência da cidade ideal com a cidade real.

Antes de entrar de fato no objeto de seu estudo, Maria da Glória em sua obra mostra o cotidiano das mulheres que viviam diariamente com seus diversos labores pelas ruas e casas da capital da província do Maranhão na metade do século XIX. Como dito anteriormente, muitas mulheres precisaram trabalhar devido à necessidade de proverem seu sustento e em muitos casos da família inteira.

Muitas enfrentavam as fainas diárias e os dissabores da vida em horários dedicados aos seus diversos ofícios em locais públicos e privados. Maria da Glória Correia afirma essa condição e necessidade do trabalho de muitas mulheres pelas ruas da cidade de São Luís ao dizer que

[...] o trabalho era a condição de vida de um amplo universo de mulheres, cuja presença no chão da cidade é marcada pelo seu labutar costurando, cozinhando, engomando, lavando roupa ‘em casa de branco’ ou nas fontes e poços da cidade; vendendo doces e comida pronta, frutas, legumes e verdura pelas ruas da cidade [...]⁶

Sendo assim, a obra “Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX” torna-se de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois a mesma não trata apenas do cotidiano das mulheres nas fábricas de São Luís do Maranhão a partir da virada do século XIX. A autora faz um trabalho de levantamento do cotidiano e das redes socioeconômicas das mulheres trabalhadoras alguns anos antecedentes à virada do século XIX para poder chegar ao seu objeto de estudo.

Outros estudos pertencentes a historiografia maranhense que versam sobre economia e a sociedade de São Luís contribuem para pesquisa, como a tese de

⁶ CORREIA. Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís: Edufma, 2006, p.33.

doutorado do professor Josenildo de Jesus Pereira intitulada “As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880”, a tese de doutorado da professora Maria Antônia Mota intitulada “A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão”, e a dissertação de mestrado de João Costa Gouveia Neto sob o título “Ao som de pianos, flautas e rabecas: estudos das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX”.

Saindo do social para adentrar nas condições estruturais da cidade faz-se necessário falar das condições estruturais e urbanísticas da mesma, pois a maioria das mulheres desenvolviam seus ofícios em ruas e calçadas, além das festas e comemorações que ocorriam em vários logradouros públicos da cidade. Assim, é relevante mostrar a situação em que se encontrava a capital maranhense na segunda metade do século XIX, como escreve Sandra Jatahy Pesavento:

[...] ela (a cidade) não é mais considerada só como um locus, seja da realização da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e objeto de reflexão. Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade⁷.

Entendendo as ruas como o espaço onde as mulheres de ofícios construía suas sociabilidades diversas, desta forma, compreendemos os motivos pelos quais a imprensa ludovicense nas décadas de 1880-90 estava repleta de reclamações desfavoráveis as mulheres pobres trabalhadoras, já que a presença das mesmas pelas ruas da cidade era conflitante ao ideal civilizatório em implantação na cidade.

O estudo de Domingos Vieira Filho intitulado “Breve História das ruas e praças de São Luís” mostra um panorama urbano da cidade de São Luís que, ao ser cruzado com as informações contidas nas notícias publicadas nos jornais sobre as condições urbanísticas da cidade, nos leva a uma aproximação da realidade das ruas, praças e logradouros públicos por onde as mulheres de ofícios circulavam cotidianamente.

A relação das mulheres de ofícios com as ruas da cidade também era marcada pela exclusão. Por mais que estivessem constantemente a transitar pelas vias, essas não eram locais próprios para as mulheres. Os lugares de trabalho, de reuniões e festas tanto de mulheres e homens populares eram vistos negativamente pelas elites locais. Para entender melhor a exclusão dos locais de circulação das camadas populares de São Luís,

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Pg. 55

exclusão essa atrelada ao processo civilizatório em implantação na cidade, utilizamos as obras “Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX” e “O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre” ambas de Sandra Jahaty Pesavento.

Além dessas obras usamos várias outras, por exemplo, “Festas e religiosidade popular no Tambor de Mina no Maranhão”, de Sergio Ferretti, e “Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX”, de Thiago Lima Santos, para entendermos melhor várias questões ligadas às festas e religiosidade das mulheres de ofícios.

Ainda referente a bibliografia utilizamos obras literárias, valendo-nos da íntima relação entre a Literatura e a História assim como do contexto social dos autores. Uma dessas obras é “O Mulato”, em que Aluísio Azevedo empreende uma análise e tece uma severa crítica à sociedade maranhense, denunciando seus preconceitos, sua hipocrisia e sua maledicência. Dentro desse contexto, Aluísio de Azevedo apresenta mulheres de ofícios, que viviam pelas ruas a praticarem suas atividades laborais.

A outra obra é “A Festa de Nossa Senhora dos Remédios” de autoria de João Francisco Lisboa, na qual o autor faz um minucioso relato das novenas e do grande dia do festejo dedicado à santa. Além disso, o autor mostra um quadro da sociedade ludovicense do século XIX ao expor os mais diferentes estratos e etnias que afluíam para o largo, deixando perceber a posição social de cada um e a manutenção das hierarquias, fazendo-o a partir da demarcação do lugar em que ocupavam durante as novenas e nas missas solenes do grande dia desse festejo que aconteciam em outubro. A referida obra cita doceiras realizando seus ofícios durante a festa religiosa.

A metodologia da pesquisa se baseia no diálogo entre as fontes primárias e secundárias. As fontes primárias usadas são o jornal “A Pacotilha” dos anos de 1880/81/83/87/89/92, referentes ao período do estudo, os códigos de posturas promulgados pela Câmara Municipal de São Luís em 1842, 1866 e 1892, a Revista Elegante do ano de 1892, ano 01 e números 06,07, 08 e 10. E as obras literárias.

Os procedimentos metodológicos utilizados para analisar o jornal foram os seguintes: primeiramente, foram localizados por data e tempo de circulação, e, em seguida, foi feita a leitura propriamente dita, dando mais ênfase aos eventos relacionados às mulheres em estudo.

Depois que as notícias foram achadas, as mesmas foram transcritas, pois estavam em microfilme. Após esse processo, iniciou-se um diálogo entre essas fontes e

a bibliografia, resultando na escrita dos capítulos da dissertação, dando, assim, vida e movimento aos protagonistas da pesquisa.

A dissertação possui 3 capítulos. O primeiro é intitulado “Chinfrins e rolos: cenário da exclusão na cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90”, em que é analisado como o ideal de civilidade e modernidade europeu foi contextualizado na cidade de São Luís do Maranhão durante a segunda metade do século XIX e como seus elementos foram disseminados entre a população da cidade. São analisados também os conflitos gerados entre os ideais de civilidade e moralidade e os comportamentos dos populares pelos logradouros da cidade e as contradições decorrentes entre os ideais civilizatórios de urbanidade e a realidade estrutural da cidade.

O segundo capítulo, intitulado “Mulheres de ofício: cotidiano de mulheres pobres pelo centro urbano de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90”, analisa o cotidiano de mulheres trabalhadoras e os seus diversos ofícios desenvolvidos pelas ruas da cidade e nas casas de terceiros. São apontados os ofícios que mais surgiram nas reclamações da imprensa local. Este capítulo também analisa os conflitos gerados pela presença das mulheres trabalhadoras pelas ruas da cidade, além de verificar como era feita a repressão a essas mulheres pelas instituições competentes.

O terceiro capítulo, intitulado “Mulheres, festas e alegrias: São Luís do Maranhão e a brincadeira do Boi.”, analisa as sociabilidades, as festas populares que ocorriam na cidade, como o Bumba meu boi, a festa do Divino Espírito Santo, mês Mariano, entre outras, e a participação de homens e mulheres populares nas mesmas, assim como a religiosidade ligada ao catolicismo popular e aos rituais de pajelança.

Esta pesquisa visa a colaborar com os estudos das relações de gênero e também aos estudos referentes a História das Mulheres, e pretende também incentivar outros estudos sobre mulheres pobres e trabalhadoras e suas sociabilidades tanto na cidade de São Luís do Maranhão como em outras cidades do Brasil.

1. CHINFRINS⁸ E ROLOS⁹: CENÁRIO DA EXCLUSÃO NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 80 E 90 DO SÉCULO XIX.

A chegada do século XIX trouxe consigo uma série de mudanças que iriam modificar o modo de viver e sentir o cotidiano da sociedade brasileira, lembrando que o Brasil ainda era colônia de Portugal nessa época.

Essas mudanças ocorreram em consequência dos conflitos bélicos na Europa entre as duas grandes potências da época, a França e a Inglaterra. Após perder a Batalha de Trafalgar, Napoleão Bonaparte, imperador francês, decidiu decretar o Bloqueio Continental em 1806. Tal bloqueio tinha como objetivo atingir a economia inglesa, e as consequências desse ato foram sentidas em Portugal mudando em definitivo a vida na colônia portuguesa na América.

Ao decretar o Bloqueio Continental, Napoleão determinou que as nações que não fechassem os seus portos aos navios ingleses acabariam se tornando inimigas da França e seriam invadidas por suas tropas. Diante de tais acontecimentos, o regente português ficou no meio de um grande impasse, pois se de um lado Portugal mantinha alianças comerciais e militares com a Inglaterra, sendo a coroa portuguesa extremamente dependente economicamente dos ingleses, por outro lado a recusa ao Bloqueio Continental significava a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas.

Diante de tal impasse, o príncipe João, regente de Portugal, tomou uma decisão: o reino português disse não ao Bloqueio Continental. Assim, em novembro de 1807, a família real portuguesa e boa parte da corte se mudaram para o Brasil com a proteção da Marinha Real Britânica. Logo ao chegar ao Brasil, o príncipe regente fez a abertura dos portos as nações amigas e pôs fim ao pacto colonial.

Junto a Família Real e sua Corte, órgãos da administração do império português se instalaram na capital da colônia. O aparato burocrático que se instalou no Brasil contava com ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do Exército e da Marinha, membros do clero, tesouro real, arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que serviram de base para a criação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.¹⁰

⁸ Expressão utilizadas no século XIX para designar as festas e manifestações culturais dos populares.

⁹ Expressão utilizada na cidade de São Luís do Maranhão no século XIX para designar brigas e confusões causadas nos logradouros públicos e em festas populares.

¹⁰ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2014. Pg. 67.

A chegada da família real representou um divisor de águas para a vida na colônia. Foi um período de grandes transformações, sentidas principalmente no Rio de Janeiro. O desenvolvimento cultural começou a crescer no Brasil, já que o príncipe permitiu a circulação de livros, ocasionando o aumento da circulação de ideias na colônia.

A vida cultural da colônia cada vez mais ganhava força. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado no Brasil. Abriram-se teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, chegando ao Brasil cientistas e viajantes estrangeiros, entre eles o naturalista e mineralogista inglês John Mawe, o zoólogo bávaro Spix, o botânico Martius, e o naturalista francês August Saint-Hilaire que, em seus relatos, descreveram a vida cotidiana da população brasileira. Também através de suas pinturas os artistas plásticos franceses como os pintores Taunay e Debret retrataram a gente, a flora e fauna do Brasil.

Neste período, foram criados a Academia Nacional de Belas Artes, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, Academia de Cirurgia e Medicina do Rio de Janeiro, etc. Essas construções mostram a mudança na vida cultural dos moradores do Brasil, mas vale ressaltar que o principal palco de mudanças e agitações no cotidiano da colônia era a cidade do Rio de Janeiro que, na época, era a sua capital.

As agitações e transformações continuaram a ocorrer, e, em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. O comércio brasileiro, por sua vez, passou a ser inundado pelos produtos ingleses devido aos tratados de 1810, e, desta forma, hábitos e costumes estavam em contínuas transformações, pois os brasileiros cada vez mais consumiam os produtos de origem inglesa, mesmos os que não faziam parte do seu cotidiano.

Os anos se passaram, e o Brasil continuava em sua saga de transformações. Em 1822, aconteceu a independência do Brasil sob o comando de D. Pedro I. No ano 1832, durante o Período Regencial, foi lançado o primeiro Código Civil do país e, em 1838, foi inaugurado o colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro, a primeira escola secundária de ensino público do Brasil, e, em 1845, foi criada a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

No ano de 1850, transformações significativas ocorreram no Brasil, como, por exemplo, a decretação da Lei Eusébio de Queiros que proibiu o tráfico negreiro no território nacional. Sabe-se que a lei foi muito mais por pressão dos ingleses do que propriamente uma tentativa de modernização e substituição da mão de obra escrava pela

livre por parte do governo imperial. Neste mesmo ano, foi decretada a Lei de Terras que regulamentou a compra e venda das terras públicas.

Nesse mesmo ano, aumentou cada vez mais o número de imigrantes no Brasil, pois, com o passar do tempo, a imigração europeia foi incentivada. Os imigrantes foram parte importante dentro das teorias higienistas e assim também para a tentativa de apagar a herança africana do povo brasileiro através do embranquecimento da população. Essas teorias eram embasadas pelo conhecimento médico e científico do século XIX.

A decretação da Lei Eusébio de Queiros trouxe consigo benefícios econômicos para o Brasil. Através da mesma, parte do dinheiro empregado no tráfico negreiro foi investido no processo de industrialização, o que ocasionou a expansão das grandes cidades, lembrando que esse processo foi mais intenso nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

As cidades começaram a receber melhorias nos serviços públicos: implantação dos sistemas de bonde, criação das companhias de vapores, surgimento das estradas de ferro interligando as províncias e levando o café aos portos, implantação dos sistemas de esgoto e água encanada além de energia elétrica. Essa última possibilitou a substituição da iluminação pública dos postes de candeeiro acesos por escravos a postes a gás. Nesse percurso de inúmeras transformações, encontramos a abolição da escravidão em 1888 e Proclamação da República em 1889.

Todo esse conjunto de transformações também foi sentido em outras capitais do Brasil, como a cidade de Manaus, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Florianópolis, entre outras, de forma bem mais lãnguida do que na capital do império. Em São Luís do Maranhão não foi diferente. O século XIX para a capital maranhense marcou um período de prosperidade e decadência econômica. A prosperidade se originou da exportação do algodão e, em menor escala, do plantio de cana de açúcar e arroz.

1.1 SÃO LUÍS EM BUSCA DAS BRISAS DA MODERNIDADE.

Desde o início de sua colonização, a economia maranhense foi agrária e, com passar do tempo e para atender as necessidades da metrópole, se tornou agroexportadora, com o algodão sendo o seu principal produto de exportação. Sobre a

situação econômica do Maranhão, o historiador Josenildo de Jesus Pereira demonstra a sua gênese

No Maranhão, a agricultura mercantil e escravista de início, foi baseada nas culturas do algodão e do arroz devido à modificação no mercado mundial de produtos tropicais provocada pela guerra de independência das treze colônias inglesas da América do Norte e a contínua demanda de matéria prima gerada pela Revolução Industrial. Acrescente-se a esses fatores, a situação de crise em que se encontravam a cana-de-açúcar e a mineração; o solo fértil para a cultura do algodão e arroz; e a influência da Companhia Geral de Comércio do Estado do Grão Pará e Maranhão criada para capitalizar proprietários rurais e abastecê-los de trabalhadores escravos.¹¹

Com os lucros advindos da produção do algodão a cidade de São Luís teve suas nuances de transformações. A elite ludovicense, a qual nos referimos eram sustentadas por questões econômicas, sociais e políticas. Nesse grupo, estão incluídos os grandes fazendeiros de algodão, arroz e açúcar, grandes comerciantes portugueses e seus descendentes, escritores, jornalistas, poetas e políticos locais.

Esse grupo consumia e vivia os hábitos europeus, principalmente os franceses, tão caros e estimados à elite ludovicense, que desejavam que a capital maranhense se enquadrasse nas brisas de modernidade assopradadas da Europa.

Em que bases de sustentação e significação estava inserido esse ideal de modernidade tão desejoso pelas elites de São Luís do Maranhão no século XIX? Como dito anteriormente, esse grupo desejava se enquadrar nos padrões de hábitos, costumes e sensibilidades advindos da França, pois, no século XIX, esse país se tornou referência do padrão de civilidade e modernidade.

Ao pensar em Paris, capital da França, como o principal agente de modernização e civilização, posto em curso nas principais cidades do Brasil, precisamos entender que esse imaginário surge a partir de:

[...] toda uma gama de transformações ligadas ao desigual desenvolvimento do capitalismo francês: a cidade decuplicou a sua população, atingindo a extraordinária cifra de 1.000.000 de habitantes em 1870, diversificou-se o parque produtivo, redesenhou-se o espaço urbano, e o regime político alternou-se mais de uma vez entre as formas monárquicas e republicanas. Nesse contexto francês em transformação, em que formas arcaicas e novas se entrecruzavam, e valores do progressismo se entrecruzavam com os da

¹¹ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. 2041 fls. Tese [Doutorado em História Social], Universidade de São Paulo, 2006. Pg. 23

tradição, Paris era, por excelência, o teatro desse processo de modernidade [...]”¹².

Além dessa gama de transformações pela qual passou a capital francesa no século XIX, outros elementos colaboraram para a formação do imaginário sobre a mesma que, durante o século XIX, tornou-se sinônimo de modernidade.

[...] se constituiu no paradigma da cidade moderna, metonímia da modernidade urbana, isso se deve, em grande parte, à força das representações construídas sobre a cidade, seja sob a forma de uma vasta produção literária, seja pela projeção urbanística dos seus projetos personificados no que se chamaria de ‘haussmanismo’¹³.

Paris se tornou emblema da modernidade e pensamos na força desse modelo, devido a sua “[...] percepção universal, que é capaz de romper as barreiras do tempo e do espaço e se tornar compreendida e aceita em outros momentos e lugares. [...]”¹⁴ Desta forma, procuramos compreender e perceber os elementos da modernidade parisiense na capital maranhense na segunda metade do século XIX.

A partir do modelo parisiense de civilidade e modernidade, os hábitos e o imaginário de uma parte da sociedade ludovicense começaram a se refinar perante os usos e costumes tradicionais e cotidianos da cidade. Nesse momento, não apenas os hábitos e costumes começaram a se transformar, assim como a estrutura da cidade seguindo elementos urbanísticos vindos da cidade de Paris. Neste início de modernização, houve uma maior intervenção do poder público ao que tange o reordenamento urbano, limpeza e manutenção das vias públicas e construções de edifícios.

A chegada da modernidade, almejada por grupos detentores do poder político e econômico, imprimiu novos ares e cores à cidade, e, deste modo, novos hábitos e costumes foram surgindo. Dentro desses novos moldes de viver na e sentir a capital maranhense e coincidindo com um período de grande prosperidade econômica advinda da venda do algodão maranhense no mercado internacional, foi construído, no ano de

¹² PESAVENTO. Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999. Pg. 31.

¹³ PESAVENTO. Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999. Pg. 31.

¹⁴ PESAVENTO. Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999. Pg. 32.

1815, o Teatro União por iniciativa de comerciantes portugueses moradores da cidade. Desta forma, os senhores Eleutério e Estevão edificaram um teatro que:

[...] não tem a grandiosidade de alguns dos teatros construídos posteriormente, mesmo sendo rico em ornamentos em sua parte interna, pois os recursos financeiros não foram suficientes para maiores luxos. No entanto, no decorrer dos anos e das reformas que foram realizadas ao longo do século XIX, o Teatro será ornamentado ao último gosto.¹⁵

Após a inauguração do teatro em 1817, começaram a estreiar espetáculos de companhias teatrais, dança e canto na capital maranhense. Muitas dessas companhias eram originárias do velho mundo e outras tantas do sul do Brasil. Nestes espetáculos comprecia a fina flor da sociedade maranhense.

Passaram-se os anos, e o Teatro União passou a ser conhecido como Teatro São Luíz. Apesar da mudança do nome, o referido teatro continuava sendo um dos pontos principais de refinamento e sociabilidade da cidade. A Revista Elegante de 1892 noticia um espetáculo de Antônio Rayol, tenor maranhense que, na época, tinha fama tanto nacional quanto internacionalmente.

Correu esplendido o concerto em todos os trechos da primeira e segunda parte e o povo que ali estava applaudia e victoriava A. Rayol quando ouvia-lhe a voz que, como a tempestade, como a agitação das ondas e como o gorgueio da ave, exprimia a paixão, a cor, o jubilo e, n'uma palavra, as diversas emoções da alma.

Ali, a Musica, e o Canto, não eram somente uma Arte de exprimir, eram a Arte de comover o espírito sem auxilio estranho¹⁶.

Prosseguindo com a saga da modernização a partir de 1821, os ludovicenses contavam com primeiro jornal impresso, O Conciliador do Maranhão.¹⁷ No ano de 1838, no Largo do Carmo, começou a funcionar a primeira escola de ensino secundário do Maranhão, o Liceu Maranhense, cujo o primeiro diretor foi Francisco Sotero dos Reis¹⁸, que foi um dos mais famosos intelectuais do Brasil no século XIX, latinista,

¹⁵GOUVEIA NETO, João Costa. **Ao som de pianos, flautas e rabecas... Estudo das vivências musicais das elites na São Luíz da segunda metade do século XIX**. 2010. 168 fls. Dissertação [Mestrado em História do Brasil], Universidade Federal do Piauí, 2010. Pg. 75.

¹⁶ Revista Elegante, 31 de agosto de 1892. Ano I, número 06.

¹⁷ FILHO, Domingos Vieira. **Breve História das Ruas de São Luíz**. São Luíz. 1962. Pg. 52.

¹⁸ FILHO, Domingos Vieira. **Breve História das Ruas de São Luíz**. São Luíz. 1962. Pg. 70.

mestre na Língua Portuguesa Clássica, poeta, jornalista¹⁹. Logo em seguida, no ano 1841, foi fundado o colégio público Casa dos Educandos e Artífices²⁰.

As transformações da cidade em busca da modernidade, foram sentidas com maior intensidade no cotidiano e hábitos das camadas mais ricas, que investiram parte do lucro advindos das exportações dos seus gêneros agrícolas com os quais contribuíram para que a cidade de São Luís ganhasse novas proporções diante das novas necessidades de consumo.

As pessoas mais ricas começaram a erigir seus casarões ao estilo arquitetônico português. É interessante notar que, até os dias atuais, esses casarões constituem uma parte da identidade cultural da cidade, pois eram moradias de grandes fazendeiros, senhores de escravos e de grandes comerciantes da cidade. Maria da Glória Correia, historiadora maranhense descreve os estilos presentes nesses casarões:

[...] sobradões que comerciantes e senhores de terras e escravos erigem na cidade, dando origem a um conjunto arquitetônico marcado pela referência portuguesa, onde estão presentes, dentre outros, os orientalismos por ela assimilados. Daí os arcos em ferraduras do Marrocos, as telhas de pagode chinês e os azulejos árabes, bem como árabes também os balcões e as varandas.²¹

Dentro da sociedade maranhense do século XIX, os casarões se tornaram bem mais que moradias luxuosas por mostrarem e definirem extratos sociais, fato que simbolizava a diferenciação social entre os diversos moradores da cidade. Essa diferenciação não se restringia apenas na parte de fora, já que era no interior dessas moradias que a ostentação das riquezas e nobreza das famílias imperavam, pois cada morador buscava impor e imprimir as suas distinções.

Como é o caso do Comendador Antônio José da Silva, em que o jornal o Publicador Maranhense tornou público que o mesmo não tinha pena de residir em um palacete, cuja sala causava inveja até aos duques franceses²².

A partir da segunda metade do século XIX mais elementos de modernidade surgiam na sociedade maranhense. No ano de 1877, uma parte dos moradores da cidade

¹⁹Disponível em <http://blog.jornalpequeno.com.br/dinacycorrea/2012/09/sao-luis-400-anos>. Acesso em 30/12/2015

²⁰ FILHO, Domingos Vieira. **Breve História das Ruas de São Luís**. São Luís. 1962. Pg.105.

²¹ CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís. Edufma. 2006. Pg. 26.

²² Jornal Publicador Maranhense, 15/10/1873. Apud CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís. Edufma. 2006. Pg. 42.

usufruí dos serviços bancários da Caixa Econômica²³. Em 1871, ocorreu a chegada da Companhia Ferro Carril, proporcionando o serviço de bonde puxado à tração animal como principal meio de transporte público. “A cargo da Companhia de Ferro-Carril, desde 1886, era o dito serviço oferecido sobre uma malha viária constituída por 5.310 metros de trilhos que cortavam grande número de ruas e algumas praças da cidade [...]”²⁴.

A cidade, assim, percorria o seu caminho rumo à modernidade, urbanidade e civilidade. As lojas comerciais já demonstravam sua sintonia aos costumes europeus ao oferecerem produtos oriundos deste continente, como era o caso dos trajes masculinos vendidos na alfaiataria Texeira que anunciava a venda de cortes de fustão branco bordados para coletes, última expressão da moda na época²⁵.

Em outra edição da mesma revista, a alfaiataria Texeira informou que possuía “Paletots de lustrim, alpacão, seda crúa, seda de cores, cazemira preta ou de cor, brim branco, pardo e hollandia parda, encontram-se já promptos, no deposito de roupas feitas da alfaiataria”²⁶. Até os chapéus de feltro chegavam da Inglaterra²⁷, e, deste modo, cada dia mais os maranhenses abastados, até mesmo os que intencionavam passar como tal, vestiam-se ao estilo europeu e pouco se importavam com os dias quentes de verão da capital maranhense.

1.2 A SÃO LUÍS REAL, A CIDADE DE TODA A GENTE.

Ao pensar na São Luís idealizada e seguidora de um processo de civilização e modernidade em voga no Brasil, é necessário lembrar que também existia uma outra cidade, que aqui se denomina a cidade real e em que cabia a totalidade de toda a população por comportar as camadas populares e seus usos e costumes (por populares denominamos homens e mulheres que poderiam ser escravos, livres ou libertos, uns trabalhadores e outros sem ofícios). E eram pelas ruas da cidade real que esse grupo vasto e heterogêneo desenvolvia seus ofícios e suas teias de sociabilidades.

²³ CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX.** São Luís. Edufma. 2006. Pg. 41.

²⁴ CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX.** São Luís. Edufma. 2006. Pg. 143.

²⁵ Revista Elegante, 1892, 30 de setembro de 1892. Ano I, número 07.

²⁶ Revista Elegante, 31 de outubro de 1892. Ano I, número 08.

²⁷ Revista Elegante, 31 de dezembro de 1892. Ano I, número 10.

No livro “O Mulato”, Aluísio de Azevedo faz uma breve mostra do universo dos populares de São Luís do Maranhão no século XIX. Ele começa falando que a quente e escaldante São Luís do Maranhão deveria estar tão quente que “[...] quase que se não podia sair às ruas; as pedras escaldavam [...]”²⁸. O autor continua a falar do cenário da cidade e dos populares em sua obra dizendo que “em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho”²⁹. Continuando a leitura em linhas mais à frente, ele conta que:

[...] doutro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: “Fígado, rins e coração!” Era uma vendedeira de fatos de boi [...]”³⁰

Prosseguindo a narrativa, Azevedo fala que a praia de Santo Antônio enchia a cidade de sons com uma buzina que anunciava a chegada dos pescadores vindos do mar e que pra lá “[...] convergiam, apressadas e cheias de interesse, as peixeiras, quase todas negras, muito gordas, o tabuleiro na cabeça, rebolando os grossos quadris trêmulos e as tetas opulentas”³¹.

Pelas ruas da cidade homens e mulheres populares não desenvolviam apenas seus ofícios, mas eram em becos, praças e logradouros públicos que muitas das festas e divertimentos dessa classe aconteciam, deixando evidente que boa parte de seu cotidiano se desenrolava pelos logradouros públicos da cidade.

O jornal A Pacotilha informa “[...] que em consequência de muita cachaça, houve na praça d'Alegria hontem a noite, forte rollo [...]”³². O mesmo periódico publicou a reclamação de que “Todos os dias ha na rampa do Palacio, há jogatina forte, que muitas vezes acaba por grande pancadaria.”³³

Continuando com as reclamações publicadas nos periódicos, um reclamante nos informa:

Hoje é o dia escolhido pelos pagodistas para os seus bailes ordeiros. Previne-se, pois, a policia, para que mande patrulhar as ruas de Sant'Anna,

²⁸ AZEVEDO. Aluísio de. **O Mulato**. 22.ª Edição. Rio de Janeiro. Ediouro, 1999. Pg. 9

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Jornal A Pacotilha, 17 de maio de 1881.

³³ Idem.

Misericórdia e praça do Mercado. Isto para evitar as amabilidades e consequências agradáveis de tais ajuntamentos.³⁴

E mais reclamações apareceram na Pacotilha sobre as festas e sociabilidades dos populares em vias públicas. Segundo um reclamante, “ [...] um grupo que se reuniu esta madrugada na rua das Creoulas canto da Inveja promoveu um grande rolo no qual houve pancadaria a valer”³⁵. Em outra matéria, o reclamante informou que “ [...] no beco das Laranjeiras canto da rua das Creoulas hontem a noute as 9 horas, houve um rôllo onde figuraram grande numero de mulheres que se esbofetearam mutuamente”³⁶.

Outra reclamação previniu aos apreciadores “[...] de que hoje na praça do Mercado ha um magnifico chinfrim que não pode prescindir de suas presenças. Aviso - A policia prometeu não ir por lá interromper o pagode”³⁷. Quanto ao Bumba meu boi, a festa mais querida entre os populares, é informado que:

O bumba meu boi já vai abusando. Hontem a noute as familias que recolhiam do espetaculo pela rua do Sol, viram-se forçadas a dar volta por outra rua porque o bumba, que dançava em frente a casa do sr. dr. Augusto Rosa, embargava completamente o transito. Pedimos providencias a policia.³⁸

Lendo as páginas do mesmo periódico encontramos outra denúncia contra as sociabilidades populares pelos logradouros públicos da cidade de São Luís do Maranhão.

Pedem-nos que chamemos a atenção do sr. dr. chefe de policia para um grupo de pandegos, que se ajuntam todas ás noites na rua de Sant'Anna, canto da Praça da Alegria. O grupo, segundo o informante, não tem papas na lingua - é um palavrão por dà cà aquella palha. A visinhança é que não está resolvida a aturar semelhante musica e por isso pede a policia, que se digne dar algumas providencias antes que algum facto lamentavel a obrigue a sobressaltar-se mais seriamente.

Diz quem informa que no grupo ha um typo, conhecido pelo cognome Vinagre, que bem pode auxiliar a policia em suas pesquisas.³⁹

Percebemos que o cotidiano dos populares de São Luís se desenrolava nos logradouros públicos da cidade. Observa-se, no entanto, que suas vivências e costumes

³⁴ Jornal A Pacotilha, 21 de maio de 1881.

³⁵ Jornal A Pacotilha, 17 de junho de 1881.

³⁶ Jornal A Pacotilha, 28 de junho de 1881.

³⁷ Idem.

³⁸ Jornal A Pacotilha, 30 de junho de 1881.

³⁹ Jornal A Pacotilha, 12 de julho de 1881.

pelas ruas, praças, becos e jardins entravam em choque com as idealizações de civilidade e modernidade pretendidas pelas elites locais.

Podemos dizer que ocorria um cruzamento das duas cidades dentro do cotidiano de seus moradores e na ocupação do espaço urbano. Nesse cruzamento, havia uma tensão bipolar entre o almejado pelas elites e as práticas populares, o que ocasionava uma série de conflitos nos logradouros da cidade.

Na cidade idealizada, pouco era o espaço para os populares e suas práticas, pois, dentro desse ideal, o que as autoridades e a edilidade da cidade colocaram em curso foi a tentativa de disciplinamento e controle das camadas populares para que as mesmas se encaixassem dentro do processo de modernização. O que não podemos esquecer é que alguns dos anos em estudo foram de transição entre o trabalho servil e assalariado assim como de transição entre governo imperial e republicano.

A partir dos conflitos entre os ideais de civilização e modernidade e as práticas cotidianas de seus moradores dentro da área urbana da cidade de São Luís, muitas foram as reclamações decorrentes de tais conflitos e as mesmas tornaram-se constantes nos periódicos locais.

A análise do jornal “A Pacotilha” mostra como esse meio de comunicação era utilizado pela população mais rica e letrada como um canal de pedido de providências a polícia ou a intendência e de reclamações. A polícia e a intendência municipal eram instituições que serviam como veículos de controle e disciplinamento das práticas populares pelas ruas da cidade ou na casa de particulares.

Os jornais, seus redatores e reclamantes formavam um conjunto cheio de juízos de valores, pois, em sua grande parte, estavam ligados às elites políticas e sociais e foram imbuídos da missão de porta vozes da civilidade e modernidade em curso no país.

Vale ressaltar que os periódicos que circulavam em São Luís possuíam um público alvo. Esse público era constituído pelos reclamantes que usavam os periódicos como canal de denúncia. Assim, era usual as páginas da imprensa escrita denunciarem o que seus leitores consideravam como maus hábitos e costumes das camadas populares da cidade. Esse ato evidenciava o combate às sociabilidades e práticas populares dentro do processo civilizador implantado em São Luís do Maranhão durante o século XIX.

Desta forma, os jornais estavam carregados de reclamações de cidadãos ditos de “bem” contra os populares da cidade. Leva-se em conta que, ao analisar tais reclamações, percebemos que os jornais estavam cheios de juízos de valores e isso “[...]”

estetiza o fato, ou seja, reorganiza a narrativa, encadeia o enredo, exprime um juízo de valor”⁴⁰.

As reclamações eram diversas, e boa parte pedia providências acerca do comportamento dos populares pela cidade que tanto ofendiam a moral e os bons costumes concebidos a época pelas elites locais. As reclamações mais comuns davam conta de gritarias, embriaguez e brigas nos logradouros da cidade, assim como também a realização dos bailes e festas que ocorriam na cidade.

A notícia que segue informa sobre uma festa que, segundo o reclamante, ocorria todos os sábados na rua do Norte ao lado do cemitério velho. Quem a escreveu carregou nas tintas o preconceito contra o local, os participantes e a dona da casa, que foi comparada a um animal demonstrando a selvageria de tal evento, segundo o autor da reclamação. Assim, diz a notícia:

Na rua do Norte, ao lado do cemiterio velho, ha todos os sabbados um bródio valente, damnado, em casa de uma tal Anna Boi, que pelo nome não perca. E sempre acaba com barulho uns rolos formidaveis que pertubão seriamente o socego dos moradores d’aquelle logar. E Anna Boi dá chifradas de todo tamanho, aqui e alli, insultando muito, muito, n’um desregramento de linguagem immunda que trescala uns cheiros activos de podridão .⁴¹

Uma outra festa de populares apareceu na “Pacotilha”. Essa reclamação traz os nomes dos supostos organizadores do evento e a participação de escravas no baile. A nota segue informando que:

Na rua dos Remedios, canto com o beco do Borytiseiro ehxibio-se ultimamente um novo pagode com o pomposo titulo de chinfrim da Botija. Funciona diariamente e ahi se esquecem as escravas da visinhança de suas obrigações.

A gloria de fundar tão util divertimento pertence ao Celestino e em parte ao Trajano cego, ex-escravo do fallecido bispo D. Luiz.⁴²

Sobre uma reunião na Praia de São Thiago o reclamante fez a denúncia a respeito dos populares e suas sociabilidades no referido local e reclamou da falta de policiamento. A polícia era um dos meios de repressão e disciplinamento das camadas populares por parte do Estado.

⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo. Companhia Editorial Nacional. 2001. Pg. 127.

⁴¹ Jornal A Pacotilha, 16 de julho de 1883.

⁴² Jornal A Pacotilha, 12 de julho de 1883.

O pittoresco bairro de S. Thiago foi ante hontem sobresaltado do seu doce abandono por um alegre e divertido rôlo, no qual exhibiram-se os mais afiançados socos e as mais limpas facadas que jamais foram dadas em nossas costellas.

Apito tambem havia, bôa vontade de que chegasse a policia tambem havia, motivo para ella se apresentar havia, gente que desejava dormir no xadrez havia. Só não havia ella - a policia.⁴³

Uma denúncia sobre outro “chinfrim” apareceu na “Pacotilha” e nessa o denunciante cita o nome do organizador e participantes. A respeito de um dos partícipes, o denunciante o citou como um criminoso e o acusa de roubo na loja do sr. Casal. E, na tentativa de desqualificação, os bailes foram chamados de “centros da bella catíngia”.

Ora até que afinal descobrimos os dois bellos chinfrins, que tinham por algum tempo desaparecido da arena. Foi no becco dos Barbeiros que os dois centros da bella catíngia retomaram o antigo prestigio, sob a direcção de dois coxos - Benedicto, escravo do sr. João Azevedo Almeida e um outro cujo nome não conseguimos apanhar. Houve sarilho, distinguindo-se Julio e Albertino. Este Albertino tem já um nome vantajosamente recommendado pelas engenhosas pescas á caniço na loja de fazendas do sr. Casal. Quanto ao Julio não sabemos ainda que taes são as suas folhas corridas.⁴⁴

Ainda tratando das reclamações contra os populares pelos logradouros e ruas da cidade o mesmo periódico noticiou que um cidadão recolheu em sua casa algumas mulheres com as quais praticava atos que eram considerados imorais à sociedade da época.

Dizem nos que mora pelas imediações do senhor doutor chefe de policia um cidadão que deve ser reprimido pelas suas imoralidades, ainda noite passada, três voluptuosas da vida airada bateram à porta daquele indivíduo que recolhendo uma das tais, abrigou as duas insinuadas a praticar os maiores dasatinos e a proferir obscenidades ofensivas à moral. O senhor Magalhães Braga se puzer de alcatéia, de certo acabara com esta imoralidade.

Outra denúncia informa que na rua de Santo Antônio, onde está estabelecida uma officina de violeiro, “[...] costuma haver um samba que traz os ouvidos da vizinhança em padarecos. A música não é e toda má, as vezes são supportaveis, mas o que não se pode aturar é a prelecção de obcenidades.”⁴⁵ Nesta, o denunciante, apesar de

⁴³ Jornal A Pacotilha, 21 de julho de 1883.

⁴⁴ Jornal A Pacotilha, 4 de julho de 1883.

⁴⁵ Jornal A Pacotilha, 16 e março de 1883.

relatar que a música as vezes é suportável e não é de toda má, ainda assim desqualificou o baile dos populares.

Não só de bailes estavam cheias as reclamações nas páginas dos jornais locais, também eram inúmeras as reclamações sobre brigas, “ajuntamentos de negros e negrinhas”, embriaguez e gritarias nas ruas da cidade.

Sobre um ajuntamento de moleques e negrinhas que ocorreu no Canto do Teatro e na rua dos Afogados em frente a Fonte do Ribeirão, o autor da nota diz que “ [...] O desrespeito e a immoralidade mais descabellada ostentam-se por ali cynica e desbragadamente. A pollicia cumpriria com seu santo dever se postasse uma patrulha permanente naquelles pontos. O decoro público o reclama”⁴⁶.

Outra nota relata que o canto da rua da Saúde com a da Palma estava se tornando ponto de “reunião de desordeiros”. Com certa frequência, aconteciam “distúrbios” como este que se verifica a seguir:

Hontem a tarde encontraram-se ali naquele logar Roque Antonio de Jesus e Manoel Georgino Alves de Carvalho, dous arrebenta-peias de força. Travaram-se de razões e d’ahi foram às vias de fato. Aglomerou-se povo que aplaudia aos valentões, quando uma patrulha de urbanos appareceu e interrompeu a bernarda. Roque já tinha uma facada na mão direita e Manoel achava-se por terra devido a uma forte cacetada que Roque lhe applicára. Ambos receberam voz de prisão em flagrante e depois de lhes haver o sr.dr.chefe de polícia mandado fazer os devidos corpos de delitos, foram encaminhados à cadeia pública.⁴⁷

Várias outras brigas ocorridas nos logradouros da cidade foram noticiadas nos periódicos. Uma delas foi a que ocorreu na Praia do Cajú entre Roque e Marcolino os quais, depois de muito, “[...] se esbofetarem mutuamente, appareceu o celebrimo Filippe; e, armado de um pao, foi acima de Roque e deu-lhe a valer [...]”⁴⁸. Em outra briga, essa ocorrida no Portinho “[...] um sujeito deu em outro umas facadas mestras e cacetadas succulentas. [...]”⁴⁹.

Poderíamos dizer, baseados nas fontes, que os bailes, festas e outras sociabilidades dos populares nos logradouros da cidade causavam incômodos aos moradores de “bem” da cidade. Esses, por sua vez, recorriam aos periódicos como forma de denúncia e repressão dessas práticas pelas ruas, becos, praças e jardins da cidade, pois tais práticas eram incompatíveis ao processo civilizador em voga na cidade.

⁴⁶ Jornal A Pacotilha, 17 de janeiro de 1887.

⁴⁷ Jornal A Pacotilha, 26 de janeiro de 1887.

⁴⁸ Jornal A Pacotilha, 17 de agosto de 1881.

⁴⁹ Idem.

1.3 NAS TRILHAS DA EXCLUSÃO.

Nos periódicos analisados as reclamações contra o cotidiano dos populares pelos logradouros da cidade são inúmeras, demonstrando a carga de preconceito contra esse grupo, mas as mesmas também mostram uma outra questão, questão essa que baseia-se na cidadania dos ludovicenses. Quem eram os cidadãos da cidade de São Luís do Maranhão entre 1880-90? Quais eram os critérios para habilitar uma pessoa a ser cidadão da cidade?

Pois bem, estamos falando de uma sociedade escravocrata que, mesmo com o fim da escravidão, permaneceu com forte preconceito contra o negro. Tal preconceito atingia também os brancos pobres, tanto homens quanto mulheres.

A respeito dessa sociedade escravocrata, um exemplo vem das linhas de Aluísio de Azevedo, famoso escritor maranhense, que descreve de forma singular tal sociedade em seu livro “O Mulato”, no qual D. Maria Bárbara é um exemplo de senhora escravocrata maranhense. Através dessa personagem, como em outras da obra, percebe-se a carga de preconceito e intolerância contra populares.

Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia “Os sujos” e, quando se referia a um mulato, dizia “O cabra”. Sempre fora assim e, como devota, não havia outra. Em Alcântara tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar ai todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados. Lembrava-se com grandes suspiros do marido “do seu João Hipólito” um português fino, de olhos azuis e cabelos louros.⁵⁰

Como pensar a cidadania em São Luís do Maranhão na segunda metade do século XIX? Quais eram os requisitos para ser um cidadão ludovicense? Primeiramente, o que percebemos é que a cidadania, em sua grande parte, era negada aos negros, aos egressos do cativo e seus descendentes, estendendo a negação da cidadania aos brancos pobres da cidade. Juntamente com a negação da cidadania, havia ainda uma forte exclusão social que, na maioria dos casos, negava o acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos populares locais.

⁵⁰ AZEVEDO. Aluísio de. **O Mulato**. 22ª Edição. Rio de Janeiro. Ediouro, 1999. Pg. 11.

Outro aspecto de negação da cidadania é relativo ao trabalho. O ócio e a falta de trabalho eram motivos para desqualificar um indivíduo como vadio, turbulento, segundo o pensamento moralizante da época, como afirma Pesavento: “ [...] por que da ociosidade, lembravam os articulistas, nascia o crime, a embriaguez, o desregramento moral, a prostituição.”⁵¹

O não ser cidadão se dava não apenas pela falta do emprego fixo, uma vez que o mesmo poderia ter um ofício, mas também porque tal ofício não era reconhecido e nem valorizado perante a sociedade ou não lhe garantia o sustento pleno.

A negação da cidadania relacionada a um emprego que não era reconhecido socialmente ocorreu com “um tal Eliezer, caldeireiro”⁵², que foi acusado através de uma denúncia, de ser o proprietário de uma casa de jogos. Em outra reclamação “um tal Belizário, sapateiro e Rocha alfaiate”⁵³, aparecem por terem se esmurrado na rua Cruz canto com a rua da Paz. Um morador da rua das Laranjeiras, “um indivíduo de nome Bourbon”, foi acusado de reunir em sua casa “[...] uma malta de vadios que se diverte em jogo, gelladinha e diamba”⁵⁴. “O tal Lessa”⁵⁵ catraieiro em denúncia do jornal ficou conhecido por desordeiro ao insultar e tentar esfaquear a escrava do sr. Manuel Gonçalves Martins.

Mais um popular figurou como alvo de denúncias, sendo que, desta vez, foi “um tal Severino alfaiate”⁵⁶ que, juntamente com um grupo de “vadios” na rua da Palma, deu uma grande vaia no “sr. Bruno Pereira de Mattos”. Percebemos a mudança no tratamento dado às pessoas envolvidas em reclamações dos periódicos.

Os senhores Manuel Gonçalves Martins e Bruno Pereira de Matos, por possivelmente se tratarem de pessoas com emprego reconhecido socialmente e serem considerados “homens de bem”, não recebiam nenhuma desqualificação moral por parte dos autores das reclamações.

A desqualificação também chegava às mulheres das camadas populares. Em uma reclamação sobre comportamentos considerados desviantes, aparecem como protagonistas “[...] umas mulheres moradoras do lugar, de nomes Francisca e Bernarda

⁵¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo. Companhia Editorial Nacional . 2001. Pg. 135.

⁵²Jornal A Pacotilha, 17 de agosto de 1881.

⁵³Jornal A Pacotilha, 22 de agosto de 1881.

⁵⁴ Jornal A Pacotilha, 23 de agosto de 1881.

⁵⁵ Jornal A Pacotilha, 29 de agosto de 1881.

⁵⁶ Idem.

[...]”⁵⁷. Devido a insultos e incômodos aos vizinhos na rua da Viração, “uma tal Lourença”⁵⁸ teve seu nome publicado na “Pacotilha”. Sobre um assalto, informa-se que foram levados duzentos mil reis em objetos de ouro da “preta Lourença”⁵⁹, e a palavra preta demonstra a condição de escrava ou liberta de Lourença. E “uma tal Christina”⁶⁰ apareceu na “Pacotilha” após reclamação sobre pedidos de esmola para comemorem o festejo do Divino Espírito Santo.

Nas trilhas da exclusão dos populares ludovicenses, percebemos que algo bem comum, que apareceu nas linhas dos jornais, eram os monossílabos e adjetivos os quais desqualificavam a moral dos populares, refletindo o que foi dito anteriormente sobre o combate à sociabilidade e costumes das populações mais pobres da cidade, os exemplos encontrados nos periódicos são abundantes.

Sobre a negação da cidadania dos populares e desqualificação dos mesmos no periódico local analisado, é necessário lembrar que esses eram anos de transição entre o trabalho compulsório e o trabalho livre, e concomitantemente havia a implantação de padrões de civilidade e modernidade. A partir desses elementos no Brasil, novos moldes e paradigmas de sociabilidade tiveram sua gênese, e, dentro desses novos padrões, as

[...] medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e forma de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida.⁶¹

Ao usar os conceitos de cidadão e indivíduo, Sandra Jatháí Pesavento esclarece que o cidadão é:

[...] aquele que paga impostos, que obedece a lei, que vota, que é proprietário ou paga aluguel, tendo contudo domicílio fixo ou ocupação certa. O cidadão é aquele de hábitos morigerados: com emprego, trabalha todo o dia e não desperdiça seu tempo com idas a lugares onde se bebe ou se joga. Em geral, os cidadãos são sempre os agredidos ou os que reclamam ou denunciam, junto as autoridades, os desregramentos e os crimes praticados pelos indivíduos.⁶²

⁵⁷ Jornal A Pacotilha, 3 dezembro de 1881.

⁵⁸ Jornal A Pacotilha, 4 dezembro de 1881

⁵⁹ Jornal A Pacotilha, 25 de abril de 1881.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Maryl. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997. Pg. 362.

⁶² PESAVENTO, Sandra Jatháhy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo. Companhia Editorial Nacional . 2001. Pg. 138.

Já os indivíduos são classificados como “[...] aqueles que provocam distúrbios ou mesmo crimes e que são levados ao xadrez”⁶³. Os populares da cidade se encaixam dentro da classificação de indivíduos acima citada e, por isso, recebiam do jornal as alcunhas de desqualificação que denotavam uma indeterminação a cidadania e incerteza de suas identidades, causando um estigma de práticas desviantes e comportamentos desordeiros. Tais circunstâncias refletem o não enquadramento dos mesmos nos ideais de civilidade e modernização em curso na cidade.

Desta forma, uma notícia da imprensa local é um exemplo, das várias que apareceram na pesquisa, que demonstra um pouco o universo da exclusão dos populares de São Luís. A notícia pedia providências à polícia para pôr “[...] um dique às immoralidades e desaforos que quotidianamente se nota na rua da Calçada [...]”, pois as pessoas honestas da localidade não podem chegar a janela de suas casas para não serem “[...] testemunhas de escandalos praticados por gente sem educação, nem moralidade [...]”. Continuando a reclamação, o autor relata que as famílias dentro de casa ficavam horrorizadas com os palavrões de “tal gente”. A desqualificação ao grupo recomeça:

[...] Uma malta de vadios, vagabundos, réos de policia, mulheres de vida deslocada, verdadeiras megeras, provocam e atiçam o mais inaudito escancalo. Fazem da rua, dia e noite a sua cama, levantam as vestes e affagam os vadios pombos com quem se arrolam, ás vezes com grande escandalo! [...]⁶⁴

Percebemos que hábitos de sociabilidades dos populares causavam muito incômodo para a sociedade maranhense da época, tão preocupada em tornar a cidade cada dia mais moderna e civilizada. Essa é a visão das elites sobre a gente comum da cidade, pois os pobres da cidade representavam a negação de todo esse projeto civilizatório.

A exclusão social dos populares chegava aos seus locais de moradia, sociabilidade e trabalho, pois esses eram locais mal vistos e muitas das vezes evitados pelas elites locais. Por onde esses locais se estendiam? Por onde a gente pobre da cidade andava? Como dito anteriormente existiam duas São Luís, uma idealizada e outra a real. E ruas, becos, praças e travessas dentre outros logradouros, eram os lugares em que os populares circulavam.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Jornal A Pacotilha, 4 de janeiro de 1892.

Tal circulação se dava por dois motivos principais. Um era o trabalho realizado pelos logradouros da cidade como acontecia com sapateiros, lavadeiras, vendedoras em tabuleiros, carregadores, entre outros profissionais. O outro motivo eram as festas e as sociabilidades populares.

A cidade real, a cidade de toda a gente, a cidade que fervilhava era marcada por uma série de comportamentos, imagens e discursos discriminatórios. Muitas das ruas da cidade e dos logradouros públicos se tornaram pontos de discriminação, periculosidade, comportamentos desviantes, distúrbios e crimes através das reclamações feitas no periódico analisado.

Entrando na rota da exclusão traçada a partir do periódico “A Pacotilha”, um dos principais logradouros públicos, ruas e bairros estigmatizados e discriminados pela forte presença dos populares foi a Praça do Mercado onde rolos, chinfrins e sociabilidades populares eram constantes. Uma reclamação que pedia providências a polícia conta que:

[...] na quitanda do Sr. Antonio Pinho, praça do Mercado, há sempre reunião de uns homens peraltas, vadios, que paixão ás noutes alli cantarolando, tocando viola e harmonica. E nada mais nada menos que um samba, um samba em regra, completo sem faltar cousa alguma. A cachaça tem entre essa gente um imperio despotico, de uma absolutismo atroz, e que faz com que haja nessa taberna grandes barulhos, uns rolos damnados, em que há cacetadas, descomposturas e facas desembainhadas [...].⁶⁵

Sobre a mesma localidade, temos mais um pedido de providência à polícia, provavelmente relacionado à mesma quitanda da reclamação anterior para que o delegado mandasse os seus “[...] agentes, tomar parte em uns chinfrins que celebram-se diariamente em uma taverna da praça do mercado[...]”⁶⁶.

Com muita frequência, saiam diversas reclamações sobre a Praça do Mercado estas, ocorriam pelo fato desta localidade ter sido um ponto de trabalho e sociabilidades de diversos populares. Uma outra reclamação conta que um grupo de “desordeiros” tinha por fim único provocar as pessoas que por lá passavam: “[...] como ninguem se incomodasse com elles, e não podessem, por isso, fazer alguma proeza, tratarão de brigar entre si e dois esbordoarem-se a valer [...]”⁶⁷.

Outro ponto de circulação cotidiana e sociabilidades dos populares era o Canto do Theatro ou Travessa do Theatro, que apareceu diversas vezes nas reclamações e

⁶⁵ Jornal A Pacotilha, 19 de maio de 1883.

⁶⁶ Jornal A Pacotilha, 15 de abril de 1883.

⁶⁷ Jornal A Pacotilha, 5 de setembro de 1881.

pedidos de providências à polícia, quanto aos comportamentos considerados desviantes e distúrbios devido às brigas constantes.

Neste local, ficava um dos mais importantes pontos de sociabilidade e civilidade das elites locais, o Teatro São Luíz. Os choques e conflitos entre ricos e pobres da cidade neste local ganhavam mais intensidade, fazendo com que as práticas populares nesta localidade sempre ganhassem a sessão de reclamação dos jornais.

O Canto do Theatro foi palco de uma briga entre o “célebre” João Regis e um rapaz, o qual “[...] puchou por um enorme canivete: e como com elle não conseguisse aterrorisar ao seu contendor, que mostrara-se disposto a ir-lhe ao pêllo, occultou-se no estabelecimento commercial do sr. Antonio José d'Almeida [...]”⁶⁸.

Na reclamação que traz Chiquinha Ceará como protagonistas, o local é a Travessa do Theatro. Ao fim do espetáculo ocorrido no teatro, as famílias que passavam pela Travessa do Theatro “[...] foram forçadas a ouvir palavrões nojentos que saltavam da bocca de uma tal Chiquinha Ceará [...]”⁶⁹.

No mesmo local, a uma hora da tarde, Lavínia da casa das senhoras Vianna e Raimunda e uma outra mulher “[...] mimosearam-se de palavroes duros e de algumas bofetadas. Reuniu-se ahi muita gente [...]”⁷⁰. Essas foram algumas de muitas das reclamações encontradas sobre proceder e comportamentos no Canto do Theatro.

Vários outros pontos da cidade também ficaram famosos nas páginas dos periódicos, como locais de exclusão. Têm-se a Calçada da Zimbra, Praça da Alegria, Fontes das Pedras, Rua da Estrella próximo ao Largo das Mercez, Praia Pequena, Portinho, Rua do Sol, Rua de Sant’Aninha entre outros. O jornal “A Pacotilha” publicou uma reclamação sobre uma festa de populares ocorrida na casa de “nhá Domingas”, localizada na Praça da Alegria:

[...] brilhou hontem á noite um chinfrim com todas as solemnidades do stylo. Foi um forrobodó em regra. Uma orchestra terrível quebrava os ouvidos da visinhança e juntamente a grita infernal que os convivas faziam. Admite se que quem quer que seja faça uma festa e receba convidados em sua casa; mas o que é intoleravel e a policia deveria prohibir é que a festa degenerem em orgia desenfreada com grande escandalo da moral e do socego publico.⁷¹

⁶⁸ Jornal A Pacotilha, 4 de novembro de 1881.

⁶⁹ Jornal A Pacotilha, 21 de julho de 1883.

⁷⁰ Jornal A Pacotilha, 28 de abril de 1883.

⁷¹ Jornal A Pacotilha, 2 de agosto de 1881.

Concluimos que os locais de exclusão eram praticamente todo o centro urbano da cidade, e os lugares aqui denominados de locais da exclusão, na verdade, era a São Luís de toda a gente. Estes eram pontos de encontro e de choque entre as diversas culturas, práticas cotidianas e de sociabilidades dos ludovicenses da época. Apesar de esses pontos permitirem a circulação de diversas camadas sociais, pontuamos que as hierarquias sociais eram mantidas.

Um exemplo dessa hierarquia é o próprio Teatro São Luís, como dito anteriormente era um dos pontos de sociabilidade das elites locais. A maioria dos eventos era voltada às vivências europeias e tinha como público-alvo as camadas mais ricas. Em alguns espetáculos, no entanto, a presença de populares era permitida, mas essa presença tinha um local marcado. Aos pobres era reservado a torrinha ou paraíso⁷², local mais afastado e de pior visibilidade do palco.

1.4 A BELA SÃO LUÍS ENTRE O IDEAL E A REALIDADE.

Na ânsia de transformações visando o enquadramento nos moldes e parâmetros civilizatórios advindo da Europa, a cidade de São Luís do Maranhão também sofreu tentativas de enquadramento nesse modelo quanto ao seu reordenamento urbano. Um exemplo é a tentativa de embelezamento e reorganização do espaço urbano.

Na perspectiva do ideal civilizatório, a Câmara Municipal de São Luís do Maranhão, durante o século XIX, criou três códigos de posturas. Nesses códigos é possível encontrar posturas que tratavam do aformoseamento da cidade, padronização das construções de imóveis, alinhamento de ruas, logradouros públicos, calçamentos e testadas⁷³. Também se pediam a conservação, manutenção, limpeza das casas e delimitação das barracas de gêneros alimentícios.

O Código de Posturas de 1842 disciplinava os moradores da cidade quanto ao modo de lançar água nas ruas. O artigo 6 do referido código punia:

Qualquer pessoa que lançar agoa suja, ou ainda limpa seja á hora quer fôr, de modo que prejudique os viadantes, pagará por cada vez multa de mil réis, e indemnizará a pessoa prejudicada do mal, que lhe cauzou; e lançando

⁷²GOUVEIA NETO, João Costa. **Ao som de pianos, flautas e rabecas... Estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX**. 2010. 168 fls. Dissertação [Mestrado em História do Brasil], Universidade Federal do Piauí, 2010. Pg. 96.

⁷³ Parte da via pública que fica à frente de um prédio.

immundicies pagará seis mil reis por cada vez, e limpará a testada de sua porta, endemnizando também quem for prejudicado.⁷⁴

O mesmo código no artigo 30 regulamentava a proibição de construção de novas casas de palha nas ruas da cidade, assim como proibia novas coberturas de palhas nas casas já existentes na cidade sob pena de treze mil réis⁷⁵. O Código de Posturas de 1866 em consonância com o código anterior, em seu artigo 57, obriga todos os donos ou moradores das casas da cidade de São Luís a conservarem constantemente limpas as suas testadas até o meio da rua. Aos contraventores, multa de cinco mil reis e o dobro nas reincidências.⁷⁶

O artigo 30 do Código de Posturas de 1842, tratava sobre a edificação e recobertura dos telhados das casas com palhas. Ele determina que

Dentro da cidade fica proibido a edificação de casas cobertas de palhas ou qualquer outro material de fácil combustão, e assim também cobrir novamente de palha as que já tiverem sido. Aos contraventores a multa de dez mil reis, e na reincidencia vinte, desfazendo-se a cobertura a custa de quem a tiver feito.⁷⁷

Em um artigo do Código de Posturas de 1866, há uma delimitação dos locais, o horário e o modo que deveriam ser feitos os despejos dos materiais fecais para conservar a higiene e limpeza da cidade.

O lugar para o despejo dos matérias fecões e outras quaesquer immundicias semelhantes é o mar e só poderá elle ser feito das dez horas da noite ás três da madrugada, em vasilhas construídas ou modo que não deixem exhalar o cheiro. Aos contraventores a multa de cinco mil reis, e quatro dias de prisão.⁷⁸

O artigo 102 do Código de Posturas de 1866 diz que “Ninguem poderá lançar à rua cousa alguma que possa torna-a immunda; nem prejudicar ou incommodar aos que

⁷⁴ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1842. Artigo 06. São Luís, 1866.

⁷⁵ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1866. Artigo 30. São Luís, 1866.

⁷⁶ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1866. Artigo 57. São Luís, 1866.

⁷⁷ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1842. Artigo 30. São Luís, 1866

⁷⁸ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1866. Artigo 127. São Luís, 1866.

nela estiverem. Aos contraventores multa de mil reis, e nas reincidencias dez [...]”⁷⁹. O artigo 172 do mesmo código trata da obrigatoriedade dos moradores de conservarem sempre limpos os seus quintais:

[...] a fazerem remover a miudo os estrume das estribarias, onde houver, e todas e quaisquer materiais excrementicias para os logares que forem designados pela camara; e bem assim a dar sahida dos quintaes ás aguas pluviais por meio de canos, que andarão sempre limpos e desentupidos. Aos infratores de qualquer das obrigações impostas por esta postura a multa de dez mil reis, e o dobro nas reincidências.⁸⁰

Como dito anteriormente, as posturas foram criadas com o intuito de disciplinar e moralizar os moradores da cidade para que a mesma chegasse ao patamar civilizatório tão almejado pelas elites. As posturas refletiam o desejo pela civilidade e a tentativa de afastar das ruas da cidade, costumes e hábitos considerados bárbaros para aquela sociedade.

Em contrapartida, a realidade da cidade se fazia outra, e, muitas das vezes, as posturas criadas pela edilidade pareciam letras mortas. Através das fontes analisadas, a realidade da cidade parecia um pouco distante dos ideais de civilidade e modernização. O que percebemos foi uma cidade desejosa de um padrão modernizador com uma realidade distante desse ideal.

Como veremos a seguir, as necessidades da cidade e da população não eram atendidas de forma satisfatória no que tange à limpeza e aos serviços públicos, e isso ocorria por causa das autoridades encarregadas dos serviços ou dos seus cidadãos. Domingos Vieira Filho, em seu livro “Uma breve história das ruas e praças de São Luís”, mostra um panorama diferente do almejado pelas elites através do processo civilizador. O autor fala que:

Posturas e mais posturas cominavam sanções pesadas aos infratores. A Câmara, no afã de resolver o problema, determinava os logares para a colocação do lixo das casas. Mas, era mais fácil à bôca da noite, no silêncio e na pasmaceira que envolvia a cidade, jogar num covão, num terreno baldio ou num canto qualquer o côfo com a galinha morta ou com detritos da cozinha.⁸¹

⁷⁹ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1866. Artigo 102. São Luís, 1866.

⁸⁰ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1866. Artigo 172. São Luís, 1866

⁸¹ FILHO. Domingos Vieira. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. Rio de Janeiro. Editora Olímpica . Rio de Janeiro, pág. 20

Um pouco distante dos padrões de beleza e limpeza dos jardins, praças e outros logradouros públicos da França, a cidade de São Luís mostrava a tensão e os conflitos entre a realidade da cidade, as suas necessidades estruturais e urbanísticas tendo o padrão de urbanidade europeu. Ao andar pelas ruas, portanto, a realidade que aparecia aos seus moradores se fazia outra.

O jornal “A Pacotilha” do dia 19 de maio publicou uma notícia que demonstra a tensão entre o real e o ideal dentro da realidade da cidade.

O sol já estava bem alto, dardejando uns raios quentes de uma luz clara, que illuminava o espaço immenso. No azul coriam umas nuvens e ligeiras, como garsas sobre a superfície lisa de um rio. Eram mais de seis horas. Na Fonte das Pedras uns typos tomavão banho, um banho longo, demorado. E não se importavão com as pessoas que passavão e nem tão pouco com os moradores do logar, pois alli habitão muitas famílias. Bem juncto à fote crianças passavão para a escola. Já a tarde retirarão-se os typos fresquinhos forão matar o bicho em casa d’algum tio Colombo.⁸²

Uma notícia mostra que, no mesmo bairro em que os populares tomavam banhos despreocupados na fonte, havia “[...] um deposito de lixo, um lugar onde a immundicie se desenvolve a vontade, abundantemente; pode ser o que quiserem, nunca uma fonte. Aquillo uma fonte! Há chiqueiros mais aceiados”⁸³. Tal reclamação se deu pelo pouco saneamento e fiscalização da edilidade quanto ao bairro da Fonte das Pedras.

Uma outra notícia mostra que o lixo continuava a invadir a civilizada capital maranhense. E que segundo o reclamante o lixo estava tão presente na realidade urbanística da cidade que se identificava com os hábitos da população e se tornava uma instituição.

[...] de uma maneira espantosa, identificando-se com os nossos hábitos, instituindo-se um elemento preciso à nossa vida, erguendo-se a altura de uma instituição.
O lixo vive por ahi quieto, respeitado pelo encarregado da limpeza d’esta cidade, amontoado por todas as partes, avultando sempre.
Quem lançar um rápido olhar de observação sobre esta terra dirá: o lixo deve influenciar directamente nos destinos desse povo.
Quem quiser certificar-se do estado de immundicie a que tem chegado esta capital – vá a rua das Creoulas, no espaço comprehendido entre a rua de Sant’Anna e a Grande. Aquillo é soberbo!
Chamamos a atenção para essa rua, quando toda a cidade é um vasto monturo!!⁸⁴

⁸² Jornal A Pacotilha, 19 de maio de 1883.

⁸³ Jornal A Pacotilha, 26 de julho de 1883.

⁸⁴ Jornal A Pacotilha, 05 de abril de 1883.

Em uma época que se valorizava logradouros públicos como praças e jardins, uma reclamação contida na “Pacotilha” faz um contraste entre os ideais europeus em voga e a realidade dos logradouros da cidade de São Luís. A nota diz que:

Quem quiser ver até onde chega a decadencia da nossa afamada cidade de S. Luiz dê se ao penoso trabalho de passar pelo largo das Mercez. Não verá uma praça publica; mas um vão simulacro disso; - a extensão do terreno a perder de vista está coberto de lixo, entre cortada de fossos profundos, que as enxurradas cavaram. De um lado vê-se ao sol uma porção de roupas que umas moradoras do logar lavam mesmo na rua e de outro redes velhas e pannos sujos, de serventia porca.
Edificante espectáculo de serventia de uma cidade nobre!⁸⁵

Continuando a refletir sobre as péssimas condições dos jardins de São Luís, o articulista do jornal publicou uma nota sobre o acúmulo de lixo no jardim público próximo a rua de Nazareth e pedia providências às autoridades competentes para resolver o caso.

Os moradores da rua de Nazareth fronteiros ao jardim publico, pedem encarecidamente a quem competir o favor de mandar limpar e esgotar o caruchéo do chalet do mesmo jardim, onde folhas que cahem as amendoeirras teem feito um deposito de lixo, farto viveiro de apoquentadoras pragas.⁸⁶

O acúmulo de lixo nos logradouros da cidade era alvo de reclamações diariamente no periódico analisado. Como exemplo, seguem duas notícias que denunciam o seu acúmulo na rua da Cascata. As reclamações demonstram que o lixo naquela localidade eram algo comum e os serviços prestados pelas autoridades competentes deixavam a desejar.

A rua da Cascata, junto ao gazometro, amanheceu hoje um estado insupportavel. Uma grande quantidade de materiais fecaes, que alli despejaram, impossibilita o transito n'aquella rua pois o mau cheiro que se desprende d'aquella empesta todo aquele bairro. E' até onde pode o acumulo da porcaria, unida internamente a preguiça – fazer – despejos n'uma rua que não dista da praia mais que um metro! E no entanto nois vivemos n'uma cidade que tem fiscaes e um corpo de policia.
Não ha duvida:- á immundice é um dos característicos d'esta terra.⁸⁷

⁸⁵ Jornal A Pacotilha, 20 de julho de 1883.

⁸⁶ Jornal A Pacotilha, 20 de julho de 1883.

⁸⁷ Jornal A pacotilha, 10 de julho de 1883.

No dia seguinte, há mais uma denúncia sobre a situação do lixo na rua da Cascata que “[...] amanheceu hoje em um estado muito pior do que o de ontem. Parece que é de propósito em acinte a polícia, a nossa polícia”⁸⁸.

Um outro problema recorrente na “Pacotilha” era a qualidade dos serviços públicos prestados à população no que se refere-se à iluminação pública e a falta de iluminação em São Luís que, mesmo pretendendo ser moderna e civilizada, sofria com a escuridão, uma vez que os lampiões estavam frequentemente quebrados ou apagados.

Há tres noites que o lampião existente na rua do Sol, canto da do Ribeirão, se conserva apagado, não sabemos se por não acenderem ou porque algum gaiato lhe fecha a chave.⁸⁹

Outra reclamação nos leva a entender que eram frequentes os problemas de iluminação, assim como eram antigos e frequentes os roubos dos lampiões e seus globos. Ademais, a atuação da polícia, quanto a prevenção de tal crime e prisão dos ladrões, desapontava a população.

O roubo dos lampeões e globos, isto dacta de 5 a 6 annos, e como nem sempre se encontrão iguaes, no largo de S. João se diz quem dá um prêmio de 25% aos ratoneiros que os tem tirado e 50% aos ladrões que os tem comprado, prevenindo-se nada se dizer à polícia.⁹⁰

A falta de iluminação pública era assunto recorrente nos periódicos e recebia críticas. Sobre isso, um reclamante diz que “[...] a cidade esteve hontem em trevas. Foi tal a escuridão, que algumas pessoas transitavão acompanhadas de lampeões [...]”⁹¹. Reclamando sobre a quebra de lampiões da iluminação pública e da ineficiência da polícia, a nota diz:

Na noite de 31 do passado para o 1º do corrente, a polícia dormiu a bem dormir. Tão pesado era seu sono que não pode impedir que alguns vândalos quebrassem alguns lampeões da illuminação desta capital, como aconteceu com 03 da rua de Nazareth e um da rua da Manga. Entretanto, não se podendo isso dar sem grande barulho, bem fácil lhes seria chamar a contas os autores de taes desmandos. Mas é que a polícia entre nós é uma instituição nulla, e sua acção nunca se faz sentir, quando se torna precisa.⁹²

⁸⁸ Jornal A pacotilha, 11 de julho de 1883.

⁸⁹ Jornal A pacotilha, 5 de julho de 1883.

⁹⁰ Jornal A Pacotilha, 9 de setembro de 1881.

⁹¹ Jornal A pacotilha, 31 de agosto de 1881.

⁹² Jornal A Pacotilha, 03 de janeiro de 1887.

Apesar da relevância dessa problemática, não só de problemas com o lixo pelas ruas e iluminação pública vivia a população da cidade de São Luís. Outras reclamações eram frequentes quantos aos serviços públicos.

Há bem defronte do gazometro uma enorme boca de lobo, sem a necessária grade de ferro, por onde passam duas crianças. Si houvesse um fiscal do tamanho de duas crianças e, ao passar por ali, fosse engolido, certamente os collegas sobreviventes fariam gradear o precipicio."⁹³

Em uma queixa, um morador denunciou os banhos que ocorriam na Fonte das Pedras e que desobedeciam a postura que proibia tal ato e pede a prisão dos envolvidos.

Ha uma postura da camara municipal que prohibe os banhos nas fontes publicas. Teria sido ella revogada?
Não nos consta. Entretanto, alguns individuos vam todas as noutes banhar-se na fonte das Pedras, sem o minimo respeito às familias que por alli residem. Esses sujeitos que sentem muito calôr devem ser recolhidos á casa que fica nas proximidades de N.S. dos Remedios, por isso que o ar circula livremente por aquelles lados."⁹⁴

Uma notícia demonstra um banho de populares no Cais da Sagração que tanto incomodava as famílias que por lá andavam.

Uma malta de pretos banha-se diariamente na rampa do caes da Sagração. As famílias que se achão em uso de banhos, tem de passar necessariamente por esse logar e não poucas vezes os teem reprehendido."⁹⁵

Através das reclamações, percebemos que na capital da província do Maranhão as posturas acabaram por se tornarem letras mortas. No dia a dia da cidade, ao que observamos, não havia uma total preocupação com o cumprimento das posturas tanto por parte dos moradores quanto da edilidade. Isso reflete na crença de que o ideal civilizatório e de modernidade na cidade de São Luís estava um pouco distante da realidade de seus logradouros públicos e das práticas dos seus moradores tanto ricos como pobres.

⁹³ Jornal A Pacotilha, 16 de novembro de 1881.

⁹⁴ Jornal A Pacotilha, 03 de setembro 1883.

⁹⁵ Jornal A Pacotilha, 17 de março de 1881.

2. MULHERES DE OFÍCIOS: COTIDIANO DE MULHERES POBRES PELO CENTRO URBANO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1880-90.

Rua da Calçada, da Estrela, do Giz, Cascata, da Palma, Savedra, Praça do Açougue, Fonte do Ribeirão, Largo do Carmo, Largo das Mercês e a rua Grande, rua da Mangueira, rua do Passeio, Santo Antônio, Creoulas, Hortas, da Paz, Saúde, Formosa, da Cruz, Alecrim, Flores, Afogados, rua de São Pantaleão, Madre Deus, do Sol, da Alegria, Praia Pequena, Praça do Mercado, largo de Santo Antônio, Fonte das Pedras e muitos outros eram alguns dos logradouros e ruas de São Luís do Maranhão no século XIX e faziam parte do centro urbano e comercial da cidade.

O cotidiano das ruas da cidade e seus logradouros nas décadas de 1880-90 deveria ser ocupado por homens e mulheres nos seus mais variados ofícios. Pela análise das fontes, o centro urbano era lugar de grandes transações comerciais assim como a venda de diversos gêneros vendidos nos tabuleiros das mulheres de ofícios. Podemos entrever que as ruas da cidade, além de serem um palco de atividades laborais, eram também de sociabilidades diversas para homens e mulheres populares.

Das linhas de Aluísio de Azevedo, respeitando as relações entre a História e Literatura como também todo o contexto sociocultural do autor, tiramos alguns exemplos dos ofícios realizados por mulheres pobres pelas ruas de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90.

Um dos cenários descritos por Azevedo nos diz que “A manhã levantava-se bonita. As calçadas de cantaria secavam a umidade da noite aos primeiros raios de sol[...]”⁹⁶ e que

[...] Passavam os trabalhadores para as suas obrigações; o padeiro com o saco às costas; as lavadeiras em caminho da fonte, com a trouxa de roupa suja equilibrada na cabeça; pretas-minas apregoavam “Mingau de Milho!”; os escravos desciam para o açougue com as cestas das compras enfiada no braço; das quintas chegavam os vendedores de hortaliças, com os seus tabuleiros acumulados de folhas e legumes [...]

Em outro cenário, Raimundo, a personagem principal, correndo para a rampa de embarque e ao chegar mais próximo do mar, observou a presença de “[...] carregadores de bagagens; pretos e pretas passavam com baús, malas de couro e de folhade-flandres,

⁹⁶ AZEVEDO. Aluísio de. **O Mulato**. 22 º Edição. Rio de Janeiro . Ediouro, 1999. Pg. 142.

⁹⁷ Idem.

cestas de vime de todos os feitios, cofos de pindoba, caixas de chapéu de pêlo e gaiolas de pássaros [...] ⁹⁸.

Sobre as mulheres de ofícios e o seu cotidiano de trabalho pelas ruas, inúmeras são as reclamações que surgiram nas páginas do jornal “A Pacotilha”. Na reclamação a seguir, eram pedidas providências às ações decorrentes do trabalho de uma lavadeira que estendia as roupas lavadas na rua, por isso o reclamante falou que a rua estava embandeirada. A notícia nos esclarece que:

Para os moradores da rua da Cascata, parece-nos ser hoje dia de grande gala. O que mais pode-se concluir de estar embandeirada a parte da mesma rua compreendida entre as ruas Formosa e 28 de julho? Explicaram-nos, porém, que aquillo não significava regosijo sinão da pessoa que infringia as posturas municipais expondo à acção do ar a roupa que lavava. Não é tão de estranhar a simplicidade de quem fez isso quanto a falta de um fiscal que fizesse respeitar os nossos foros de cidade civilizada. ⁹⁹

Desta reclamação, podemos perceber pontos recorrentes quanto aos ofícios de mulheres pobres nas ruas da cidade de São Luís. O primeiro é o embate entre as mulheres de ofícios e os padrões de civilidade da época, que rejeitavam tais práticas por representarem para as elites locais atos de selvageria e barbárie. O segundo ponto é a falta ou pouca eficiência dos fiscais em fiscalizar o cumprimento das posturas municipais.

Nesse campo de tensão entre práticas cotidianas e o processo civilizador no dia 12 de maio de 1883, um denunciante anônimo através do jornal “A Pacotilha” chamou atenção do poder público pela desordem, que as marafonas, na rua da Paz em frente a quitanda do Sr. Taveira, faziam sem se importar com as pessoas de bem que transitavam pelo local e, que segundo ele, proferiam “obscenidades canalhas”. Segue a reclamação:

[...] vendeiras de fructas e umas mulheres vadias, que se reúnem todos os dias pela manhã em frente a quitanda do sr. Taveira, á rua da Paz. Fazem ahi uma algazarra terrível, disem umas obscenidades canalhas, sem respeito as famílias do logar. [...] depois disto, julgamos-nos dispensados de invocar a attenção da policia para estas recommendaveis marafonas ¹⁰⁰.

Além dos pontos que incidem sobre os padrões de civilidade e a pouca eficiência dos órgãos responsáveis pelo cumprimento das posturas, nesta notícia observamos o uso

⁹⁸ Idem. 148.

⁹⁹ Jornal A Pacotilha, 21 de maio de 1883.

¹⁰⁰ Jornal A Pacotilha, 12 de maio de 1883.

de palavras desqualificantes contra as mulheres trabalhadoras, as quais foram chamadas de marafonas, acusadas de promoverem uma algazarra terrível, de falarem obscenidades canalhas, sem respeito às famílias moradoras do lugar.

Ao analisar as desqualificações a essas mulheres e seus ofícios, é necessário fazer um contraponto na relação entre mulheres trabalhadoras e os códigos de moral e de conduta que regulamentavam o proceder feminino da época. Sabemos que sobre as mulheres caíam padrões e normas referentes a comportamentos e condutas. Esses eram anos em que médicos e juristas recomendavam a vigilância constata sobre as mulheres. Eram “[...] novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização [...]”¹⁰¹.

Ainda sobre a notícia anterior, o reclamante mostra dois grupos de mulheres e fala de umas mulheres vendedoras de frutas e outras que são denominadas por vadias. Esse segundo grupo não teve a profissão definida, mas a probabilidade de igualmente serem mulheres de ofícios é muito grande. Para as mulheres noticiadas, a possibilidade de seguirem as normas de moral e condutas femininas em cursos nas décadas de 1880-90 eram difíceis.

A autora Rachel Sohiet apresenta uma explicação para a situação das mulheres trabalhadoras da reclamação anterior, que tiveram sua moral posta em dúvida pelo fato de estarem nas ruas a desenvolverem seus ofícios. E por isso, as mesmas infligiam as normas de conduta feminina da época. Sohiet nos diz que a conduta feminina vigente “[...] afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair as ruas à procura de possibilidades de sobrevivência [...]”¹⁰².

Tornava-se uma tarefa dura para as mulheres trabalhadoras seguirem as normas vigentes de conduta e moral feminina, pois esses eram modelos e padrões baseados nos comportamentos das mulheres burguesas. Neste período, aumentavam as:

[...] prescrições dos juristas acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só. Coadunava-se tal norma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos, sobre a divisão de esferas que destinava às mulheres o domínio da órbita privada e aos homens, o da pública [...]¹⁰³

¹⁰¹SOIHET,Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Maryl. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997. Pg. 365

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

No jornal “A Pacotilha”, há outro exemplo de desqualificação da moral e conduta de mulheres de ofícios que tiravam das ruas seu sustento. A reclamação nos diz o seguinte:

Não será possível á polícia, de mãos dadas com a camara municipal, conseguir que as vendeiras de fructas e outras cousas, não se aglomerem pelos passeios, estendendo os taboleiros que muitas vezes embarçam o facil transito?

Na rua do Sol canto do Theatro é certa uma dessas assemblea, que não raras vezes altera a ordem publica, promovendo disturbios e praticando immoralidades em varios pontos da cidade se observa disto.

Sabemos que a presença constante de mulheres de ofícios por ruas, praças e largos era indesejável pelas elites e pela municipalidade. Podemos apreender dos comportamentos acima citados nas reclamações que ruas e logradouros eram locais de suma importância e vitais para a vida cotidiana de mulheres trabalhadoras e pobres da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90. A historiadora Rachel Sohiet mostra a ligação e dependência das ruas e logradouros na vida de mulheres pobres, quando nos diz que a rua assumia:

[...] ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir, da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez. Em grande proporção responsáveis pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para as mulheres pobres, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de sociabilidade.¹⁰⁴

Como dito anteriormente, sobre as mulheres pobres que trabalhavam no centro urbano de São Luís incidiam códigos e normas de condutas difíceis de serem seguidas, além da carga negativa que significava a figura dessas mulheres pelas ruas da cidade. E sobre as mesmas ainda pesava o estigma da mulher pública por terem a sua imagem ligada a prostituição.

No século XIX, a figura da mulher pública estava enleada diretamente a sua honra e moral sexual. Pelo fato das mulheres pobres de São Luís do Maranhão nos anos de 1880-90 diariamente conquistarem o sustento nas ruas da cidade, conseqüentemente levantavam suspeitas sobre suas condutas sexuais. Margareth Rago

¹⁰⁴ SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Mary. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997. Pg.366 e 367.

explica a ligação entre a quebra dos códigos de moral e de conduta feminina, ligados as ações de diversos ofícios de mulheres pobres.

[...] No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizados em sua maior parte pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagem de perdição moral, de degradação e de prostituição.¹⁰⁵

Diante do exposto, entendemos que as intensas desqualificações morais contras as mulheres de ofícios, eram frutos das ideologias dominantes da época, que viam as mulheres pobres e trabalhadoras como transgressoras de valores morais. Não se levava em conta as condições referentes aos seus comportamentos, classe e gênero, muito menos a necessidade de prover o seu sustento e na grande maioria de filhos e familiares.

Os exemplos de adjetivos desqualificantes que abonavam a moral das mulheres de ofícios eram abundantes no jornal “A Pacotilha”, o que reflete um pedaço do preconceito das elites locais diante das vivências e sociabilidades das mulheres pobres e trabalhadoras.

Na desclassificação social, econômica e cultural, essas mulheres eram retratadas pela imprensa como “negrinhas sem vergonha”¹⁰⁶, “Maria Afra, mulhersinha terrível”¹⁰⁷, “mulheres da vida alegre”¹⁰⁸, “víboras relachadas e immoraes”¹⁰⁹, “mulheres de má vida, ordinárias, mulheres vadias e sem vergonhas”¹¹⁰, “mulheres da vida solta”¹¹¹, “uma tal Mariquinha”¹¹², “uma tal Filomena”¹¹³.

Continuando a desclassificação social apareceram uma “tal Maria da Conceição”¹¹⁴, “negrinhas vadias, descaradas”¹¹⁵, “uma marafona que vive sempre chanfrada”¹¹⁶, “Theodora e outra Marcelina [...] dizem-nos que ellas têm umas línguas

¹⁰⁵RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In DEL PRIORE, Mary. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997. Pg.589.

¹⁰⁶ Jornal A Pacotilha, 24 de julho de 1883.

¹⁰⁷ Jornal A Pacotilha, 22 de julho de 1883.

¹⁰⁸ Jornal A Pacotilha, 14 de junho de 1883.

¹⁰⁹ Jornal A Pacotilha, 07 de junho de 1883.

¹¹⁰ Jornal A Pacotilha, 04 de junho de 1883.

¹¹¹ Jornal A Pacotilha, 26 de maio de 1883.

¹¹² Jornal A Pacotilha, 24 de maio de 1883.

¹¹³ Jornal A Pacotilha, 18 de maio de 1883.

¹¹⁴ Jornal A Pacotilha, 16 de maio de 1883.

¹¹⁵ Jornal A Pacotilha, 07 de maio de 1883.

¹¹⁶ Jornal A Pacotilha, 27 de abril de 1883.

tremendas.”¹¹⁷ “mulheres depravadas, descompoem se em voz alta, n’uma linguagem obscena, salpicando immundicies, um verdadeiro diluvio de palavras immoraes [...]”¹¹⁸, “tal Andreza”¹¹⁹, “Carmina de tal”¹²⁰.

Sabemos que a presença das mulheres de ofícios pelas ruas da cidade era constante, fosse para desenvolverem seus trabalhos ou suas diversas sociabilidades. Sobre essa presença por ruas e logradouros, a imprensa de São Luís nas décadas de 1880-90 está repleta de reclamações e também de anúncios de venda ou aluguel de mulheres livres ou escravas especializadas em algum ofício.

Algumas reclamações que se faziam presente nos jornais em circulação no período mostram um pouco do cotidiano das mulheres de ofícios pelas ruas e logradouros da cidade. A primeira delas fala de doceiras e as consequências dos seus ofícios em uma calçada.

Na rua do Sol canto do Theatro na calçada do estabelecimento commercial do sr. Antonio Almeida reune-se todas as noites uma troça de doceiras que ali se sentam em poses artisticas e fazem um alarido muito agradável. É uma das noites desta semana tivemos a ventura de surprehendel-as em occasião propicia. Estavam todas agrupadas, a rir e conversar com calor e uma dellas a ralar coco com tanta commodidade e desembaraço como se estivesse na propicia casa. Si a policia tivesse a lembrança de mandar construir naquelle ponto um forno poderiam ellas preparar logo o doce que venderiam a quem por alli passasse. Convidamos a policia a pensar um pouco sobre a utilidade da medida que lembramos.¹²¹

Outra reclamação revela constantes rolos na rua entre duas vendedoras de arroz de cuxá.

Na bella rua das Creoulas, canto com a rua da Inveja, costuma haver todas as noutes em sucolento rolo entre duas vendedeiras de arroz de cuchá e de toucinho. Os vizinhos reclamam contra isso e declaram que já nem podem chegar a janella. Porque não vae a policia experimentar que tal é o arroz das sympathicas rolistas?!¹²²

Outra reclamação fala da reunião de vendedoras em tabuleiro em frente à barraca da popular Catarina Mina, cuja dona Catarina Rosa Ferreira de Jesus, a Catarina Mina, foi uma escrava pertencente ao grupo das mulheres de ofício da capital

¹¹⁷ Jornal A Pacotilha, 23 de abril de 1883.

¹¹⁸ Jornal A pacotilha, 19 de abril de 1883.

¹¹⁹ Jornal A Pacotilha, 16 de maio de 1883.

¹²⁰ Jornal A pacotilha, 16 de maio de 1883.

¹²¹ Jornal A Pacotilha, 31 de maio de 1881.

¹²² Jornal A Pacotilha, 22 de junho de 1881.

maranhense. Catarina era da Costa da Mina (Golfo da Guiné) no continente africano. Através dos seus ofícios pelas ruas do bairro da Praia Grande a mesma conseguiu comprar a sua alforria. Liberta e, assim, tornou-se uma grande comerciante de farinha e senhora de escravos¹²³.

Em frente da barraca da popular Catharina-Mina, reúne-se uma malta de vendedeiras, que enchem o passeio com os seus respectivos taboleiros, e praticam as maiores indecências. Com a proibição de semelhante reunião, muito lucrariam as pessoas que por ali passam, porque teriam livre transito, e os seus ouvidos e olhos, ás vezes muito pudicos, não estariam sujeitos a ver e ouvir muita cousa, que desagrada.
A' autoridade competente, recommendamos as taes sr^{as} vendedeiras.¹²⁴

Comprendemos que as ruas e logradouros da cidade eram espaços vitais no dia a dia das mulheres de ofícios. Como dito anteriormente era uma espécie de lar, onde suas vivências cotidianas se desenvolviam. Mas diante das práticas das trabalhadoras da cidade haviam os transtornos causados pelos ofícios, principalmente pelo fato de representarem a negação de todo o ideal civilizatório e de modernidade em implantação na capital do Maranhão nas últimas décadas do século XIX.

2.1 AS MULHERES E SEUS OFÍCIOS.

As mulheres de ofícios precisavam de seus misteres para garantir seu sustento, lembrando que muitas eram mães solteiras e ou arrimo de família. No material da pesquisa, foram encontrados diversos ofícios, entre os quais muitos eram praticados em ruas e logradouros da cidade ou na casa de famílias que poderiam pagar pelo aluguel de escravas ou o jornal de mulheres livres ou libertas.

O ofício mais encontrado na imprensa era o de criada doméstica. Inúmeros foram os anúncios em busca dessas profissionais, assim como também anúncios que ofereciam os serviços das mesmas.

Muitos anúncios especificavam que queriam escravas e outros pediam mulheres trabalhadoras que poderiam ser escrava ou livre. Além de caracterizar a condição de liberdade muitos ainda esclareciam o serviço doméstico a ser feito. Por exemplo: cozinhar, lavar, engomar, cuidar de crianças ou serviço gerais de uma casa. Em alguns anúncios, foi possível encontrar o contratante anunciando que pagaria jornal caso

¹²³ Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. Pg. 03.

¹²⁴ Jornal A Pacotilha, 07 de novembro de 1881.

agradasse o serviço.

Os anúncios abaixo exemplificam a busca por mulheres que prestassem serviços domésticos: “na rua da Cruz n.27 precisa-se de uma, para casa de uma pequena família”¹²⁵; “precisa-se alugar uma criada de 12 a 14 annos, para servir uma casa de família, na rua das hortas casa n.59”¹²⁶; “Luiz Antonio Vieira, precisa comprar uma preta que saiba gommar, paga bem agradando; quem tiver nesta condição dirija-se ao becco da Lapa, n.10”¹²⁷; “Criadas. Graça & Carvalho estão incumbidos de contractar duas criadas livres, para serviço de uma casa de família residente em Manuãos. Rua da Estrella n.7”¹²⁸.

Mais anúncios informam sobre as criadas domésticas: “Na praça d’Alegria, casa n.42, precisa-se alugar uma mulher livre ou escrava para o serviço doméstico. Paga-se bem, agradando seus serviços”¹²⁹; “na rua da Estrella, sobradinho amarelo n.51, precisa-se de uma criada propria para servir uma família e que durma em casa – ou então de uma negrinha de 12 a 14 annos, cujos bons costumes sejam garantidos”¹³⁰; “em casa de Manoel de Vasconcelos, na rua Formosa, precisa-se alugar uma mulher para servir”¹³¹; “na rua da Cruz n.21 esquina da rua do Alecrim, precisa-se de uma rapariga para lidar com crianças, e servir em casa de uma pequena família; dá-se bom jornal agradando”¹³².

Dentro do universo do serviço doméstico, outras profissões comuns nos anúncios de jornais eram as cozinheiras e gomadeiras (também chamadas de engomadeiras): “na rua da Estrella n.5 por cima da botica de Ferreira Sobrinho e Irmão, precisa-se de uma para cosinhar e mais serviços domésticos”¹³³; “na casa n. 49 da rua do Passeio precisa-se de uma cosinheira”¹³⁴; “precisa-se de uma muito assejada que saiba gommar e entenda de cosinha, paga-se bom ordenado, a tratar em Sant’Iago com Manoel Pereira Martins”¹³⁵.

Seguem mais anúncios que procuravam as cozinheiras e ou engomadeiras: “Na casa n.49 da rua do Passeio precisa-se de uma engomadeira”¹³⁶; “vende-se uma preta de

¹²⁵ Jornal A Pacotilha, 29 de janeiro de 1883.

¹²⁶ Jornal A Pacotilha, 02 de fevereiro de 1883.

¹²⁷ Jornal A Pacotilha, 03 de fevereiro de 1883.

¹²⁸ Jornal A Pacotilha, 23 de abril de 1883.

¹²⁹ Jornal A Pacotilha, 17 de fevereiro de 1883.

¹³⁰ Jornal A Pacotilha, 24 de Março de 1883.

¹³¹ Jornal A Pacotilha, 22 de fevereiro de 1883.

¹³² Jornal A Pacotilha, 08 de março de 1883.

¹³³ Jornal A Pacotilha, 18 de fevereiro de 1883.

¹³⁴ Jornal A Pacotilha, 13 de março de 1883.

¹³⁵ Jornal A Pacotilha, 15 de março de 1883.

¹³⁶ Jornal A Pacotilha, 15 de março de 1883.

17 anos de idade, robusta e sadia, sabe cosinhar e lavar e algumas cousa de gommar. Rua Grande n.12”¹³⁷; “Cosinheira. Precisa-se de uma que seja perfeita em seu ofício, para casa de rapazes solteiros, a calçada do Vira-Mundo, com frente para a rua 28 de julho n.5”¹³⁸; “Na rua da Palma casa 15 de José Luiz Moreira, precisa-se de uma rapariga para cosinhar e servir, prefere-se escrava e que durma na casa”¹³⁹; “Precisa-se de uma boa cosinheira que seja muito aceiada [...] A tratar na rua das Hortas n.59”¹⁴⁰; “na rua da Paz, casa n.2 gomma-se com aceio e perfeição”¹⁴¹.

Outro ofício doméstico bastante procurado era o de ama de leite. Os anúncios sempre especificavam se era com ou sem a “cria”: “Precisa-se de uma sadia e sem filhos, paga-se bem agradando. Trata-se à rua de São João n.80”¹⁴²; “Ama de leite. Precisa-se de uma sadia e sem filhos. Ajusta-se na rua das Barrocas casa n.8”¹⁴³; “Vende-se uma escrava de serviço de casa de família; tem sido ama de leite, e está criando; foi bem vaccinada e revacinada. Informa-se na rua da Paz n.41”¹⁴⁴; “Ama de leite. A’ rua Grande, casa n.75, precisa-se de uma que seja boa”¹⁴⁵; “Precisa-se de uma ama com filho ou sem ele, a tratar na rua Direita n.30”¹⁴⁶; “Na rua do Sol n.15, loja, precisa-se de uma ama, prefere-se com cria. Paga-se bem.”¹⁴⁷

Outro ofício encontrado nos anúncios foi o de babá. Vários foram os que buscavam escravas ou livres entre 12 a 15 anos para cuidar e brincar com crianças: “[...] precisa-se de uma pequena de 10 a 12 annos para brincar com uma menina [...]”¹⁴⁸; “na rua da S. João, junto das sras. Frazões, precisa-se de uma de 14 a 16 annos para andar com criança, porem que seja de boa conducta. Paga-se bom jornal agradando”¹⁴⁹; “na rua da Cruz n.21 esquina da rua do Alecrim, precisa-se de uma rapariga para lidar com crianças, e servir em casa de pequena família; da-se bom jornal agradando”¹⁵⁰.

No anúncio que se segue admite-se uma idosa para o serviço na “Rua da Savedra canto da de S. João, informa-se quem precisa tratar uma criada, embora idosa, livre ou

¹³⁷ Jornal A Pacotilha, 03 de maio de 1883.

¹³⁸ Jornal A Pacotilha, 14 de abril de 1883.

¹³⁹ Jornal A Pacotilha, 15 de abril de 1883.

¹⁴⁰ Jornal A Pacotilha, 19 de março de 1883.

¹⁴¹ Jornal A Pacotilha, 19 de março de 1883.

¹⁴² Jornal A Pacotilha, 15 de abril de 1883.

¹⁴³ Jornal A Pacotilha, 07 de abril de 1883.

¹⁴⁴ Jornal A Pacotilha, 09 de maio de 1883.

¹⁴⁵ Jornal A pacotilha, 30 de março de 1883.

¹⁴⁶ Jornal A pacotilha, 18 de fevereiro de 1883.

¹⁴⁷ Jornal A Pacotilha, 20 de fevereiro de 1883.

¹⁴⁸ Jornal A Pacotilha, 02 de março de 1883.

¹⁴⁹ Jornal A Pacotilha, 03 de março de 1883.

¹⁵⁰ Jornal A Pacotilha, 08 de março de 1883.

escrava, a fim de cuidar no asseio de duas meninas, leval-as ao collegio &&”¹⁵¹, em outro procurava-se “[...] uma negrinha de 12 a 14 annos, cujos bons costumes sejam garantidos.”¹⁵² E em vários outros procuravam babá “[...] para lidar com crianças; dá se bom jornal, agradando”¹⁵³; “na Travessa do Theatro, casa n.12 mística em que mora o sr. Satyro Vianna, precisa-se de uma, bem como de uma negrinha, para andar com crianças”¹⁵⁴; “Na casa n.31 á rua da Paz, precisa-se d’uma, de 9 a 13 anos de idade, que sirva para brincar com creanças”¹⁵⁵.

Outra profissão do âmbito doméstico que surgiu na pesquisa, mas pouco anunciada, foi a de costureira: “Na rua de São Pantaleão n.27 ha uma sra. Que cose machina, à 3c RS. O metro, não se sujeitando a alinhar, e tira alinhavo garante a perfeição e aceio”¹⁵⁶.

Neste anúncio o serviço de uma costureira é oferecido e informa o endereço onde se pode achá-la.

Na rua de Sant’Anna casa u., defronte do sobrado onde morou o dr. Macedo, existe uma pessoa habilitada para preparar toda sorte de costuras pelos modernos figurino, por preço commodos e costura perfeita e duradoura. Quem pois se quiser utilizar de seus serviços pode dirigir se a mencionada casa.¹⁵⁷

Interessante notar a diferenciação nos adjetivos qualificantes encontrados nos anúncios e nas reclamações. Nas reclamações, as mulheres de ofícios, são desqualificadas moralmente por uma série de adjetivos depreciativos como vimos anteriormente. Quando se trata de anúncios de aluguéis e vendas, percebemos uma mudança nos adjetivos e, ao invés de depreciações, encontramos muitos adjetivos que reforçavam qualidades das trabalhadoras.

Quanto aos variados adjetivos qualificantes nos anúncios, não podemos informar se eram reais. Mas, por outro lado, eles informam que, em se tratando de negócios e lucros, a visão negativa acerca das mulheres de ofícios mudava e as mesmas adquiriam

¹⁵¹ Jornal A Pacotilha, 12 de março de 1883.

¹⁵² Jornal A Pacotilha, 24 de março de 1883.

¹⁵³ Jornal A Pacotilha, 29 de janeiro de 1883.

¹⁵⁴ Jornal A Pacotilha, 23 de agosto de 1883.

¹⁵⁵ Jornal A Pacotilha, 14 de maio de 1883.

¹⁵⁶ Jornal A Pacotilha, 21 de abril de 1883.

¹⁵⁷ Jornal A Pacotilha, 12 de fevereiro de 1883.

“qualidades que as valorizavam”¹⁵⁸. Indo ao encontro dos anseios de compradores e pessoas interessadas no aluguel de muitas dessas mulheres.

Alguns anúncios mostram a mudança dos adjetivos desqualificantes encontrados nas reclamações para os que valorizam as mulheres prestadoras de diversos serviços domésticos. Seguem alguns: “Aluga-se uma escrava de bons costumes, própria para todo serviço de uma casa de família, especialmente para cosinhar. A tratar na rua da Madre de Deus, sobrado de azuleijo”¹⁵⁹; “na loja do Fonseca defronte do theatro precisa-se alugar uma que seja de boa conducta, para uma casa de familia. Prefere-se escrava [...]”¹⁶⁰.

Saindo do âmbito do privado e partindo para os ofícios praticados nas ruas, praças e logradouros da cidade, os mais encontrados no Jornal “A Pacotilha” foram de vendedoras em tabuleiros, também conhecidas como quitandeiras e as lavadeiras.

Seguem alguns anúncios e reclamações que dão conta das vendedoras em tabuleiros e o cotidiano das mesmas pela cidade de São Luís do Maranhão: “Na praça do Mercado estabeleceu-se uma barraca para a venda de fressuras de gallinhas”¹⁶¹; “Na rua da Saude n.5 se diz quem aluga uma mulher livre e escrava, que seja capaz para vender em taboleiro”¹⁶²; “Precisa-se alugar uma mulher capaz para vender, miudezas. Trata-se na Rua Grande”¹⁶³.

Ainda continuando com o cotidiano das vendedoras em tabuleiro seguem mais anúncios: “Na rua dos Afogados, casa n.147, precisa alugar-se uma rapariga para vender doces”; “na rua do Sol, casa n.77 precisa-se alugar uma mulher livre ou escrava, para vender miudezas em bahú; prefere-se uma que já pratica da mencionada venda”¹⁶⁴.

Em reclamação, uma pessoa denunciou uma reunião de trabalhadoras no patamar da igreja da Sé. Essas eram vendedoras de doces em tabuleiro. As atividades de trabalho dessas mulheres eram desenvolvidos em um local importante da cidade a época.

A igreja da Sé era e continua sendo a sede da arquidiocese da igreja Católica em São Luís, além de ser próximo à antiga Praça do Comércio que, à época, era um

¹⁵⁸ SILVA, Maciel Henrique. No tabuleiro das escravas, trabalho e resistência no Recife [1840-1870]. IN SILVA, Wellington Barbosa [Orgs.]. **Uma cidade várias histórias: O Recife no século XIX**. Recife: Editora Bagaço, 2012. Pg. 144.

¹⁵⁹ Jornal A Pacotilha, 27 de maio de 1883.

¹⁶⁰ Jornal A Pacotilha, 01 de junho de 1883.

¹⁶¹ Jornal A Pacotilha, 04 de fevereiro de 1883.

¹⁶² Jornal A Pacotilha, 29 de janeiro de 1883.

¹⁶³ Jornal A Pacotilha, 29 de janeiro de 1883.

¹⁶⁴ Jornal A Pacotilha, 28 de março de 1883.

importante ponto de transações comerciais da cidade. Além da questão laboral, o denunciante expressa toda a sua carga cultural de preconceitos seja de gênero, social e econômico contra as trabalhadoras. Segue a reclamação:

Essas negrinhas vadias, descaradas, que pelas ruas andão vendendo doces em tableiros, sempre que ouvem o toque de silencio, batem as azas pressurosas e vão pouzar no patamar da Sé, onde então reúnem-se com outras tipas da vida cynica e ahí capitaneadas por uma Mundica-Ceara, praticão toda sorte de immoralidades, de cousas indecentes, uma verdadeira cachorrada. E dizem palavrões e obscenidades, desaforos e todo calibre, enfim fazem toda espécie de bandalheiras impossíveis.¹⁶⁵

Ainda sobre a presença das vendedoras em tabuleiro pelas ruas da cidade, uma notícia conta que, no Caminho Grande na altura do sítio do sr. Francisco Diogo Ribeiro, saíram na estrada uns cães que atacaram aos transeuntes, “[...] sendo que uma preta que vinha com um tableiro vio se forçada a atira-lo ao chão e dar de canelas para livrar-se das fúrias dos bichos [...]”¹⁶⁶.

Uma reclamação ataca os costumes de vendedoras em tabuleiro de assentarem nas calçadas as tornando intransitáveis. Ademais, o reclamante confronta a moral e os costumes das mulheres e usa uma série de adjetivos desqualificantes contra as mesmas. Segue a nota:

Inumeras são as vezes que temos reclamado contra o péssimo costume dessas mulheres que vendem em tableiros de assentar-se nos passeios, tornando-os assim intransitáveis. Isto é o menos o peor de tudo é que fazem uma algazarra insupportavel, praticão immoralidades, dizem palavrões obscenos, - brigão, descompõem-se e isto sem guardar o mais pequeno respeito a moral publica, respeitável matrona que há tempos atraz gozou de muita consideração, segundo o que dizem nossos avós. No canto do Theatro, no canto Pequeno, na rua 28 de Julho, na parte que é cortada pela rua Direita, são infalíveis essas reuniões, esses ajuntamentos de mulheres sem vergonha, atrevidas e immoraes.
Chapa sedição:- providências, sra^a policia!¹⁶⁷

O ofício das vendedoras em tabuleiro ou quitandeiras é uma tradição que chegou ao Brasil com a migração “[...] de populações mbundu, originaria da África Central Ocidental, as mulheres que viviam de seu pequeno negócio eram as quitandeiras e seus locais de trabalho a quitanda [...]”¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Jornal A Pacotilha, 17 de maio de 1883.

¹⁶⁶ Jornal A Pacotilha, 08 de maio de 1883.

¹⁶⁷ Jornal A Pacotilha, 17 de maio de 1883.

¹⁶⁸ PANTOJA, Selma. **Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, Sécs. XVIII-XIX.** 2004. Disponível em [www. casadasafricas.org.br](http://www.casadasafricas.org.br) acessado em 20 de janeiro de 2017. Pg 06.

Maria Odila Leite da Silva Dias também nos informa sobre a origem e características deste comércio praticado por mulheres, a autora nos esclarece que “[...] na costa ocidental da África o pequeno comércio era prática essencialmente feminina; atravessar e revender gêneros alimentícios de primeira necessidade garantia às mulheres papéis sociais importantes [...]”¹⁶⁹.

As vendedoras em tabuleiro eram peças importantes no comércio de subsistência da cidade de São Luís, pois eram inúmeros os produtos vendidos em seus tabuleiros. Através das fontes, encontramos alguns produtos alimentícios vendidos nos tabuleiros, tais como o arroz de cuxá, toucinho, doces, peixe frito, garapa, frutas, legumes, mingau de milho, fressuras de galinhas, fatos de boi (venda dos órgãos internos deste animal) e juçara¹⁷⁰. Sabemos que os gêneros alimentícios citados são uma pequena parte da variedade de produtos vendidos nos tabuleiros das quitadeiras.

Segundo os estudos de Selma Pantoja, os gêneros mais encontrados nos tabuleiros eram produtos básicos da alimentação. Maciel Henrique nos fornece pistas sobre alimentos vendidos pelas vendedoras em tabuleiro de São Luís, quando o mesmo nos informa sobre as vendas das quitadeiras de Recife em Pernambuco.

[...] tudo que pudesse ser vendido no pequeno comércio urbano passava pelas mãos de pretas e pardas vendeiras. [...] Os alimentos em geral podiam provir de alguma produção doméstica de doces, leite, tapiocas, arroz-doce e outras iguarias [...].¹⁷¹

Além dos gêneros alimentícios as fontes informam que as vendedoras em tabuleiro vendiam miudezas. As fontes não especificam o que seriam essas miudezas, mas, com base nos estudos de Maciel Henrique Silva sobre quitadeiras no Recife, podemos prever que as miudezas encontradas com as quitadeiras de São Luís do Maranhão teriam proximidades com as do Recife. O autor informa que:

As miudezas, estas se desdobram em inúmeros outros artigos: agulhas, pentes para alisar cabelos, rendas, fitas de lã, fitas de seda, fitas de retrós, botões, novelos de linhas, tesouras, alfinetes, colchetes franceses, colares [...] Peças como joias, colares de conta e outros objetos de adorno também compunham

¹⁶⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2º Ed. rev. São Paulo; Brasiliense, 1995. Pg. 158.

¹⁷⁰ Segundo a Embrapa a juçara é um fruto semelhante ao açaí.

¹⁷¹ SILVA, Maciel Henrique. No tabuleiro das escravas, trabalho e resistência no Recife [1840-1870]. IN SILVA, Wellington Barbosa [Orgs.]. **Uma cidade várias histórias: O Recife no século XIX**. Recife: Editora Bagaço, 2012. Pg.149.

a vasta gama de artigos contidos no abrangente termo, ‘miudezas’.¹⁷²

Outro ofício bem comum pelas ruas, praças e fontes da cidade era o de lavadeira, e as reclamações que envolviam esse ofício eram constantes nas páginas da “Pacotilha”. A reclamação que segue fala da presença de lavadeiras na praia do Genipapeiro, segundo o qual as mulheres estavam nuas.

A praia do Genipapeiro é muito fértil d’agua. Com a maior facilidade cava se um pouco a terra e a agoa jorra limpida, em borbotões. Por isso não é raro encontra se ali algumas lavadeiras, as quaes, sem attenção ao facto de ser a praia alludida muito próxima do largo dos Remedios, exhibem se nuas como Eva no Paraiso.¹⁷³

Mais uma reclamação revela um pouco do cotidiano de lavadeiras e seu ofício pela cidade.

[...] lavão na porta da rua e estendem-na no largo, como-se aquillo fosse um logar proprio para isso. Quem quizer passar por alli não pode, - o tranzito está tomado. E vá a gente por um acaso pizar n’uma peça de roupa que há de se ver coberto de insultos.¹⁷⁴

Nesta, o reclamante denuncia a prática de uma lavadeira que lavava as roupa de pessoas com varíola na fonte que servia a freguesia do Bacanga.

Queixam-se alguns moradores desta freguesia, que de novo flagella e os ameaçam, quando já contavam-se livres do maior perigo que lhes sobrevieram. Pedem pois que o subdelegado de polícia faça desaparecer uma rapariga que vai a cidade arrecadar roupas de variolosos para vir lavar nas fontes publicas, onde geralmente servem-se os habitantes da freguesia.¹⁷⁵

Quanto ao ofício das lavadeiras existia uma postura no código de 1892 que delimitava esse ofício. A postura proibia “[...] tomar banhos/ lavar roupas e animaes próximo a casa, fontes e poços. Ao infractor a multa de 10\$000”¹⁷⁶. Mostra-se, assim, a preocupação quanto os mananciais de água da cidade, haja vista que o abastecimento de água da cidade era insuficiente e precário “[...] de modo que era necessário preservar a pureza da água existente nos diferentes mananciais e fontes da cidade, de modo a

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Jornal A Pacotilha, 28 de maio de 1883.

¹⁷⁴ Jornal A Pacotilha, 13 de julho de 1883.

¹⁷⁵ Jornal A Pacotilha, 29 de janeiro de 1883

¹⁷⁶ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1866. Capítulo II. Parágrafo único, 1866.

atender as necessidades mínimas de sua população, observando a exigida salubridade [...]”¹⁷⁷.

Outros ofícios apareceram com menor frequência em anúncios e reclamações. Um deles é o das peixeiras. A reclamação a seguir informa uma reunião de peixeiras e indica a localização das mesmas e, no término, fala dos tormentos com a vozeria que incomodava a vizinhança.

Pedem-nos para chamar a atenção dos srs. Fiscaes para o ajuntamento de peixeiras que é certo todo o dia na praia do caju, canto da casa em que reside o sr. Commandante Solano, cuja família passa tormentos com a vozeria que elas fazem.¹⁷⁸

No término, o reclamante fala dos tormentos com a vozeria. O que essas mulheres trabalhadoras falavam? Quais seriam os pregões usados para anunciar suas mercadorias? Essas informações não nos foram reveladas devido às limitações impostas pela fonte.

Em outra queixa um reclamante pede para chamar a atenção dos fiscais ou a quem competir sobre o proceder de umas mulheres peixeiras ao desenvolver seus ofícios pelas ruas da cidade.

[...] umas mulheres que moram na rua das Creoulas nas casas ns. 86 e 88 que estendem sobre os passeios das referidas casas uma grande quantidade de peixe salpresado, que exhala um cheiro nauseabundo, insupportavel e que muito incommoda a visinhança.¹⁷⁹

“Tratadeira” de bexigas foi um ofício que apareceu na “Pacotilha” entre mulheres, em geral, escravas que tinham habilitações para fazer o tratamento da referida doença, como se fossem uma espécie de enfermeiras. Um exemplo de anúncio de “tratadeira” é este: “Francisco da Costa e Castro tem uma escrava para alugar, a qual tem habilitações para tratamento de bexigas ou outro qualquer serviço doméstico [...]”¹⁸⁰. Em outro, mostra-se a necessidade de se “[...] alugar uma mulher livre ou escrava, que seja, robusta, para ajudar no tratamento de uma pessoa doente. Paga-se bem, e trata-se na quinta do sr. Visconde do Itacolomi, na Estação”¹⁸¹.

¹⁷⁷ CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís. Edefma. 2006. Pg. 131.

¹⁷⁸ Jornal A Pacotilha, 21 de abril de 1883.

¹⁷⁹ Jornal A Pacotilha, 16 de março de 1883.

¹⁸⁰ Jornal A Pacotilha, 16 de janeiro de 1883.

¹⁸¹ Jornal A Pacotilha, 4 de junho de 1883.

Em outra queixa no jornal, uma pessoa pede providências quanto a uma mulher “tratadeira de bexigas” e, além de indicar o ofício, também indica o endereço da mulher onde cuidava dos doentes.

Pedem-nos para noticiar que em um dos quartinhos do cortiço que há nos fundos do teatro, estabeleceu-se ultimamente uma tratadeira de bexigas, que não obstante só ter por enquanto um enfermo, traz a visinhaça sobresaltada, visto que costuma molhar demais a palavra e abandonar o doente, que pode muito, na allucinação da febre, sair da cama e ir levar o terror a casa dos que moram por alli.
Reclamam providências de quem competir.¹⁸²

Sobre as “tratadeiras de bexigas”, é válido ressaltar a importância dessas mulheres que, com seu ofício, atendiam as camadas mais pobres e necessitadas de cuidados médicos. Sabemos que a cidade de São Luís do Maranhão era um cruzamento entre a cidade real e a ideal, e os padrões de urbanidade e saúde não eram satisfatórios para afastarem da cidade as epidemias de várias doenças.

José Ribeiro do Amaral faz um rápido panorama das doenças que atingiram a população ludovicense na segunda metade do século XIX. O referido autor informa que:

[...] o beribéri grassa endemicamente desde 1868; o sarampão reaparece no começo de cada ano; desde a grande epidemia de 1882/1883, apenas uns ‘raríssimos casos’ de varíola tem aparecido; no começo desse ano ‘foram registrados 15 a 16 casos de febre amarela, falecendo quase a metade dos doentes’ [...]¹⁸³

Os ofícios acima são os que apareceram com maior frequência nos anúncios e nas reclamações do jornal “A Pacotilha”. Sabemos que vários foram os ofícios desenvolvidos por mulheres pobres pelas ruas e casas da cidade de São Luís do Maranhão. O ofício de bateadeira de algodão apareceu apenas uma vez, mas supomos que tal trabalho fosse usual devido ao fato do Maranhão ter sido um grande exportador de algodão. O anúncio diz que “Em casa de Maia Sobrinhos e C^a contratam-se mulheres para bater algodão”¹⁸⁴.

Os ofícios acima descritos são uma pequena amostra dos variados misteres desenvolvidos por mulheres pobres no centro urbano de São Luís do Maranhão nas

¹⁸² Jornal A Pacotilha, 20 de março de 1883.

¹⁸³ AMARAL, José Ribeiro do. O Maranhão em 1896. São Luís: Typographia do Frias, 1897. Pg. 58-59. Apud CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX.** São Luís. Edufma. 2006. Pg.60 e 61.

¹⁸⁴ Jornal A Pacotilha, 11 de março de 1883.

últimas décadas do século XIX, mas sabemos que essas mulheres desenvolviam outras atividades de trabalho além das descritas acima.

Em nota na Pacotilha um morador da cidade informa que escravas foram responsáveis por apagarem um incêndio. A nota esclarece que “No ultimo incêndio, à rua do Ribeirão, o serviço foi feito exclusivamente por mulheres escravas. Um gaiato relacionou os seus nomes, para apresenta-los às companhias de seguro”¹⁸⁵. A fonte não esclarece o motivo pelo qual essas escravas realizaram tal trabalho, mas supomos que fossem escravas alugadas a disposição da municipalidade.

O que podemos perceber que a participação das mulheres de ofícios ia além das atividades ligadas aos serviços domésticos e ao comércio informal de rua, mostrando-nos a importância das mesmas dentro dos diversos ofícios de cunho braçal e manual desenvolvidos pela cidade.

Através dos anúncios percebemos uma outra importância das mulheres de ofícios. Como visto, muitos dos pedidos de compra, aluguel e venda buscavam mulheres que desenvolvessem serviços domésticos assim como, mulheres especializadas na venda em tabuleiro. Essas últimas eram bastante procuradas pelo fato do comércio ambulante ser “[...] um dos setores mais lucrativos, onde se concentrava maior número de escravos de ganho [...]”¹⁸⁶.

Essa procura se dava pelo fato de muitas dessas mulheres de ofícios, nesse caso específico escravas, constituírem fonte de renda de seus senhores. Maria Odila afirma ainda que:

Viver dos jornais de seus escravos era costume enraizado nas vilas do Brasil colonial, que veio se intensificando através dos séculos XVIII; era um meio de sobrevivência preferido por viúvas remediadas e pequenos funcionários da administração pública, que alugavam caro os seus escravos de ofício, acirrando os interesses das autoridades do fisco.¹⁸⁷

Como vimos, as mulheres de ofícios eram figuras constantes pelas ruas, praças e largos da cidade. Os seus ofícios contribuíram para o comércio de subsistência e para aumentar a renda dos seus senhores. Além do mais, o transitar dessas mulheres pelas ruas da cidade sofria perseguições por parte do Estado e dos padrões de conduta e bem viver da cidade. Assim, percebemos que o cotidiano das mulheres pobres e trabalhadoras pelas ruas da cidade não era muito simples.

¹⁸⁵ Jornal A Pacotilha, 14 de novembro de 1880.

¹⁸⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XX**. 2º ed.rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. Pg. 122.

¹⁸⁷ Idem, 144.

Como as mesmas conseguiam trabalhar nas ruas com tantas reclamações e perseguições? Essas atividades laborais aconteciam devido às teias relacionais das mulheres de ofícios, que lhes garantia a sobrevivência. Essas teias:

[...] implicava na liberdade de circulação pela cidade, pois dependiam de um circuito ativo de informações, bate-papos, leva e traz, contratos verbais [...] um pequeno comércio em que as mulheres pobres eram ao mesmo tempo vendedoras e freguesas, constituindo a própria clientela; quitandeiras e vendedoras eram simultaneamente agentes de demanda e de oferta; sobrevivendo com relativa autonomia, graças a dificuldade de qualquer sistema efetivo de vigilância e de controle e de controle policial [...]¹⁸⁸

Percebemos que as mulheres de ofícios desenvolviam suas atividades comerciais com certa autonomia devido a deficiências no sistema de vigilância e repressão do Estado e, em alguns casos, elas contavam com a conivência de polícias e fiscais da municipalidade. Tal conivência se dava pelas diversas relações com os mesmos, que serviam de proteção a muitas delas ao trabalharem pelas ruas da cidade.

Apesar dos fatores acima citados, não devemos pensar que comercializar nas ruas de São Luís era uma tarefa fácil. Através de diversas denúncias dos jornais, observamos que tal atividade nas ruas da cidade era uma tarefa árdua, pois as referidas mulheres sofriam perseguições como foi dito anteriormente, além de agressões físicas, roubos e furtos.

A subsistência dessas mulheres se baseava em relações tensas e conflituosas com escravos, livres forros, vizinhos, polícia e câmara municipal, pessoas ricas e pobres, enfim, com os diversos setores sociais da cidade, pois nem todos que circulavam por essas ruas da cidade estavam dentro de suas teias relacionais.

Nessa sociedade que determinava o lar como local de excelência da mulher a presença de mulheres pobres que tiravam seu sustento das ruas, sofria as sanções e penalidades do Estado através da repressão policial. Em algumas vezes, a repressão no que diz respeito à presença de mulheres pobres nos logradouros da cidade corria de forma frouxa, pois polícias e fiscais muitas das vezes permitiam o comércio ambulante fora dos locais determinados pela câmara. Em outros casos, esses agrediam as mulheres trabalhadoras nas ruas, mas, em outros, mulheres, policiais e fiscais da câmara eram convivas alegres nas festas que rolavam pelas ruas e casa de populares.

¹⁸⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XX**. 2º ed.rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. Pág. 73 e 74.

Essa aproximação entre a força policial, os fiscais da municipalidade e as mulheres trabalhadoras se explica pela proximidade em que conviviam; muitos eram parentes, amigos, companheiros e ou amásios dessas mulheres. Na “A Pacotilha”, são muitas as matérias em que guardas e mulheres estavam juntos em divertimentos nas ruas, a cantarem, dançarem e beberem.

Na rua da Inveja n.41, reúnem-se mulheres e praças do 5º batalhão e até escravos, que ao som de uma rabeca, dançam das nove e meia às quatro da madrugada. Isto seria muito natural se a visinhança não fosse incommodada pela gritaria que faz o parmarcante. Uma reflexão. Todos os quintaes próximos a essa casa de baile tem sôffrido uma limpeza geral. Não ha mais gallinhas.¹⁸⁹

Ao analisar essa matéria, percebemos que os elementos desse grupo eram pessoas pobres, pertencentes, portanto, às classes populares da cidade. O conjunto é constituído por mulheres, praças do batalhão e escravos que, ao se socializarem, causavam transtornos aos cidadãos “ricos e de bem”, pois a alegria chegava as janelas de casas e sobradões. As posturas eram quebradas e a “cantoria rolava solta”.

Outras matérias mostram que nem sempre as relações entre guardas municipais e mulheres pobres eram amigáveis, pois não raro aconteciam fatos que testemunhavam a truculência com que agiam certos policiais em detrimento de suas atribuições e desempenho do seu papel de mantenedores da ordem e da segurança pública. O fato ocorrido com Filomena exemplifica o mau comportamento de uma parte dos guardas da cidade.

Hontem a noute uns soldados de policia reunidos a uns outros do 5º batalhão, foram a casa da celebre Filomena, mui conhecida no bairro da Fonte das Pedras, e pintaram o sete com a misera, que estava n’um estado de completa bebedeira. Foi o diabo. Os taes soldados fartaram-se em maltratar aquella infeliz. Houve quem apitasse. Apareceu uma patrulha. Como os turbulentos eram militares, ella retirou-se, rindo-se do que elles fazião.¹⁹⁰

Acompanhando a crônica cotidiana publicada nos jornais, mais feitos de policia apareceram. A seguir, segue um relato de invasão domiciliar, em que policiais entraram na casa de mulheres pobres e destruíram boa parte dos objetos que estavam no seu interior. O autor informa o seguinte:

¹⁸⁹ Jornal Pacotilha, 16 de Abril de 1883.

¹⁹⁰ Jornal Pacotilha, 5 de Maio de 1883.

A patrulha da rua Formosa, na falta do que fazer, cansada hontem de tanto á noute bocegar, e encontrando aberta a porta da casa de umas mulheres, que vagavão pelo mundo, entraram e como achassem aquillo dezerto – pintaram á manta, n'uma destruição diabólica, - atiraram pelo chão uns cofos, que estavam dependuradosnas paredes, contendo louças e outros objectos que ficaram quebrados, e depois sahiram, elles os engraçados, a rir-se do que havião prácticado, do mal que fizeram áquellas Simphronias, que talvez hoje de manhã, não tivessem onde beber café as pobres.”¹⁹¹

Outra notícia mostra a violência com a qual uma lavadeira foi tratada por um ex-praça do 5º batalhão de infantaria.

Pelas cinco horas da tarde de antes de hontem, na rua da Madre de Deus, - Tiburcio, ex praça do 5º batalhão de infantaria que presentemente exerce as funções de carroceiro, esbordoou a Maria Conceição, lavadeira, a ponto de deixal-a cahida bastante maltratada. O que levou Tiburcio a fazer isso foi ter Maria da Conceição cobrado-lhe a importancia de uma rêde que ele lhe furtara. Magnífico meio de liquidar contas.¹⁹²

Outra matéria mostra o mau comportamento de um “cabo do corpo de polícia, competentemente uniformizado” que “ontem à noite, na rua do Sol, de São João, queimava fogos de artificios e umas bombas de estalo importuno”. E o mesmo não estava sozinho, “tinha por companheiro um collega, que, mais avisado, estava à paisana”¹⁹³.

Diante do exposto, esses atos refletiam a truculência, o vandalismo, violência e outros desmandos por parte dos policiais contra mulheres trabalhadoras. Tais atitudes não apresentam um caráter de repressão com vistas a enquadrar essas mulheres ao ideal de civilidade e mostram que o circular pelas ruas a desenvolver seus diversos ofícios não era uma tarefa muito fácil para mulheres pobres da cidade.

Da relação entre a força policial e as mulheres de ofício, percebemos pela pesquisa que a maioria das prisões se davam pelo mau comportamento, segundo o padrão moral da época, nas ruas e logradouros da cidade e não por outros motivos relacionados as atividades laborais das mesmas.

Por isso, inúmeras foram as mulheres “que descansaram” nas celas da cadeia e foram posteriormente soltas, como foi o caso da “Mulher livre Victoria Maria da Conceição por distúrbios”¹⁹⁴. E da “livre Maria A. Ferreira Lima”¹⁹⁵, cujo o motivo da

¹⁹¹ Jornal Pacotilha, 22 de Junho de 1883.

¹⁹² Jornal Pacotilha, 17 de julho de 1883.

¹⁹³ Jornal Pacotilha, 4 de Junho de 1883.

¹⁹⁴ Jornal Pacotilha, 6 de Março de 1883.

¹⁹⁵ Jornal Pacotilha, 10 de Março de 1883.

sua prisão não foi declarado. No dia 11 do corrente mês a referida mulher foi “posta em liberdade à ordem do sr. dr chefe de polícia [...] e recolhida a prisão á escrava Carlota, de Manoel Ribeiro de Almeida”¹⁹⁶.

Afirma-se que “No dia 12 do corrente mês foi [...] posta em liberdade a escrava Carlota, de Manoel Ribeiro de Moraes; sendo que no dia 13 foi recolhida à prisão a mulher Catharina de Senna Santos, por distúrbios, [...]”¹⁹⁷ No dia 12 de Maio “[...] foram presos e recolhidos à cadeia pública a ordem do sr.dr. chefe de polícia as mulheres livres Romana Maria dos Reis e Rosa dos Santos. E à ordem do subdelegado do 3º districto as mulheres livres Maxiliana Maria de Jesus e Maria Isabel”¹⁹⁸. No entanto, o motivo da prisão dessas mulheres não foi declarado no periódico.

Benedicta da Conceição e Francisca Filomena do Espírito Santo foram presas por “embriaguez e distúrbios”¹⁹⁹, e pelos mesmos motivos Paula Maria da Conceição Pinto também fosse recolhida a prisão²⁰⁰. No dia 5 de junho de 1883, Mathilde Maria da Conceição Ramos foi preza por embriaguez e solta no dia posterior,²⁰¹ esse também foi a causa da prisão de Rita Rosa de Moraes, Maria Isabel da Conceição e Filomena Rosa Gonçalves²⁰².

No dia 24 de Junho de 1883, foi recolhida a prisão a mulher Luiza Rosa Mendes²⁰³ mas o motivo não fora declarado. Maria Alexandrina da Cruz, “mulher livre”, foi recolhida a prisão por “distúrbio” e “pelo caminho esguelava-se nuns palavrões porcos”²⁰⁴. Além dessas muitas outras, foram as mulheres que ficaram nos “annaes” policiais por não se encaixarem dentro de normas e padrões de trabalho e comportamento feminino.

Somando a perseguição e violência contra as práticas e ofícios de mulheres pobres na São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90, outra questão se faz pertinente: a negação da cidadania as mulheres pobres em foco neste estudo.

A negação da cidadania ocorreu com um grupo de mulheres trabalhadoras que vendiam em tabuleiros, a notícia mostra que as mesmas tinham o costume de se assentarem nos passeios e os deixarem intransitáveis, segundo o reclamante. Para

¹⁹⁶ Jornal Pacotilha, São Luís, 12 de Março de 1883.

¹⁹⁷ Jornal Pacotilha, São Luís, 14 de Março de 1883.

¹⁹⁸ Jornal Pacotilha, São Luís, 14 de Maio de 1883.

¹⁹⁹ Jornal Pacotilha, São Luís, 4 de Junho de 1883.

²⁰⁰ Jornal Pacotilha, São Luís, 23 de Junho de 1883.

²⁰¹ Jornal Pacotilha, São Luís, 7 de Junho de 1883.

²⁰² Jornal A Pacotilha, São Luís, 16 de Junho de 1883.

²⁰³ Jornal A Pacotilha, São Luís, 25 de Julho de 1883.

²⁰⁴ Jornal A Pacotilha, São Luís, 8 de Agosto de 1883.

umentar as pinceladas de intolerância contra essas mulheres e a exclusão da cidadania das mesmas, a notícia mostra que o costume citado:

[...] é o de menos. O pior de tudo é que fazem algazarra insupportável, praticão immoralidades, dizem palavrões obscenos, - brigão, descompõem-se e isto sem guardar o mais pequeno respeito a moral pública, respeitável matrona que há tempos atrás gozou de muita consideração, segundo o que dizem nossos avós.²⁰⁵

O redator da notícia acima se refere a um grupo de vendedoras em tabuleiro. Sendo elas mulheres de ofícios, a desenvolverem um trabalho sem reconhecimento social, haja vista que as mulheres que desempenhavam essa função pelas ruas da cidade eram mulheres pobres.

Algo que fica implícito na notícia é questão da não aceitação da presença feminina no espaço público. Esses eram anos de transição entre o trabalho compulsório e o trabalho livre e juntamente com os padrões de civilidade, modernidade, novos moldes e paradigmas sociais estavam em implantação no Brasil. Dentro desses novos padrões as

[...] medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e forma de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida.²⁰⁶

Ainda falando da presença das mulheres nas ruas da cidade, pensemos a rua como o espaço do desvio e das tentações²⁰⁷, e, dentro dessa visão, os cuidados com as mulheres eram redobrados, pois os bons hábitos e costumes significavam sinal de progresso.

O proceder e o comportamento feminino das populares eram alvos de pedidos de providências a polícia. Depois dessas evidências, fica claro um dos motivos pelo qual os articulistas terem desclassificado as vendedoras em tabuleiros da reclamação anterior, pois sabe-se que as mesmas eram presença constante nas ruas da cidade de São Luís devido à necessidade do sustento.

²⁰⁵ Jornal A Pacotilha, 17 de maio de 1883.

²⁰⁶ SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Mary. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto : Ed. Unesp, 1997. Pg. 362- 3363.

²⁰⁷ Ibidem. Pg. 365.

Como já dito, em termos mais gerais a presença dessas mulheres pelas ruas causava incômodo, pois as mesmas estavam fora do padrão que regia o comportamento feminino da época por serem mulheres de constante presença nos locais públicos, além de significarem perigo à moral, aos bons costumes e à família.

A sexualidade influía muito em suas vidas, pois a virtude moral estava intimamente ligada à vida sexual. Devido a esse fato, muitas mulheres pobres que possuíam um cotidiano pelas ruas da cidade eram vistas de forma preconceituosa e como despidoradas. Quando analisamos os jornais, as mesmas foram desqualificadas por diversos adjetivos negativos. No corpo dos textos, as referências são do tipo: “mulheres da vida solta”, “levada da breca”, “vadias”, “heroína de cabellos nas ventas”, “marafonas”, “mulheres de vida alegre”, etc.

Muitas dessas mulheres faziam parte “da grande família das Marias de Tal”²⁰⁸, pertencendo a um grande grupo de pessoas socialmente desclassificadas. Além do mais, “de Tal” refletia a pobreza e os preconceitos que pesavam sobre elas e a condição de gênero das mesmas. Assim, inúmero são os exemplos das “Marias de Tal” como a “Carmina de Tal”. Uma reclamação pede providências contra as imoralidade de uma tal Maria da Conceição²⁰⁹. A tal Filomena que se requebrava com as mãos nos quadris a tocar e dançar na rua de São Pantaleão²¹⁰ também deu o ar de sua graça nas páginas da “Pacotilha”. Por entender não deixar seus vizinhos pegarem no sono, a tal Rita foi motivo de reclamações²¹¹.

Com toda a carga de preconceito, intolerância e combate às práticas cotidianas e culturais, controle e disciplinamento das mulheres trabalhadoras ludovicenses perante as novas sociabilidades em formação foi que os periódicos se enchiam de mais expressões que denotavam a desqualificação social e moral das mulheres de ofícios, com frases do tipo “[...] typha que accode por Francisca Romana [...]”²¹², de “ Maria Afra, uma mulhersinha terrível da pá virada [...]”²¹³, sob denúncia de pajelança “[...] umas mulheres e uns pretos reuinem-se a noute em uma casa no Caminho Grande [...]”²¹⁴.

²⁰⁸ CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís. Edufma. 2006. Pg. 137.

²⁰⁹ Jornal A Pacotilha, 18 de maio de 1883.

²¹⁰ Jornal A Pacotilha, 18 de maio de 1883.

²¹¹ Jornal A Pacotilha, 18 de junho de 1883.

²¹² Jornal A Pacotilha, 21 de junho de 1883.

²¹³ Jornal A Pacotilha, 22 de julho de 1883.

²¹⁴ Jornal A Pacotilha, 25 de julho de 1883.

3. MULHERES, FESTAS E ALEGRIAS: SÃO LUÍS DO MARANHÃO E A BRINCADEIRA DO BOI.

“Meu São João, meu São João, meu São João eu vim pagar a promessa de trazer esse boizinho pra alegrar sua festa [...]”²¹⁵. Devido as festas de São João, o mês de junho no Maranhão é um dos meses mais alegres e festivos. É um mês em que os sons de matracas, zabumbas e pandeirões ecoam por todos os lados da cidade de São Luís. Assim como em várias outras cidades do estado.

Esse é o mês em que várias festas tradicionais da cultura maranhense tomam conta de ruas, praças, becos entre outros logradouros públicos e contagiam a população com suas melodias e a levam a dançar e cantar ao ritmo do Bumba Meu Boi e outras danças juninas, como a dança do coco, o cacuriá, a dança portuguesa entre várias outras manifestações. Dentre as manifestações culturais acima citadas vamos nos deter as festanças do Bumba Meu Boi na cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90.

Os primeiros registros na imprensa maranhense sobre as festas do Bumba Meu Boi surgiram no século XIX. As notícias vinculadas sobre essa festança faziam referências a problemas ocasionados pelo comportamento dos brincantes, tidos como inadequados pelas regras morais e sociais da época, apresentando os brincantes como homens e mulheres produtores de conflitos, arruaças e brigas.

O complexo cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão produzido pelo Iphan/MA nos diz que a primeira aparição desta festa, citando os estudos de Matthias Röhrig Assunção, fazendo alusão ao romance histórico “A Setembrada” de Clóvis Dunshee de Abranches publicado em 1823. Segundo Assunção, o romance destaca que “os ataques populares contra os portugueses e aos seus estabelecimentos comerciais durante a guerra de Independência podiam, inclusive, tomar a forma de um violento bumba-meu-boi [...]”²¹⁶.

Maria Laura Cavalcante e Röhrig Assunção apontam que o registro do Bumba Meu Boi é de 07 de julho de 1829. Esse registro é uma carta endereça ao jornal “O Farol Maranhense” e evidencia tanto o caráter festivo quanto marcial da festa²¹⁷. Vale ressaltar que o Bumba Meu Boi não foi criado no século XIX, pois João Domingos

²¹⁵ Música Boi da lua de autoria do músico maranhense Papete.

²¹⁶ Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Luís: Iphan/MA, 2011. Pg. 35.

²¹⁷ Idem. Pg. 36.

Pereira do Sacramento em 1868 afirmou “[...] a existência do Bumba-meu-boi há, pelo menos, duas gerações anteriores à sua [...]”²¹⁸.

Como demonstrado acima, o Bumba Meu Boi era uma brincadeira costumeira na cidade de São Luís do Maranhão no século XIX. Ressaltamos que essa festa era comum entre as camadas mais baixas da população. Maria da Glória Correa afirma o caráter popular dessa brincadeira

[...] cuja a base social encontrava entre os mais pobres os elementos de sua sustentação, não só porque lhes oportunizava a alegria e o prazer no desafogo de suas cotidianas tensões, mas igualmente porque o verso e a rima, o canto e a dança podiam ser veículos por meio dos quais davam vazão a seus protestos [...]²¹⁹

A mesma autora, em sua obra, explica de forma plausível um dos motivos pelo qual havia uma grande perseguição por parte das elites e forças repressoras do Estado contra o Bumba Meu Boi.

[...] pesquisas de estudiosos como Sílvio Romero, num passado recuado, e Luís da Câmara Cascudo, mais recentemente, apontam que o Bumba-meu-boi nasce nas senzalas, no tempo em que o gado era a base da economia que se reproduzia a partir do trabalho negro, sob as ordens de um senhor branco que nada fazia, quadro esse que teria contribuído para fazer do ‘Boi’ uma ‘expressão da violência interclasse’. Então sendo consequência e causa de um sistema de relações por natureza desiguais – necessariamente perpassadas pela negociação e pelo conflito – somando aos muitos entreveros que ocorriam pela noite adentro durante os festejos juninos, esse traço que lhe era intrínseco estaria na base das justificativas para as perseguições que os ‘Bois’ sofriam por parte das autoridades [...]²²⁰

A reclamação a seguir demonstra a carga de preconceito e discriminação sofrida pelo Bumba Meu Boi na cidade de São Luís. Através das linhas escritas, percebemos a não aceitação da festa das camadas populares, e esse preconceito foi manifestado através dos adjetivos que desqualificavam os seus brincantes. Encontramos também o caráter violento que a brincadeira representava para as elites locais.

Lá para as bandas de São Thiago começaram hontem, pelas 10 horas da noute, os grandes ensaios do bumba meu boi, com geral satisfação da arraia miuda, que se regala com semelhante cousa e grave escândalo da vizinhança que se vê ameaçada por um flagelo horrível de gritos e berros atroadores.²²¹

²¹⁸ Idem. Pg.36.

²¹⁹CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX.** São Luís. Edufma. 2006. Pg. 118.

²²⁰ Ibidem. Pg. 120.

²²¹ Jornal A Pacotilha, 18 de maio de 1883.

Sobre a questão da violência nas festas do Bumba Meu Boi Correa nos diz que “[...] tempo de festa era também tempo de briga, de modo que assim como acontecia por causa dos buscapés, muitos eram os ‘rolos’ em que se batiam os apaixonados por bumba meu boi [...]”²²², E que “rolos” e brigas eram tão comuns que poderíamos “[...] pensar nessas brigas como uma espécie de tradição que se repetia a cada ano [...]”²²³. A queixa abaixo demonstra um pouco das brigas entre os brincantes.

No ensaio de bumba meu boi, que estão fazendo para os lados da Madre de Deus houve pancadaria velha sábado último. Lembramos a polícia, que no mesmo lugar, o anno passado, deram grande representação, em que figuraram cacetes, facas, navalhas e soldados do 5º batalhão. Querirão pedir bis aos actores?²²⁴

Um dos vários motivos dessas brigas era a rivalidade entre os grupos de brincantes. Estas rivalidades, “[...] quando os conjuntos saíam de seu terreiro, juntamente com as matracas e maracás, levavam também cofos cheios de cacetetes, pois iam brincar preparados para a briga [...]”²²⁵. Como as brigas e transtornos causados pela brincadeira do Bumba Meu Boi crescia a cada arraial, a perseguição a essa brincadeira aumentava também.

Ainda sobre as brigas e transtornos causados pelo boi e seus brincantes pela cidade de São Luís, as mulheres se tornaram motivos de rivalidades e pelepas entre os grupos de Bumba Meu Boi. Maria da Glória aponta as mulheres como uma das causas de brigas entre os brincantes ao afirmar que, “[...] ainda de acordo com o que costumava veicular os jornais, a causa principal dessas brigas era presença de mulheres, musas e amadas dos brincantes, acompanhando os batalhões [...]”²²⁶.

As reclamações contra a brincadeira do Bumba Meu Boi eram inúmeras e constantes na imprensa local. Uma das reclamações do jornal “A Pacotilha” revela alguns detalhes de como ocorriam as festas do boi.

A noite de sabbado passado foi uma noite de prazeres, de alegrias, de toda espécie de loucuras próprias da occasião, uma noite ruidosa, festiva,

²²² CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís. Edefma. 2006. Pg. 114.

²²³ Idem. Pg. 115.

²²⁴ Jornal A Pacotilha, 11 de setembro de 1883.

²²⁵ CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís. Edefma. 2006. Pg. 116.

²²⁶ Idem. Pg. 127.

illuminada por um luar esplendido. Pelas ruas andava muita gente em patuscadas, folgando e divertindo-se. No ar eram lançadas grandes quantidades de bombas de pistolas. Busca pés corriam em todas as direcções, rabeando umas caudas longas: bichinhas estalavam; bombas estouravam; folgueiras ardiam – produzindo um calor insuportável; ouvia-se a musica por toda a parte; dançou-se muito. Lá no Caminho Grande, ante o concurso de uma multidão que alli estava, brincava o boi, produzindo uma gritaria selvagem. Um estrangeiro que presenciasse aquillo, julgaria estar há dous séculos atraz nos sertões da África. De todos os lados erao atirados busca-pés sobre o boi, n’uma quantidade prodigiosa, que envolviao n’um oceano de faíscas. E os vaqueiros, de chapéos armados, esguelavão-se n’um berreiro furioso, batendo as matracas. E o boi sempre dançando, e os busca-pés cahindo-lhe sobre o dorso estrellado, n’uma abundancia de dilúvio, cruzando-se em todos os sentidos, n’umas irradiações brilhantes, zig-zando por alli fora, espalhando o povo, fazendo correr o mulhero que lá estava apinhado. O boi, oppondo áquelle ruído infernal a sua eterna mudez movia-se no meio de seus vaqueiros, impassíveis, impertubaveis, ante tanto buscapé. E de lá sahio muita gente esbordada, com os lombos amarrotados pelos cacetes e com a pele queimada pelos busca pés.²²⁷

A queixa acima nos fala que muitas pessoas estavam se divertindo em uma noite de festa no Caminho Grande, rua que ligava o centro da cidade a zona rural e na qual havia muitas bombas e estalos de fogos de artifícios e uma multidão que cantava e dançava. Além disso, os vaqueiros batiam as matracas²²⁸, enquanto o boi era a atração principal. No entanto, a reclamação termina dizendo que muitos saíram espancados e queimados pelos fogos.

A queixa ilustra o que foi dito anteriormente sobre a questão da violência nas festas do Bumba Meu Boi e também expressa o preconceito contra essa manifestação de populares. Em consonância com o projeto civilizador em implantação na cidade, o reclamante diz que a brincadeira do boi produzia uma gritaria selvagem e que um estrangeiro que presenciasse a festa julgaria que estaria há dois séculos nos sertões da África. Desta forma, a brincadeira ia de encontro com os ideais de civilidade e modernização almejados pelas elites locais.

Por ser uma festa de origem das camadas mais baixas da população do Maranhão, o Bumba Meu Boi sofria forte preconceito e perseguição por parte das forças repressoras do Estado e parte da população. Sobre essas questões uma reclamação diz que a senhora Prudência mais um grupo de pessoas, todos os dias em sua residência na rua do Alecrim pratica todas as noites a imprudência de ensaiarem Bumba Meu Boi com uma vozeria terrível²²⁹.

²²⁷ Jornal Pacotilha, 25 de junho de 1883.

²²⁸ Instrumento de percussão constituído por tábuas móveis que, agitadas, produzem uma série de estalidos secos.

²²⁹ Jornal A Pacotilha, 18 de junho de 1889.

Sobre a senhora Prudência, no dia posterior a reclamação acima, saiu outra nota sobre os ensaios do boi em sua residência. Nesta, o provável ofício de Prudência foi revelado, ela cuidava de pessoas com bexigas. Na época do estudo, as mulheres que realizavam esse ofício eram conhecidas como “tratadeira de bexigas”. Segue a reclamação.

A sr^a Prudencia de cuja imprudência hontem tratamos, continua a ensaiar em casa o bumba meu boi, apesar de haver nella pessoas com bexigas. Como não ficarão as pobres cabeças destes infelizes doentes forçados a audição amoladora das matracas de pae Francisco e mãe Catharina?²³⁰

Sobre as inúmeras reclamações que surgiram na imprensa, registramos uma resposta de um brincante que se pronunciou no jornal em defesa da festa do boi. Ele diz que um anônimo publicou nos jornais “Diário” e “Pacotilha” pedidos dirigidos a polícia contra “[...] o classico e tradicional brinquedo denominado – Bumba meu boi, com o fim unicamente de privar o povo deste innocente e applaudido divertimento [...]”. E os motivos alegados na denúncia eram os incômodos decorrentes das vozerias do festejo causados à vizinhança.

Continuando a defesa, ele alega que o sítio em que a festança aconteceu era fora da cidade e nem tinha vizinhos para ser incomodados, além de estar localizado entre a estação e o cemitério dos Passos e ser de propriedade do sr. João Ferreira Vianna. Ele afirma que o denunciante seria um despeitado “[...] por não ter sido admittido na sociedade do bumba que se estava ensaiando naquelle sitio [...]” e que o seu pedido de providências para por fim ao Bumba Meu Boi foi atendido pela polícia, que mandou proibir o divertimento por acreditar que o local dos ensaios era dentro da cidade e ocasionava desordens aos vizinhos.

O defensor continuou a alegar que o divertimento nunca resultou em desordens e nem prejuízos a ninguém, além de argumentar que o Bumba Meu Boi não transgredia o Artigo 94 do Código de Posturas de 1866 que proibia fazer vozerias e alaridos e dar gritos nas ruas, se não fosse para pedir socorro ou capturar algum criminoso. E na festa do boi não se pedia socorro, não se capturava criminosos e muito menos se fazia vozerias nas ruas da cidade.

Mais uma vez, o defensor afirmava que o Bumba Meu Boi não transgredia o artigo 125 do código já citado, que proibia os batuques e danças de “pretos” fora dos

²³⁰ Jornal A Pacotilha, 19 de junho de 1889.

lugares permitidos pela autoridade, porque o divertimento do boi não era batuque nem dança de “pretos”, cujos brincantes eram pessoas livres, além do promotor do evento garantir a ordem. E finaliza a sua defesa citando as proibições que o festejo sofria na época da reclamação: “[...] já estamos proibido, pelo sr. bispo, das festas de arraial, às portas das igrejas, agora, tentão os retrógrados, por intermedio do sr. desembargador chefe de polícia, prohibir-nos a festividade do bumba. Isto não vae bem”²³¹.

A edição posterior a defesa do Bumba Meu Boi do dia 19 de junho de 1883, recebeu uma resposta. Quem a escreveu se identificou como “um encommodado” logo no início o mesmo falou que o defensor do boi foi convidado para ser o pai Francisco²³². E disse que não foram atendidos pela polícia como fala a defesa, pois “[...] continuarão como hontem até ás 11 1/2 horas da noite, com o ensaio”. Em suas argumentações o “encommodado” rebate as respostas dadas as transgressões dos artigos do código de posturas, fala da pouca eficiência da polícia quanto o seu papel de repressão a festa e do envolvimento de padres na comemoração.

Art. 94. E' prohibido fazer voseria, alarido e dar gritos nas ruas sem ser para pedir socorro ou capturar algum criminoso. Si não ha voseria, alarido e gritos leve-os para brincar em sua casa, com que lucrara. Art. 125. Os batuques e danças de pretos são prohibidos fora dos lugares permitidos pela autoridade. Qual foi a autoridade que permittio o bumba; nesse lugar é o que ignoramos. Não são todos livres como diz o Sr. defensor, a maior parte dos dansantes são escravos, com isto é que não temos nada e sim com o batuque. Quanto a capacidade do encarregado não duvidamos d'ella já mais quando esteja dormindo. Quanto as festas de arraial e egreja, entenda-se com o Sr. D. Antonio, não ha dúvida que no boi também há padres que baptisam e confissão sem licença do mesmo. O que não vae bem é o ajuntamento de povo n'estes lugares trasendo grande quantidade de fogo acabando por cabeças quebradas e pancadaria.²³³

Sobre as reclamações acima temos duas opiniões divergentes sobre a festa do Bumba Meu Boi. Uma mostra pequenos lances da relação entre a festa e os brincantes e a visão dos mesmos sobre o divertimento. Já a segunda é mais uma das inúmeras reclamações que mostram o preconceito e a perseguição a festança do boi.

Através das reclamações acima, podemos afirmar que haviam restrições para as festas do Bumba Meu Boi na cidade. O código de posturas citado é o de 1866, mas os anos se passaram e um novo código de posturas foi escrito em 1892, no qual as

²³¹ Jornal A Pacotilha, 20 de junho de 1881.

²³² Pai Francisco é uma das personagens da história que dar vida ao Bumba Meu Boi. Ele é esposo de Catirina que desejou comer a língua do boi mais bonito da fazenda.

²³³ Jornal A Pacotilha, 21 de junho de 1881.

proibições às festas e costumes das camadas mais pobres da cidade continuavam. O Artigo 139 §1º proíbe “ [...] fazer vozerias, alarido e dar gritos nas ruas a não ser por motivo de necessidade indeclinavel ou para chamar socorro”²³⁴. O mesmo artigo continua com as proibições que disciplinavam, ou ao menos intentavam, a população da cidade e seus usos e costumes. O artigo 139 §3º proíbe “ [...] fazer batuques, com toques de tambor, cantarias e danças, ou qualquer instrumento, que pertube o socego durante a noite”²³⁵. O mesmo artigo no §5º veta “acender fogueiras nas ruas e praças da cidade”²³⁶.

3.1 FESTAS: EXPLOSÃO DE VOZES, RITMOS E DEVOÇÃO.

Ainda se tratando do mês junino na cidade de São Luís, uma reclamação trata sobre uma festa de São João. A queixa é interessante, pois oferece algumas evidências de como eram organizados os bailes, mas temos que ter ciência da limitação da fonte por ser uma queixa na imprensa contra o baile de pessoas pobres. Temos um pequeno panorama da organização e dos participantes, como era feita a colaboração para o pagamento das despesas do baile como aluguéis, decoração, etc. Estes elementos justificam a escolha de uma reclamação longa.

Benedicto Bordeaux, que alem de protagonista e pandego, tem a boca dos prazeres de Terpsichore, entendeu que o melhor meio de festejar S.João seria organizar um chinfrim teba, com todos os ff e rr, um chinfrim em regra, como só elle sabe arranjar. Em muito pouco tempo conseguiu um número sufficiente de contribuintes, cujas quotas chegaram para aquisição da casa, onde funciona-se o baile, para aluguel da mobília e da cana, elemento indispensavel nessas reuniões. O local escolhido para o brodio foi uma casa na rua do Ribeirão, a qual convenientemente adornada abria hontem a noute de par em par as suas portas para receber o madamismo e os cavalheiros que compunhão o bate-chinelo. As nove horas já os salões regorgitavam. Começa se a sentir o cheiro acre das emanações corpóreas e o calor do álcool. A orchestra prorompera n'uma quadrilha, muito repinicada nas primas dos violões, convenientemente desafinada pelo clarinete, e cujos compassos irão marcados em tom lugubre [...] Depois que o sineiro de S. João badalou o toque de silencio, passava pela rua do Ribeirão – Girinaldo, marceneiro de profissão – pagodista, que reservara a noute para divertir-se um pouco. O som da musica e o da voz do mestre sala, que marcava a quadrilha, chamaram-lhe a atenção [...] Chegou-se a porta, indagou a como estava o cambio e achando rasoavel o preço – pagou a sua entrada e penetrou com

²³⁴ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1892. Artigo 139, § 1º. São Luís, 1866.

²³⁵ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1892. Artigo 139, 3º. São Luís, 1866.

²³⁶ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1892. Artigo 139, §5º. São Luís, 1866.

ares desembarçados, passeiando uns olhares mórbidos pelas damas que se enfileiravaão abanando-se muito, passando lenços pelas caras suadas [...].²³⁷

A história de Girinaldo não termina desta forma. Depois de tentar dançar com algumas mulheres sem conseguir seus intentos, o “pagodista” foi se sentar e, para sua surpresa, caiu no chão por ter a sua cadeira puxada. A brincadeira com ele produziu “geral hilariedade”, e, assim, Girinaldo foi embora do baile, embora os partícipes tivessem aumentado as brincadeiras e insultos contra ele. Muito chateado, o “pagodista” usou suas habilidades de capoeirista para se defender, mas em vão por não conseguir acertar nenhum dos seus algozes.

Depois de muita confusão, Girinaldo foi embora armado de faca e pau se meteu em uma casinha. Mas ele não contava que o dono da casa era sr. capitão Guterres, logo a patrulha chegou e Girinaldo começou a insultar os policiais e a jogar pedras, o que fez a patrulha logo se dispersar. Após a saída dos policiais, o “pagodista” continuou escondido e “[...] de alcatéia armado de pedra para o que desse e viesse [...]”.

Nesta mesma noite, José Antônio Coêlho, soldado do 5º batalhão, estava em seu posto na alfândega e teve a licença do seu superior para ir em casa ou em outro lugar qualquer. O soldado resolveu passar pela rua do Ribeirão e, quando ele se aproximou da casinha onde estava escondido Girinaldo, levou uma pedrada arremessada pelo mesmo.

O “pagodista” achou que José Antonio fosse um dos guardas da patrulha e “[...] fez-lhe pontaria com uma pedra [...]” o que fez o guarda cair “estatelado” sem sentidos. A reclamação termina com o queixoso pedindo providências às autoridades competentes quanto aos chinfrins que aconteciam pela cidade.

Além das festas juninas, outras nascidas entre as camadas mais pobres de São Luís do Maranhão apareceram nas fontes pesquisadas, como as de cunho religioso a exemplo da festa do Divino, as comemorações do mês Mariano, São Martinho, Santa Filomena e São Gonçalo.

Ao pensar nas festas populares de cunho religioso no Brasil, temos que entender as transformações pelas quais passou o catolicismo brasileiro. Muitas dessas transformações dentro do catolicismo se deram “no contato com as diversas manifestações religiosas brasileiras [...]” e esse contato “[...] foi aproximando-o da cultura popular [...]”²³⁸.

²³⁷ Jornal A Pacotilha,

²³⁸ PASSOS, Mauro. **A mística do catolicismo popular – a tradição e o sagrado**. Pg. 09. Disponível em <http://www.abhr.org.br>. Visitado em 10-04-2017.

Sobre a aproximação do catolicismo com elementos da cultura popular, Passos afirma que:

[...] Na trama ordenada de símbolos, gestos e representações, o catolicismo vai-se entrecruzando com a vida. Dor, alegria, esperança, problemas, anseios, festas, novenas e santos vão compondo o cenário do dia-a-dia. Tais elementos orientam os diversos trajetos e as aspirações humanas. Impulsionado (a) pela mistério da vida, o homem / a mulher do povo busca sua força na esperança de que "Deus sabe o que faz" e "Deus vai nos ajudar". Essa imagem de Deus deve ser lembrada, celebrada e cantada. Numa explosão de vozes e ritmos, a devoção popular vivência fatos concretos, temores, sonhos e crenças. O religioso torna-se um elemento consolidador da vida. Dessa forma a proteção divina, confirmada na guarda do religioso é sinal de garantia, frente aos alarmes da realidade.²³⁹

Ao pensar nas festas populares com cunho religioso em São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90, podemos analisá-las pelo viés acima proposto por Mauro Passos, o qual afirma que, em uma “explosão de vozes e ritmos, a devoção popular vivencia fatos concretos, temores, sonhos e crenças e que o religioso tornou-se um elemento consolidador da vida”.

Desta forma, as festas religiosas comemoradas nas ruas, praças e casa particulares não eram simplesmente meras comemorações. Mas devemos vê-las como elementos de resistência e de reafirmação de uma população pobre descendente da mescla das três matrizes colonizadoras: o europeu, o africano e o índio. E que a seu modo tentava manter a herança cultural deixada por seus ancestrais.

Sobre a religiosidade popular, Ferretti afirma que “[...] no Maranhão, como em todo Brasil, diferente do que ocorre no mundo cristão europeu, a religiosidade popular é a religião vivida e praticada pelos mais pobres, que são os mais numerosos [...]”²⁴⁰. Desta forma, entendemos que as diversas manifestações culturais de cunho religioso analisadas na pesquisa são entendidas como populares, por haver uma grande participação das camadas pobres da cidade.

Dessas manifestações, a festa do Divino Espírito Santo apareceu com maior frequência nas reclamações da imprensa local. Esta teve a sua gênese no século XVI em Portugal. Nessa festa, a pessoa da Santíssima Trindade era festejada com muitos banquetes e distribuição de esmola aos pobres, e as celebrações sempre aconteciam no

²³⁹ PASSOS, Mauro. **A mística do catolicismo popular – a tradição e o sagrado**. Pg. 02. Disponível em <http://www.abhr.org.br>. Visitado em 10-04-2017

²⁴⁰ FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Festas e religiosidade popular no Tambor de Mina no Maranhão**. In Ciências Humanas em revista/Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas, São Luís, 2003. V.1, n.1. Pg. 35.

dia de Pentecostes. De Portugal, a devoção a Santíssima Trindade se espalhou por várias de suas colônias, principalmente no arquipélago dos Açores, até chegar ao Brasil provavelmente nos primeiros anos da colonização.

O culto do Divino Espírito Santo possivelmente se iniciou no Maranhão com os colonos açorianos que aportaram no início do século XVII. Já no século XIX, a festa já estava enraizada entre a população da cidade de Alcântara e se espalhou para as outras cidades maranhenses, acabando por se tornar uma festa costumeira entre as diversas camadas da sociedade e especialmente os mais pobres.

Gustavo Pacheco afirma que, “[...] embora a festa do Divino possa envolver gente de todos os extratos sociais, quase todos os participantes são pessoas humildes, de baixo poder aquisitivo, que se esforçam para produzir uma festa rica e luxuosa [...]”²⁴¹. Sobre a participação de pessoas pobres, cujos grupos também incluíam as mulheres, na festa do Divino Espírito Santo, Ferretti afirma que a festa realizada na cidade de São Luís tem duas peculiaridades, sendo uma delas “[...] a presença marcante de mulheres - as caixeiras, que tocam instrumentos musicais denominados caixas do Divino [...]”²⁴².

Além das caixeiras, a Festa do Divino Espírito Santo no Maranhão conta com a presença do imperador, imperatriz e dos mordomos. Dentro do ritual da festa, as mulheres representam papéis importantes como o da imperatriz e das caixeiras. As caixeiras são um dos elementos mais importantes da festa, pois são senhoras devotas que cantam e tocam caixa²⁴³, acompanhando todas as etapas da cerimônia. Ferretti esclarece a importância dessas mulheres na festa:

As caixeiras constituem elemento imprescindível e típico da festa do Divino no Maranhão. São senhoras idosas com o encargo de tocar caixas e entoar cânticos, repetidos de cór ou improvisados, em louvor ao Divino Espírito Santo. Costumam fazer isso por promessa ao longo da vida [...].²⁴⁴

²⁴¹ PACHECO, Gustavo. **Caixeiras do Divino Espírito Santo de São Luís do Maranhão**. Pág. 03. Disponível em <http://www.museuafro.ufma.br>.

²⁴² FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Festa do divino no Maranhão**. Pág.01. Disponível em <http://www.gpmina.ufma.br>

²⁴³ Ferretti esclarece que As caixas do Divino são tambores semelhantes aos usados pelos soldados nas paradas militares. São instrumentos membranofônicos confeccionados em metal cilíndrico, com cerca de 70 cm de altura por 50 de diâmetro e couro nas duas bocas, afinados por cordas laterais. São tocadas com duas varetas de madeira. São pintadas de vermelho e branco ou de azul e branco. Nos deslocamentos, ficam suspensas ao ombro das caixeiras por tiras de pano.

²⁴⁴ FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Festa do divino no Maranhão**. Pág.01 e 02. Disponível em <http://www.gpmina.ufma.br>

Essas mulheres em sua grande maioria são senhoras, negras e moradoras da periferia de São Luís. Ao voltarmos ao século XIX, percebemos que as características das caixeiras não tiveram grandes alterações com o passar dos anos e, através da maioria das reclamações na imprensa dessa época, percebemos que caixeiras eram mulheres pobres.

Sobre a Festa do Divino, as reclamações compulsadas foram muitas. Abaixo segue uma reclamação que nos mostra uma pequena pincelada do cotidiano das caixeiras da festa.

Os escândalos dos devotos ainda continuam - as caixeiras de uma tal Christina pedincharam esmolos por esta cidade para festejar o divino Espírito Santo e, logo que conseguiram arranjar alguns cobres, foram para Pressoeira, onde realizou-se um formidável comes e bebes. Pedimos a policia serias providencias sobre estes abusos.²⁴⁵

Logo, vemos como o autor da reclamação se refere a Christina que, provavelmente, era a caixeira régia da festa, usando o monossílabo tal que a descaracterizava e também era sinônimo de sua pobreza, condição de gênero e raça. Além do mais, era muito provável que a prática de pedir esmolos para auxiliar na festa fosse proibida no ano de 1881, já que tal prática era proibida no Código de Posturas de 1892, cujo parágrafo 147 diz que “é prohibido neste municipio tirar esmolos para santos. Ao infractor a multa de 10\$000, convertida desde logo em prisão, si não poder ou não quiser pagar de prompto”²⁴⁶.

Em reclamação do dia 02 de junho de 1883, uma pessoa descreve uma reunião de pessoas que comemoravam a festa do Divino Espírito Santo. O reclamante não poupou adjetivos desqualificantes à festa e aos seus participantes, mas finaliza a reclamação dizendo que durante a mesma, reinou a ordem. Segue a reclamação.

Hontem pelas cinco horas da tarde – lá na rua da Praia de S. Antonio – houve um grande pagode, uma brincadeira grossa, ao ar livre, sob um céu anuviado, chuvoso e triste. Enfiou-se um mastro do Divino Espírito. Mulheres, mettidas nos seus vestidos domingueiros tocavão caixas, uma coisa enfadonha, difficil de se supportar; moleques gritavão, assobiavão. De todo aquele povo reunido erguia se um ruído enorme, festivo, a expansão immensa de uma alegria franca, expontanea, que se erguia aos ares, quebrando a monotonia d’aquella tarde chuvosa. Não houve barulho. Reinou ordem.²⁴⁷

²⁴⁵ Jornal A Pacotilha, 25 de maio de 1881.

²⁴⁶ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1892. Artigo 139, 3º. São Luís, 1892.

²⁴⁷ Jornal A Pacotilha, 02 de julho de 1883.

Na queixa a seguir, seu redator também usou vários adjetivos que reprovavam a festa e os brincantes. E exprimiu nas linhas de sua reclamação o incômodo que era para as elites locais esse tipo de festa e seus brincantes pelas ruas da cidade.

Os moradores da rua de São Pantaleão, pelas proximidades da igreja, passaram mal a noite de hontem, por causa de uma barulho incommodativo que fazia uma gente festejando o Espírito Santo. Cantaram, ou por outra, esguelaram-se batendo caixas n'um plon plon interminável, cacete insurdecedor, uma cousa de fazer quebrar a paciência de Joh.

Em outra reclamação, o denunciante se queixa de uma festa em que tocaram caixas do Divino Espírito Santo, e citou o endereço da festa e o nome de algumas mulheres que estavam participando assim como o horário do início e término da festa. Usando, como era comum, vários adjetivos desqualificando a comemoração.

Hontem deu-se um facto muito horrível, na rua Grande; fronteiro ao caminho do Apicum, n'uma das casas das filhas de Jerusalim. Uma grande bebedeira; se prevalecendo com as caixas d Divino Espírito Santo. Sendo a Joanna iminente da festa e Dizidella e Francisca lavadeira e um que não pode declarar porque chegou as nove horas. Principiou as seis horas da noite, sim senhor isto é que foi couza até quando o fulano chegou.²⁴⁸

No dia 13 de junho, três dias após a publicação da reclamação anterior, o jornal “A Pacotilha” publicou uma resposta a dita queixa. Sem se identificar, a pessoa defende os participantes e a comemoração na casa das filhas de Jerusalim. Não sabemos por quais razões o observador, desta forma que o anônimo assinou a defesa da festa, defendeu na imprensa a comemoração, no entanto talvez ele estivesse na casa de Jerusalim e fosse o homem que chegou às seis da tarde ou apenas um simpatizante das festas populares da cidade. Segue a defesa.

Sr. Redator. – Em seu jornal de hontem um individuo sem imputação moral, por isso que se encondé por traz do anonymo, diz que no Caminho Grande, fronteiro ao do Apicum, houve uma grande bebedeira e cita os nomes de Joanna, Disidella e Francisca Lavadeira [...] A pessoa que chegou mais tarde é muito digna e está acima do maltrapilho que sem pejo algum vem a imprensa com um sarrilho immoral dizer inverdades escandalosas, o que é próprio de caracteres baixos e vilões.²⁴⁹

Em outra queixa, o denunciante fez severas críticas às mulheres que comemoraram o Divino Espírito Santo, pois, segundo o reclamante, a comemoração

²⁴⁸ Jornal A Pacotilha, 10 de junho de 1883.

²⁴⁹ Jornal A Pacotilha, 10 de junho de 1883.

incomodava a vizinhança devido ao som das caixas, das músicas tocadas e o consumo de bebida alcoólica.

Festa do Espírito Santo na rua da Alegria. Que se festeje esse santo no dia designado para esse fim é muito natural; que cada um faça na sua casa o que entender sem prejudicar o repouso daquelles que buscam na noite o descanso das lides diurnas, achamos muito bom, uma vez que não pratiquem desatinos. Porem com o que não podemos concordar nem tão pouco admitir, é que tres ou quatro pretas velhas beatas e pagés, sob motivo de festejarem o mesmo Santo, se munam de caixas e rufem desde as 6 horas da tarde até a meia noite, como fizeram esta noite, sendo acompanhado esse rufo de uma estúpida e infrene cantarola executada com toda maestria, a força de muita caxaça pelas devotas, o que alem de ser um escarneo a religião que fazem essas mulheres, e não tendo nada que fazer no dia seguinte senão dormir, levam a noite nestas pagodeiras, pertubando o somno dos que a essas horas dormem. Ao sr. dr. Chefe de polícia pedimos providencias, afim de que cessem estes abusos por mais uma vez. O Bertolo.²⁵⁰

Na notícia acima, o Bertolo chamou as mulheres que participavam da festa de beatas velhas e pagés. Nas reclamações analisadas, foi encontrada com frequência a associação de mulheres pobres à pajelança. Tiago Lima dos Santos, em linha gerais, explica o que seria a pajelança na cidade de São Luís do Maranhão dentro do contexto do século XIX:

A pajelança é uma manifestação religiosa voltada para o tratamento de doenças físicas e espirituais, que engloba elementos do catolicismo popular, tambor de mina e das culturas indígenas. Característico da região entre o Maranhão e o Pará, sua origem é atribuída aos rituais xamânicos tupi, registrados pelos cronistas Claude D’Abeville e Yves D’Evreux no início do século XVII, mas na segunda metade do século XIX os registros históricos indicam que a difusão da pajelança deu-se por meio da população escrava em um processo complexo de sincretismo. No final do século XIX a pajelança passou a ser sistematicamente perseguida pela polícia por figurar entre os crimes contra a saúde pública e os jornais registravam o cotidiano de perseguição ao que era considerado como um problema social à época. Os pajés articulavam o universo de ação das entidades religiosas (os encantados) ao cotidiano dos indivíduos na tentativa de resolver seus problemas e aflições pessoais com base em uma terapia particular que incluía a crença na eficácia simbólica dos rituais religiosos e a manipulação de substâncias da botânica regional.²⁵¹

Em algumas das reclamações analisadas na imprensa, mulheres pobres eram chamadas de pajés ou acusadas de envolvimento em rituais de pajelança. É o caso de uma mulher moradora da rua de Santa Rita acusada de “[...] todos os dias, ao meio dia e à tarde, occupa-se em derramar azeite e outras cousas na sua porta e nas dos vizinhos.

²⁵⁰Jornal A Pacotilha, 13 de maio de 1883.

²⁵¹ SANTOS, Thiago Lima dos. **Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX**. Pág. 01. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais> . Visitado em 24/04/2017.

Dizem que é uma pajelança, que lá está se arranjando”²⁵².

Dentro do contexto do final do século XIX, a pajelança era vista como uma opção de saúde praticada por pessoas sem conhecimento científico e médico e voltada na maioria dos casos a pessoas pobres, pessoas essas com pouco acesso aos benefícios sociais e econômicos. Segundo Santos, a pajelança:

[...] assume uma posição de destaque na sociedade do fim do século XIX, em que a desarticulação do sistema escravista forçou parcela da população a se acumular em certos pontos da cidade, nos cortiços, e casebres dos subúrbios, com poucas possibilidades de trabalho e renda e principalmente sem nenhuma perspectiva de serviços públicos que pudessem garantir a mínima qualidade de vida (dentre estes o serviço de saúde).²⁵³

Desta forma entendemos que os rituais denominados de pajelança, em que pessoas buscavam tratamento dos males físicos e espirituais se tornaram prática costumeira entre a população mais pobre da cidade. Pois, para muito os atos de pajelança representavam uma cura, ou ao menos uma forma de atenuar os problemas do dia a dia, “[...] nesse sentido a cura passa a ter um sentido mais amplo, pois acaba englobando não só os problemas fisiológicos, mas também de outras ordens [...]”²⁵⁴. A reclamação abaixo exemplifica a busca de tratamento físico e espiritual através da pajelança.

Communicam-nos que là para as bandas de S. Thiago, em umas casinhas novas, junto a igreja, mora um casal de pagés, elle já maduro, ella ainda frescalhona. Testemunhas tem visto entrar para o templo, grande numero de pessôas que vão procurar remedios e conselhos. Dizem mais que se acha em tratamento alli, uma mulata. E' bom que a polícia não se descuide de inteiramente de proteger este mimoso par.²⁵⁵

Em outra reclamação uma pessoa denunciou a prática de pajelança na casa de Felicidade. Nesta o queixoso usou adjetivos desqualificantes contra a pajelança e a senhora dona da casa. Ele questionou a prática da pajelança e o projeto modernizador e civilizatório em curso na cidade, associando tal prática religiosa ao atraso e também como um atentado aos bons costumes e a moral vigente. Thiago Santos esclarece que

²⁵² Jornal A Pacotilha, 13 de setembro de 1883.

²⁵³ SANTOS, Thiago Lima dos. **Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX**. Pág. 08. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais> . Visitado em 24/04/2017.

²⁵⁴ SANTOS, Thiago Lima dos. **Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX**. Pág. 01. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais> . Visitado em 24/04/2017..

²⁵⁵ Jornal A Pacotilha, 05 de novembro de 1881.

“[...] ser pajé ou buscar um pajé para se tratar deslocava o indivíduo de um plano da normalidade, da civilização e da moralidade [...]”²⁵⁶.

Sobre a suposta pajelança na casa da senhora Felicidade, é informado que;

Na rua da Misericórdia, entre as de Santa Rita e São Pantaleão, há em casa de uma uma tal Felicidade, uma pajelança forte, activa, feita em todas as regras, observando-se escrupulosamente tudo o que manda fazer a feitiçaria. E alli reúnem-se umas tantas pessoas que vão consultar o futuro, curar-se de moléstias e praticar cousas indignas, degradantes, que aviltam o ser humano. Isto no centro de uma cidade populosa e que se diz civilizada, é immensamente triste e extraordinariamente prejudicial. O sr. dr. chefe de policia faria um grande favor a esta terra se dissolvesse essa pajelança.²⁵⁷

Em todas as reclamações contra a prática da pajelança percebemos que foram feitos pedidos a polícia para que acabasse com essa prática. Os pajés e os praticantes de pajelança sofriam perseguições e sanções policiais quando descobertos. A pessoa ser pajé ou buscar auxílio na pajelança eram comportamentos vistos de forma negativa na sociedade de então. Ser “acusado de pajé era uma ofensa grave”²⁵⁸, pois a imagem do pajé estava associada “[...] aquele que enganava, sem escrúpulos ou capaz de roubar [...]”²⁵⁹.

A seguir, temos a resposta escrita por Antônio Rodrigues Bittencourt em que defende sua mãe contra a denúncia de pajelança. O caso envolvendo Felicidade é emblemático por nos mostrar uma pincelada da visão negativa sobre as práticas da pajelança e seus seguidores na cidade de São Luís. Segue a defesa:

Sr. redactor – Lendo ontem o seu muito conceituado jornal, deparei com a noticia onde que há uma pagelança em casa de uma tal Felicidade La para a rua da Misericordia. O digno informante não falou a verdade - Felicidade tem tres filhos que trabalham para a sustentar, não há necessidade de abrir casa de Page. Estou bem convencido que o informante jamais provará essa infâmia que aturou na pessoa minha mãe, appello para os nossos vizinhos que alli nunca houve pagés. Si o informante não provar com pessoas que estejam em melhores condições do que as suas, passará pelo dissabor de ver patente os seus milagrosos feitos. Voltarei a carga se assim me obrigar o informante falso. Antonio Rodrigues Bittencourt.²⁶⁰

²⁵⁶ SANTOS, Thiago Lima dos. **Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX**. Pág. 08. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais> . Visitado em 24/04/2017.

²⁵⁷ Jornal A Pacotilha, 17 de agosto de 1883.

²⁵⁸ SANTOS, Thiago Lima dos. **Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX**. Pág.11. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais> . Visitado em 24/04/2017.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Jornal A Pacotilha, 18 de agosto de 1883.

O caso da denúncia contra Hercília também é emblemático para demonstrar a visão negativa acerca das práticas envolvendo rituais de pajelança e nos mostra a defesa por parte da família da mulher envolvida. Em queixa foi informado que na rua Grande no dia 27 de março de 1883, às 8 horas da noite na casa em frente a quitanda do sr. Amaro Milhão, “[...] foi pilhada a fazer feitiço uma rapariga de nome Hercília. A pagé teve uma ovação enorme dos que se achavam por alli na ocasião”²⁶¹.

No dia 30 de março, saiu uma nota a favor de Hercília. Sua irmã buscou a imprensa para defender não apenas Hercília, mas também a sua família. A mesma explica que:

Tendo lido na Pacotilha de 28 da corrente um artigo acerca de um Page que foi encontrado em uma casa na rua Grande, surpreendeu-me tal artigo, pois nele se achava complice minha irmã; nunca fomos pagés e temos mais em que nos ocupar e não em pagés; quem disso cuida. O caso do tal Page é de já ter um tal Ovídio relações de amisade com a dita minha irmã, e agora acha-se de muda na dita casa. Não pensem que as sujeitinhas da dita casa isto me faz curvar a frente! ...Isso nunca, sujeitinhas! ... Pois de nós só farão mau conceito cousas como vocês; porem isto agradeço ao tal Ovídio. Queria dar a estas linhas publicidade, pois me responsabilizo. [...] Laura Rosa da Conceição.²⁶²

Sobre as sociabilidades das mulheres de ofícios pelas ruas e praças da cidade, outras festas do catolicismo popular foram encontradas no material analisado, como a festa de Santa Filomena em que o cronista revelou que “a festa de Santa Filomena continúa muito desanimada - hontem parecia a primeira novena. O que não enfraquece é a concurrencia dos moleques - esses sim são muitos”²⁶³.

Outro santo que teve seu dia comemorado com muita festa foi São Gonçalo. A notícia nos diz que na rua da Cruz “[...] em casa de um tal Marcelino, ensaia-se um baile de S. Gonçalo que começa ás nove horas e vae até a meia noute, encommodando extraordinariamente a visinhança com o barulho e algazarra que fazem os bailarinos e os espectadores”²⁶⁴.

No mês de maio eram comuns as festas do mês Mariano, em reclamação “Uma tal Filomena” e sua mãe, ambas residentes à Fonte das Pedras foram acusados de comemorar o mês Mariano de uma forma que fugiu as boas maneiras e ao bom tom vigente à época. A nota diz que as mesmas entendem de “[...] imitar o mez Mariano,

²⁶¹ Jornal A Pacotilha, 28 de março de 1883.

²⁶² Jornal A Pacotilha, 30 de março de 1883.

²⁶³ Jornal A Pacotilha, 06 de agosto de 1881.

²⁶⁴ Jornal A Pacotilha, 16 de novembro de 1881.

festejando todas as noites o glorioso S. Martinho. A moralidade pública não é admitida à festa, por isso que, segundo diz-nos o nosso informante, ali praticam-se couzas de arrepiar o cabelo”²⁶⁵.

Ainda se tratando de festas ocorridas na cidade de São Luís no século XIX, havia a tradicional festa de Nossa Senhora dos Remédios, que João Francisco Lisboa²⁶⁶ descreve em um folheto do jornal o Publicador Maranhense de nº1173, de 15 de outubro de 1851.

Segundo as fontes, essa festa possuía um caráter religioso e popular, pois, segundo Lisboa, “[...] a festa dos Remédios é a mais popular desta boa cidade de São Luís, quero dizer é a festa a que concorre maior porção de povo de todas as classes e condições [...]”²⁶⁷. Continuando a leitura, o autor descreve como as pessoas em São Luís se preparavam para a tal festa, fala do luxo das senhoras ricas que esperam ansiosamente a chegada dos navios, levando à cidade “[...] chapéus, as luvas, os vestidos, as plumas, as rendas, as fitas, as flores, as pretas, as cafusas, as mulatas [...]”²⁶⁸ que trabalhavam carregando nos braços “[...] peças de fazenda, livros de amostras, e caixas e mais caixas de dourado papelão [...]”²⁶⁹.

Então, no dia marcado, iniciavam-se as novenas, “[...] anunciadas as girândolas de foguetes, ao estouro das bombas, a toque de zabumba, e a repiques de sinos, ao meio dia em ponto na ermida da milagrosa Virgem [...]”²⁷⁰. Na parte externa do Largo dos Remédios, a mistura das pessoas de classes sociais diferentes acontecia, Lisboa nos mostra esse cenário

[...] O povo, sem distinção de classe e condições, aflui logo ao anoitecer de todos os pontos da cidade, e ocupa promiscuamente o Largo dos Remédios, uns de pé, outros sentados em bancos e cadeiras, uns parados, outros passeando, aqueles fumando, estes devorando doces, estes outros simplesmente conversando, e alguns até engolfados em silenciosa e gozosa meditação. Cada um vestido segundo o seu capricho.²⁷¹

²⁶⁵ Jornal A Pacotilha, 18 de maio de 1883.

²⁶⁶ Maranhense nascido na cidade de Pirapemas em 1812. Foi jornalista, historiador e deputado provincial.

²⁶⁷ LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Editora Legenda, 1992. Pg.27

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Editora Legenda, 1992. Pg.29

²⁷¹ Idem.

O que não podemos deixar de perceber que, apesar de ser uma festa religiosa e popular e haver a mistura de diversas classes sociais no largo da igreja como atesta Lisboa, as hierarquizações sociais eram mantidas. Um exemplo está na passagem em que o autor descreve a parte interior da igreja durante as novenas. O mesmo cita a presença de mulheres, mas eram as mulheres ricas que sentavam nos melhores lugares e nos mais ventilados.

Entremos na igreja. É pequenina, e está principalmente atulhada de pretas e mulata: as brancas, as senhoras, a gente do grande tom, essa ocupa as tribunas, as janelas, e até os púlpitos que das salinhas assobradadas que estão do lado da igreja, deitam do lado dela.²⁷²

Cerca de trinta anos depois de Lisboa, Aluísio de Azevedo também descreveu os usos e costumes dos moradores de São Luís durante o período da festa de Nossa Senhora dos Remédios. No diálogo entre as personagens Freitas e Raimundo, podemos perceber como a população se preparava para tal festa, o luxo e o dinheiro gasto nos preparativos e como se portavam durante o festejo.

Descreveu com assombro o luxo exagerado em que apresentavam todos, todos! Para a missa das seis e para a missa das dez, nas quais, dizia ele circunspectamente, “reúne-se a nata da nossa judiciosa sociedade!...” Era tudo em folha, e tudo do mais caro, e do mais fino. Nesse dia todos luxavam, desde o capitalista até o ralé caxeiro de balcão; velho ou moço, branco ou preto, ninguém lá ia sem se haver preparado da cabeça aos pés; não se encontrava roupa velha, nem coração triste!²⁷³

Em outro trecho do diálogo, Freitas continuou a descrever os hábitos e costumes dos ludovicenses durante os dias do festo a santa.

- O que posso afiançar, doutor, é que não há criança que, nessa tarde, não tenha a sua pratinha amarrada na ponta do lenço. Aparecem cédulas gordas, moedas amarelas; troca-se dinheiro; queimam-se charutos caros, no bazar (há um bazar) as prendas sobem a um preço escandaloso! Digo-lhe mais: nesse dia não há homem, por mais pichelingue, que não gaste seu bocado nos leilões, nas barracas, nos tabuleiros de doces ou nas casas de sorte; nem há mulher, senhora ou moça-dama, que não arrote grandeza, pelo menos Seu vestidinho novo de popelina. Vêem-se enormes trouxas de doce seco, corações unidos de cocada, navios de massa com mastreação de alfenim, jurarás dourados, cutias enfeitadas dentro de gaiolas, pombos cheios fitas, frascos de compota de murici, bacuri, buriti, o diabo meu caro senhor! As pretas minas, cativas, ou forras, surgem com seus ouros, as suas ricas telhas

²⁷² LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Editora Legenda, 1992. Pg.35.

²⁷³ AZEVEDO. Aluísio de. **O Mulato**. 22ª Edição. Rio de Janeiro . Ediouro, 1999. Pg. 51.

de tartaruga, suas ricas toalhas de rendas, suas belas saias de veludo, suas chinelas de polimento, seus anéis em todos os seus dedos, aos dois e aos três em cada um ... E este povo, mesclado, coberto de luxo, radiante, com a barriga confortada e o coração contente, passeia, exhibe-se, achando de si, pensando erradamente chamar a atenção de todos, quando aliás cada qual só pensa e repara em próprio e na sua própria roupa!²⁷⁴

Continuando sobre os ritos e costumes da festa, Freitas traça o panorama de como esse evento ocorria pela parte da noite. O largo se iluminava todo e armavam grandes arcos transparentes com a imagem da santa e os emblemas do comércio e navegação, já que a referida santa é a padroeira do Comércio. Para as crianças, havia o pau de sebo, balanços e cavalinhos, e quando soavam oito horas:

[...] então surge de todos os cantos da cidade uma aluvião interminável de famílias, de velhos, moços, meninos, mulatinhas e negrinhas, que enchem o largo que nem um ovo! Pretos de ambos os sexos e de todas as idades; desde o moleque até o tio velho, acodem, trazendo equilibradas nas cabeças imensas pilhas de cadeiras, e, com estas cadeiras formam-se grandes rodas mesmo na praça, ao ar livre, e as famílias, ou ficam aí assentadas, ou a título de passeio, acotovelam-se entre o povo. Fazem-se grupos, a gente ri, discute, critica, namora, zanga-se, ralha ... [...]²⁷⁵

Algo interessante nesta passagem descrita por Azevedo é o luxo e uso de joias usadas por mulheres populares nos dias do festejo. Por mais que estivessem bem vestidas e com joias, essas mulheres dificilmente ascendiam socialmente chegando a equiparar-se às senhoras ricas, pois essa era uma sociedade de grandes fazendeiros e comerciantes, escravocrata e extremamente hierarquizada socialmente.

Outras festas que ocorriam pelas cidades entre as mulheres pobres eram os bailes conhecidos, através da imprensa, como chinfrins, rolos, entre outros tantos adjetivos pejorativos. Sobre essas festas já falamos anteriormente, mas abaixo segue uma queixa que demonstra a visão depreciativa e desqualificante tanto do redator do jornal quanto do denunciante. Mas, através da mesma podemos perceber um pouco sobre a organização da festa e sua alegria, pois os convidados dançavam ao som de instrumentos musicais e divertiam-se. No entanto, algo inesperado aconteceu neste baile.

Zepherina, mulher da vida livre, que traz aterrados com sua presença os povos da rua da Estrella, ao sahir no largo das Mercês, hontem à noite

²⁷⁴ LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Editora Legenda, 1992. Pg.52

²⁷⁵ Idem.

promoveu em sua casa um chinfrim terrível, feroz de metter medo a gente. Alta noite o maestro Salustianno que esbodegava cynicamente uma rabeca rachada que soltava guinchos de gaita de forles, pediu pagamento de seu trabalho. Ahi é que foram ellas: Zepherina allegou que não era a única promotora do bailhe; que nha Filomena Jabota e Luzia Pelada tambem eram donas e por isso não seria ella só que pagaria. A comedia foi longe: Filomena gritou com uma dôr no coração, uma dor exquisita que fazia dar pulos horríveis, pinotes endiabrados. E a Luzia dizia cynicamente - há por dinheiro não; não haja novidade, siga a pandega e aqui, fazia uma mimica de effeito apontando para a orelha – ainda restam as minhas rosetas. O maestro Salú, vendo que com aquellas typas, não aarajava dinheiro, filou o bahú da dona da casa, a pobre Ziphinha que clamava a altos gritos: - Largue meu bahú, seu Salú! E ia rimando a queixa. Foi um sarrilho em regra.²⁷⁶

3.2 BRIGAS E AMORES: AS UNIÕES INFORMAIS.

Outra questão da vida social das mulheres de ofícios que se faz usual nas reclamações são as uniões informais e os concubinatos entre elas e seus companheiros. Sobre uniões informais e concubinatos entendemos que foram as uniões realizadas fora dos parâmetros formais, jurídicos e legítimos de casamentos da época, sendo consideradas ilícitas para a igreja e para o Estado. Rachel Soihet afirma que, entre os populares, o casamento formal não preponderava e explica alguns motivos alegando que:

Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir a sua autonomia [...]²⁷⁷

Nas fontes analisadas muitas, foram as reclamações sobre brigas, discussões, embriaguês e outros embaraços ocorridos em ruas, praças e logradouros da cidade entre homens e mulheres pobres, decorrentes de ciúmes e brigas passionais. A exemplo segue a queixa que descreve a facada deferida por Raimunda em Joaquim seu amásio:

Hontem a noite, na rua de Santa Rita, a preta Raimunda, escrava de Manoel da Costa Ramos, esfaqueou a Joaquim, homem livre, calafate, mais vulgarmente conhecido por Joaquim Cinica. Vinha elle de acompanhar a procissão do senhor dos Martyrios, quando Raimunda, que era sua amasia, o encontrou, e preza de ciúmes porque julgava que Cinica fizera proezas, foi a elle e cravou-lhe o ferro no peito! Nada podemos dizer sobre a gravidade do

²⁷⁶ Jornal A Pacotilha, 02 de julho de 1883.

²⁷⁷ SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Mary. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997. Pg. 367.

ferimento, porque só as quatro horas da tarde, ia ser feito o corpo de delicto e exame.²⁷⁸

Sabemos que viver o padrão de família burguesa em implantação no Brasil era difícil para as classes mais desfavorecidas. Ao estudar o caso de mulheres na cidade de São Paulo no século XIX, Maria Odila Leite da Silva Dias observou que:

[...] normas e valores ideológicos relativos ao casamento e a organização da família nos meios senhoriais não se estendiam aos meios mais pobres de homens livres sem propriedades a transmitir. Moças pobres sem dotes permaneciam solteiras ou tendiam a constituir uniões consensuais sucessivas.²⁷⁹

No material para a escrita deste trabalho, muitas são as referências a casais amasiados, que apareceram tanto nos jornais e nas obras literárias. Nascimento Moraes, por exemplo, numa coletânea de textos em que assina com o pseudônimo Valério Santiago, tem como personagens vários casais que eram amasiados, como é o caso do “preto João Aquilino Mendes de Oeiras, amigado com a mulata Maria Gericosa, a preta Ana e seu amásio Chico, Cira e o barqueiro do rio Mearim, chamado Manoel Pachola e por último o casal Maria Severa e o ferreiro Manoel Gomilho”. Tomando como referência a obra literária “Vencidos e Degenerados”, do mesmo autor, são encontrados os casais de amásios formados por “Andreza Vital e Domingos Aranha, Teresa e João da Moda, Armênia e o pianista Mozzi”.

No jornal “A Pacotilha”, entre notícias de brigas, discussões e denúncias, encontramos vários exemplos de amásios. O referido jornal noticiou o espancamento de uma mulher e esclarece que esse ato foi feito pelo seu companheiro. A notícia expõe a agressão de Bonosia, moradora de um quarto da casa do major Jacarandá, e relata que o seu agressor é seu amásio. A nota diz que Bonosia fora agredida por “[...] um indivíduo que mora em um dos quartos do mesmo major Jacarandá que é amasiado com a dita doceira [...] que deu-lhe uma porção de bofetadas [...]”²⁸⁰.

Semelhante é o casal João do Bispo e sua amásia Rosa Melancia, que, segundo a queixa, os mesmos “[...] com continuas disputas trazem a vizinhança em sobresalto”²⁸¹.

²⁷⁸ Jornal A Pacotilha, 03 de março de 1883.

²⁷⁹ DIAS, Maria Odila Leite da .Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1995. Pág. 31

²⁸⁰ Jornal Pacotilha, São Luís. 02 de Março de 1883.

²⁸¹ Jornal Pacotilha, São Luís, 8 de Março de 1883.

O casal José Luiz de Souza Filho e Agostinha Rosa Barata surgiram, metidos em uma confusão com a polícia devido a suspeita de “objectos furtados”.²⁸²

No dia 10 de maio de 1883, o jornal “A Pacotilha” publicou uma nota de acusação contra Maria da Troça. A desfavor de Troça, a nota diz que a mesma acompanhada de um “preto” deu busca em uma casa da rua da Cruz. Embora não houvesse ninguém na casa:

[...] Isto, porem não impediu que fosse effectuada a diligencia com todo o sucesso, pois fez-se uma pilhagem completa. O dono da casa, massado com o procedimento de Maria da Troça, anda pela policia afim de saber com que direito foi atacada a sua propriedade.²⁸³

No dia 11 de maio de 1883, o jornal A Pacotilha publicou uma nota que seria a resposta de Maria da Troça à acusação de roubo publicada no dia 10 de maio de 1883 no mesmo Jornal. A acusada conta de forma breve sua história com seu amásio para que o “público forme seu juízo e decida d’onde está a razão”.

[...] Há sete annos que Joaquim Francisco Vinhas, empregando todos os meios ao seu alcance, conseguiu seduzir-me e tirar-me da casa de minha família com promessas que nunca cumprio; ficando desde então em sua companhia até o dia 7 do corrente donde pelos seus repetidos maos tractos, vi-me forçada a retirar-me e mandando buscar o que me pertencia, o mesmo Vinhas teve a curiosidade de mandar-me o bahú limpo, deixando ficar, não sei com que fim, toda a roupa do meu uso, e como não quizesse questão, mandei novamente à casa dele, dignando-se elle nessa occasião mandar em uma bandeja algumas peças de roupa, e como deixasse a maior parte de minhas roupa e eu não estivesse disposta a perdê-la, tomei a deliberação de ir pessoalmente buscar; o que fiz hontem pelas 6 horas da manha, na boa fé de que não há lei que me prohiba entrar em minha casa, onde morei tantos annos, o que os visinhos podem attestar; se alguma pilhagem houve de certo não foi praticada por mim, e – sim por quem tirou de meu bahú tudo que nelle continha, como seião: aneis, rosetas, uma medalha, e uma volta, que ainda não consegui vir as minhas mãos, alem disso a mobília que o mesmo Vinhas deu-me não quis entregar-me e vem ameaçando com a policia; pois até lá.²⁸⁴

Em outra reclamação é chamada a atenção para o comportamento do casal Theophilo e Maria Beatriz. Segundo o reclamante, “[...] quando este amoroso casal, o que succede frequentemente, alcooliza-se, obriga os visinhos a assistirem a forçosa representação de palavras injuriosas e pancadaria a valer”²⁸⁵.

²⁸² Jornal Pacotilha, São Luís, 1º de Maio de 1883.

²⁸³ Jornal A Pacotilha, 10 de maio de 1883.

²⁸⁴ Jornal A Pacotilha, 11 de maio de 1883.

²⁸⁵ Jornal A Pacotilha, 23 de junho de 1881.

Apresendemos com as notícias anteriores que as agressões físicas e verbais eram algo recorrente entre a maioria dos casais pobres vivendo em uniões informais. Como já dito anteriormente, o padrão de casamento burguês e em implantação no Brasil seguia o modelo da mãe cuidadora do lar e família, o pai trabalhando e desempenhando o seu papel de mantenedor, no entanto este era um padrão difícil de ser seguido pela maioria dos casais devidos suas condições sócio econômicas e culturais.

O modelo de família acima exposto é um dos fatores que contribuía para que a violência e maus-tratos entre amásios fossem algo corriqueiro entre os casais pobres. A violência é um dado a ser considerado, pois os populares eram submetidos ao modelo burguês de matrimônio no qual não se encaixavam, e, assim, diversos conflitos surgiam. Chalhoub nos esclarece que a violência masculina na maior parte dos casos, dava-se pelas condições sociais e econômicas dos homens pobres.

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões. Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes, uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder.²⁸⁶

Por outro lado, em relação à violência, temos mulheres que fugiam dos padrões acerca da submissão feminina, pois essas estavam distantes dos estereótipos e padrões acerca do feminino vigente à época. Era lavando e engomando roupas, cozinhando, vendendo vários tipos de comidas e, assim, realizando todo tipo de serviço doméstico que a presença das mulheres pobres era uma constante pelas ruas da cidade. Essa presença era devido à condição de pobreza e necessidade do sustento, pois, em muitas das vezes, não só do seu, como também de filhos e companheiros também.

Devido à condição de pobreza, muitas dessas mulheres viviam relacionamentos que se desenvolviam dentro de outros patamares de moralidade. Esses parâmetros eram marcados por suas dificuldades econômicas e sociais, o que ocasionavam atitudes e comportamentos opostos ao ideal feminino da época.

²⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** São Paulo: Brasiliense, 1986. Pg. 155. Apud SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Mary [Orgs.]. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997. Pg. 367.

CONCLUSÃO.

As mulheres de ofícios que viveram na cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90 fazem parte de um grupo pouco estudado que por muito tempo foi marginalizado pelos estudos historiográficos brasileiros e maranhenses. Um dos anseios dessa pesquisa era justamente trabalhar com esse grupo dentro de seu contexto sócio histórico e buscar dar visibilidade a essas mulheres.

O nosso objeto de investigação, no entanto, nos trouxe algumas dificuldades em sua análise. No que se refere as fontes primárias, encontramos-las com facilidade. As obras literárias estavam disponíveis em forma de livros, e os Códigos de Posturas do município de São Luís, a Revista Elegante e o jornal “A Pacotilha” se encontravam na Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís, e, ao longo de 4 meses, fizemos a transcrição das notícias que se referiam diretamente ou permeavam o universo das mulheres de ofícios da capital maranhense.

As fontes literárias auxiliaram este trabalho por nos ajudar a desvendar os aspectos da vida material, os conflitos, as sociabilidades, pensamentos, valores e padrões de conduta da sociedade ludovicense em estudo, pois sabemos que ao escrever o autor ultrapassa o limite da escrita e aprofunda-se no seu contexto social já que o mesmo fala de um local social situado, desta forma influenciando a sua obra com aspectos que lhe rodeavam. A relevância das obras literárias está no fato de que nos permitiu que pudéssemos perceber elementos extratextuais que auxiliaram no entendimento da representação do cotidiano das mulheres de ofícios.

O jornal “A Pacotilha” foi de grande valia para a dissertação, pois é a maior fonte de informações sobre as mulheres de ofícios, seu cotidiano, da sociedade e da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90. A análise do mesmo trouxe consigo alguns desafios inerentes ao ofício de historiador, pois foi necessário uma leitura criteriosa e um trabalho crítico da fonte. As dificuldades encontradas foram em decorrência do contexto do jornal e suas especificidades como seu público, influências e interesses políticos e sociais.

A análise desse periódico requereu alguns cuidados para não cairmos em possíveis armadilhas contidas na própria fonte. As nossas atenções estavam voltadas às evidências sobre as mulheres de ofícios, mas procurávamos levar em conta a diferenciação entre a notícia e como fato poderia ter acontecido, já que a imprensa

seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma aquilo que elegeu para chegar até o seu público.

Outra questão que foi abordada com minucioso cuidado foram os juízos de valores contidos nas notícias do periódico. Esse jornal possuía as elites locais como seu público alvo. Público esse formado por fazendeiros, comerciantes, políticos, profissionais liberais entre outras profissões de prestígio dentro da sociedade. E obviamente as mulheres de ofícios não faziam parte desse público, pois sabemos que a grande maioria dessas mulheres não sabia nem ler e escrever.

Desta forma as notícias encontradas nesse periódico que continham informações sobre as mulheres de ofícios e seu contexto social, econômico e cultural apresentavam juízos de valores baseados nos julgamentos de grupos ligados aos setores mais ricos da cidade. O que incorporava as notícias suas percepções culturais, ideológicas e morais contra hábitos e atitudes das mulheres aqui estudadas.

A bibliografia específica sobre mulheres pobres na cidade de São Luís do Maranhão no período proposto foi escassa o que nos levou a buscar referências e informações em estudos desenvolvidos em outros estados brasileiros sobre mulheres pobres. E fazer o cruzamento das informações entre os grupos de mulheres trabalhadoras.

Quanto as fontes analisadas registramos a frustração de não termos encontrado uma quantidade significativa de notícias e queixas escrita pelas mulheres trabalhadoras da cidade. Em nossa pesquisa, encontramos apenas duas notícias que segundo o jornal foram escritas pelas mulheres envolvidas. Uma é a defesa de Laura Rosa da Conceição que a fez em favor de sua Irmã Hercília acusada de pajelança, publicada no dia 30 de maio 1883. E a outra é a nota do dia 11 de maio de 1883 atribuída à Maria da Troça que se defendeu da acusação de roubo em uma casa na rua da Cruz.

Como demonstrado na pesquisa entendemos que as mulheres de ofícios desempenharam papéis importantes nos aspectos sociais, culturais e econômicos da cidade de São Luís do Maranhão. A presença das mesmas era uma constante por ruas, praças e vários outros logradouros públicos da cidade. A necessidade da busca pelo sustento era um ponto contínuo na vida das mesmas, pois sabemos que a mulher pobre sempre teve que trabalhar e buscar o seu provimento.

Através das reclamações contidas no jornal “A Pacotilha” e nas obras literárias foi possível obter várias informações dos diversos ofícios desenvolvidos pelas ruas da

cidade, como também se aproximar do cotidiano de trabalho das mulheres em foco neste trabalho.

As fontes nos permitiram saber que muitas das mulheres de ofícios eram lavadeiras, vendedoras de gêneros alimentícios, cozinheiras, engomadeiras, babás, amas de leite, além das mesmas desenvolverem outros tipos de atividades laborais, como o caso de um grupo de escravas que serviram de bombeiros em um incêndio na capital maranhense.

Com seus ofícios essas mulheres contribuíam para a economia da cidade, pois participavam intensamente do comércio de subsistência. Esse era um costume herdado das escravas vindas da costa ocidental da África, já que em sua terra natal desenvolviam essa atividade econômica. Além do comércio de subsistência as mulheres de ofícios auxiliavam a economia da cidade com seus diversos ofícios domésticos em casas de particulares.

Além da questão econômica os logradouros públicos da cidade foram palco de sociabilidades diversas para as mulheres de ofícios. Ruas, praças e becos tiveram significações diversas na vida dessas mulheres. As fontes demonstraram que esses eram locais onde sociabilidades diversas eram manifestadas.

Esses locais além de representarem aspectos da sociabilidade das mesmas, também representavam locais de exclusão para a maioria das mulheres de ofícios. Pois, ao desenvolverem seus trabalhos e suas festividades nesses locais as mulheres confrontavam o ideal civilizatório em implantação na cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90.

Devido a tentativa de implantação desse processo civilizatório na cidade, os hábitos e costumes cotidianos das mulheres de ofícios eram vistos de forma negativa pela imprensa e as elites locais e, desta forma, os jornais ficavam repletos de reclamações contra elas. E comprovavam os diversos tipos de exclusões que as mulheres trabalhadoras sofriam pelo centro urbano da cidade. Portanto, percebemos que a exclusão por via do trabalho era latente.

Essa exclusão foi percebida devido ao grande número de reclamações contra mulheres de ofícios e suas atividades laborais no centro urbano da cidade. Assim, a descrição do ofício, o local onde era realizado e se havia uma ou mais mulheres a realizá-lo eram comuns nas queixas. E acompanhadas dessas descrições sempre eram feitos pedidos de providências a polícia ou a municipalidade.

A exclusão pela via do trabalho era agravada pela não aceitação social do trabalho realizado por mulheres pobres, por não se enquadrarem nos ofícios socialmente reconhecidos, até mesmo porque o trabalho era algo que não pertencia a esfera do feminino na época. Desta forma, lavadeiras, criadas domésticas, vendedoras em tabuleiro, costureira, as “tratadeiras” de bexigas, peixeiras e governantas, entre outras trabalhadoras, sofriam com a exclusão social de seu ofício.

Por não estarem integradas as novas formas de trabalho burguês em implantação no Brasil, por participarem de um grupo de profissionais desqualificados segundo esses novos padrões e por estarem distantes de padrões estabelecidos pela sociedade acerca do feminino, dos códigos morais e do modelo de família patriarcal e burguesa, as mulheres de ofícios sofriam com a exclusão da cidadania.

A essas mulheres era negado o acesso à justiça e suas prerrogativas assim como também os benefícios gerados pelo Estado. A maioria delas não tinha acesso a moradia de qualidade, pois muitas moravam em cortiços, casebres e baixos de sobrado, lugares em que na maioria das vezes eram insalubres e propícios a infestação de doenças.

O acesso à educação também era precário já que a grande maioria dessas mulheres não tinha acesso à educação feminina da época. Desta forma, eram integrantes de um grande grupo de mulheres socialmente desqualificadas pelas elites locais e pelo próprio Estado.

Sobre a questão das festas e sociabilidades populares percebemos que a participação das mulheres era forte. Quando os bailes e festas foram analisados, a presença de mulheres pobres era uma constante, o que nos levou a entender essas sociabilidades como uma forma de homens e mulheres das camadas populares extravasarem as durezas das fainas cotidianas com muita música, danças, comidas e bebidas, fato que levava muitos dos seus vizinhos a constantemente reclamarem na imprensa.

Diversas foram as reclamações na imprensa que demonstraram como os bailes populares, muitos promovidos e organizados por mulheres de ofícios, causavam incômodos as camadas mais ricas da sociedade. Percebemos tal incômodo através dos diversos adjetivos desqualificantes sobre os bailes. Nas reclamações do jornal “A Pacotilha”, encontramos esses adjetivos que se referiam aos bailes: “rolos”, “chinfrins”, “bate-chinelos”, “sambas”, “algazarra infernal”.

Além dos bailes e festas, no material pesquisado foram encontradas várias queixas sobre as festas populares de cunho religioso. As mulheres trabalhadoras

participavam da Festa do Divino Espírito Santo, Festa de São Gonçalo, as festas do mês Mariano, de Santa Filomena, entre várias outras que não apareceram na pesquisa. As fronteiras entre o sagrado e o profano não eram bem definidas nessas festas o que possibilitava práticas devocionais, orações e lazer.

Ainda sobre religião, muitas foram as queixas sobre os rituais de pajelança, o que demonstra um sincretismo religiosos no cotidiano dessas mulheres. A pajelança era uma forma de buscar alento tanto para os males físicos como espirituais, já que esses rituais possuíam função terapêutica, pois eram rituais de cura.

Sobre bailes e festas de cunho popular e religioso enfim sobre as sociabilidades nos logradouros dos públicos da cidade percebemos que representavam formas de aproximação e apoio mútuo entre os populares. E que os locais onde ocorriam esses eventos eram repletos de significados e que cada festa tinha suas próprias normas, ritos e realidades. O que conseqüentemente levava a coesão desse grupo de pessoas. E também trazia consigo a repulsa das camadas ricas da cidade.

Além dessas festas, várias foram as reclamações que apareceram com frequência na pesquisa sobre o Bumba Meu Boi. Esta era outra forma de escapar de um cotidiano com diversas opressões sociais e uma rotina cansativa de trabalho. Na festa do boi, as mulheres de ofícios eram musas e também motivos de rivalidades entre os brincantes que disputavam seus amores.

Sobre a festa de Nossa Senhora dos Remédios, algo interessante nos foi mostrado, pois era uma festa que envolvia vários setores sociais da cidade. Pelo descrito pelos autores João Lisboa e Aluísio de Azevedo, os moradores da cidade se preparavam para os dias das novenas e a festa que acontecia no largo da igreja. Durante os festejos, as pessoas se misturavam pelo largo e pelos arredores da igreja, mas as hierarquias sociais eram mantidas, sendo os melhores lugares dentro do templo reservados as senhoras mais ricas.

Muitas das mulheres de ofícios iam para essa festa para prestarem suas homenagens e devoções a santa padroeira, mas outras iam para trabalharem. Como é o caso das “doceiras de tabuleiro” que preparavam e serviam variados tipos de doces e comidas para os devotos.

Em se tratando de amores e uniões, entre as mulheres de ofícios e seus pares era usual que elas se unissem a seus companheiros em uniões informais ou concubinatos. Devido a situação de pobreza e dificuldades sociais enfrentadas por casais pobres, conseqüentemente se tornava difícil a realização de casamentos oficiais de acordo com

os ritos da igreja Católica e do Estado. Desta forma, a maioria das famílias formadas a partir dessas uniões estava distante dos modelos familiares estabelecidos na época.

A cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90 era a cidade que comportava todo o universo das mulheres de ofícios e suas diversas relações econômicas, culturais e sociais. Esta cidade que se pretendia civilizada e moderna pelas elites locais em sua realidade vivia um grande contraste entre o que era idealizado e o que era vivido.

Na cidade que grupos elitizados viviam hábitos e luxos europeus fosse em suas roupas, músicas, comidas, festas e em várias outras sociabilidades. E esses eram os que pretendiam que a cidade fosse moderna, aos moldes dos grandes centros europeus, como Paris, a cidade que irradiava a civilidade e os bons costumes. Porém a São Luís real era um contraste desse ideal, pois, segundo as fontes a cidade estava deseiosa de cuidados mínimos com sua estrutura e urbanização.

Baseados nas análises das fontes, a cidade estava com muito lixo espalhado por terrenos baldios e logradouros públicos, o serviço de limpeza deixava a desejar. O serviço de transporte público também foi alvo de diversas reclamações, assim como também o serviço de iluminação pública, e isto nos mostra que, na verdade, o que estava ocorrendo na cidade não era a implantação de uma ideal de modernização segundo os moldes europeus, mas um incipiente processo de urbanização da cidade em decorrência de fatores como a industrialização, fim da escravidão e implantação da República.

Concluimos que trabalhar em ruas, praças e becos da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90 não era uma tarefa fácil. Contra as mulheres de ofícios incidiam os códigos de moral e conduta feminina da época, assim como o processo civilizador em implantação na cidade, as forças repressivas do Estado e o preconceito e desqualificação das elites locais.

Para essas mulheres, era necessário tirar dos logradouros públicos da cidade o seu sustento e, muitas das vezes, de filhos e companheiros também. Para as mulheres pobres desenvolverem seus ofícios pelas ruas da cidade, era uma relação de tensões e contradições, já que ao mesmo tempo em que representavam a negação do ideal civilizatório e de modernização da cidade por outro prisma da questão, as mesmas eram fundamentais por serem as responsáveis pelo comércio de subsistência da cidade. Por exercerem diversos ofícios, contribuíam para a movimentação da economia da cidade.

Então ruas, praças e becos eram partes fundamentais do cotidiano dessas mulheres, pois não representavam apenas uma forma de sustento. Os logradouros

públicos da cidade eram bem mais significativos na vida das mulheres de ofícios, pois eram locais que expressavam diversos sentimentos como alegrias, prazeres e tristezas devido ao cotidiano de suas vidas se desenrolarem pelas ruas da cidade.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

1.2 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.

Biblioteca Benedito Leite.

1.3 JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS.

Jornal A Pacotilha.

Revista Elegante, ano de 1892.

1.4 LEGISLAÇÃO.

PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1842. São Luís, 1842.

PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1866. São Luís, 1866.

2. BIBLIOGRAFIA.

AZEVEDO, Aluísio de. **O Mulato**. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Pg. 155. Apud SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Mary [Orgs.]. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997.

Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Luís: Iphan/MA, 2011.

CORREA, Dinacy. **São Luís 400 anos**, 2012. Disponível em <http://blog.jornalpequeno.com.br/dinacycorrea/2012/09/sao-luis-400-anos>. Acesso em 30/12/2015.

CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís. Edufma. 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2º Ed. rev. São Paulo; Brasiliense, 1995.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2014.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Festas e religiosidade popular no Tambor de Mina no Maranhão**. In Ciências Humanas em revista/Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas, São Luís, 2003. V.1, n.1.

FILHO, Domingos Vieira. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. São Luís: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1962.

GOUVEIA NETO, João Costa. **Ao som de pianos, flautas e rabecas... Estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX**. 2010. 168 fls. Dissertação [Mestrado em História do Brasil], Universidade Federal do Piauí, 2010.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil.

LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Editora Legenda, 1992.

MORAES, José Nascimento. **Vencidos e Degenerados e Contos de Valério Santiago**. São Luís: Editora Sioge, 1982.

PACHECO, Gustavo. **Caixeiras do Divino Espírito Santo de São Luís do Maranhão**. Pág. 03. Disponível em <http://www.museuafro.ufma.br>

PANTOJA, Selma. **Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, Sécs. XVIII-XIX**. 2004. Disponível em [www. casadasafricas.org.br](http://www.casadasafricas.org.br) acessado em 20 de janeiro de 2017.

PASSOS, Mauro. **A mística do catolicismo popular – a tradição e o sagrado**. Pág. 09. Disponível em <http://www.abhr.org.br>. Visitado em 10-04-2017.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. 2041 fls. Tese [Doutorado em História Social], Universidade de São Paulo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano-Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

_____. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo. Companhia Editorial Nacional . 2001.

_____. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In PRIORE, Mary Del. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997.

SANTOS, Thiago Lima dos. **Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX**. Pág. 01. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais>. Visitado em 24/04/2017.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Maciel Henrique. No tabuleiro das escravas, trabalho e resistência no Recife [1840-1870]. IN SILVA, Wellington Barbosa [Orgs.]. **Uma cidade várias histórias: O Recife no século XIX**. Recife: Editora Bagaço,2012.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In DEL PRIORE, Mary Del. [Orgs.]. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997.